

CARTA SOCIAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Relatório Final

agosto 2024



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Carta Social de Santiago do Cacém

Documento: Relatório Final

Data: 30 de agosto de 2024

Número de páginas: 146

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Inês Andrade

Liliana Calado

Pedro Henriques

Sónia Vieira

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Social de Santiago do Cacém

Relatório Final

Resumo

O presente documento constitui o Relatório Final da Carta Social de Santiago do Cacém elaborada pelo RUR - Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda, para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. Este documento tem como objetivos principais caracterizar a oferta de equipamentos e respostas sociais no Município, avaliar a adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica atual e futura do município, e, formular uma estratégia e programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

agosto 2024

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	15
1. METODOLOGIA.....	17
1.1. Fluxograma metodológico	17
1.2. Auscultação de atores	18
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL	19
2.1. Conceitos de referência	19
2.2. Contextualização da política social europeia e nacional	20
2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências.....	23
2.4. Quadro institucional de planeamento social e local.....	24
3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL.....	29
3.1. Dinâmicas demográficas e sociais	29
3.2. Rede territorial e urbana	32
3.3. Inclusão e desenvolvimento social	36
4. DIAGNÓSTICO DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS.....	39
4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais.....	39
4.2 Caracterização dos equipamentos sociais.....	43
4.3. Caracterização das respostas sociais	48
4.3.1. Infância e juventude.....	48
Creche	50
Creche familiar	53
Centro de Atividades de Tempos Livres.....	54
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	56
Intervenção Precoce.....	57
Casa de Acolhimento.....	59
4.3.2. População adulta.....	61
Pessoas Idosas	64
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas	64
Serviço de Apoio Domiciliário.....	66
Centro de Dia	68
Universidade Sénior	70
Pessoas Adultas com Deficiência.....	71
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	71
Lar Residencial	73
4.3.3. Família e comunidade.....	74
Ajuda Alimentar	76
Refeitório/Cantina Social	78
Apoio alimentar desenvolvido no âmbito do Banco Alimentar	79

4.3.4. Pessoas Vítimas de Violência	80
Serviço de Apoio à Vítima (SAV)	81
Casa de Acolhimento de Emergência (CAE)	82
Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens (RAP)	82
4.3.5. Pessoas Imigrantes	83
Centro de Atendimento	85
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL PROSPETIVO	86
6. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS	88
6.1. Enquadramento	88
6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030)	88
6.3. Cenarização por domínio específico	90
7. ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE AÇÃO	92
7.1. Visão estratégica	92
7.2. Critérios de programação	94
7.3. Modelo territorial de provisão	96
7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações	97
7.5. Programa de Ação	98
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	103
A.1. Entidades da Rede Social	104
A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais	108
A.3. Caracterização dos equipamentos sociais	111
A.4. Caracterização das respostas sociais	116
B. Normas de Programação	141

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma metodológico	17
Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral	26
Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Santiago do Cacém, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata)	29
Figura 4. População residente (N.º), nas freguesias de Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)	29
Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (‰), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2022 (INE) ...	29
Figura 6. Pirâmide etária, de Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)	29
Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2022 (INE)	29
Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria) ...	32
Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)	32
Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)	36
Figura 11. Taxa de desemprego, em Santiago do Cacém (%), em 2011 e 2021 (INE)	36
Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2021 (INE)	36
Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2021 (INE)	36
Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Santiago do Cacém, em 2021 (INE)	36
Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)	40
Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022	43
Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)	45
Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)	45
Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)	45
Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)	45
Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)	45
Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)	45
Figura 23 - Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Santiago do Cacém, em 2023	48
Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada em creche (N.º)	49
Figura 25. Utentes em creche, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	49
Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada em CATL (N.º)	49
Figura 27. Utentes em CATL, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	49
Figura 28. Utentes e capacidade máxima instalada em intervenção precoce (N.º)	49
Figura 29. Utentes em intervenção precoce, no triénio 2019/2021 (N.º)	49
Figura 30. Utentes e capacidade máxima instalada em casa de acolhimento (N.º)	49
Figura 31. Utentes em casa de acolhimento, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	49
Figura 32. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Santiago do Cacém, em 2023	61
Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada em ERPI (N.º)	62
Figura 34. Utentes em ERPI, entre 2019 e 2021 (N.º)	62
Figura 35. Utentes e capacidade máxima instalada em SAD (N.º)	62
Figura 36. Utentes em SAD, entre 2019 e 2021 (N.º)	62
Figura 37. Utentes e capacidade máxima instalada em centro de dia (N.º)	62
Figura 38. Utentes em centro de dia, entre 2019 e 2021 (N.º)	62
Figura 39. Utentes e capacidade máxima instalada em universidade sénior (N.º)	62
Figura 40. Utentes em universidade sénior, entre 2019 e 2021 (N.º)	62
Figura 41. Utentes e capacidade máxima instalada em CACI (N.º)	63
Figura 42. Utentes em CACI, entre 2019 e 2021 (N.º)	63
Figura 43. Utentes e capacidade máxima instalada em lar residencial (N.º)	63
Figura 44. Utentes em lar residencial, entre 2019 e 2021 (N.º)	63
Figura 45. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Santiago do Cacém, em 2023	74
Figura 46. Utentes e capacidade máxima instalada em ajuda alimentar (N.º)	75
Figura 47. Utentes em ajuda alimentar, entre 2019 e 2021 (N.º)	75
Figura 48. Utentes e capacidade máxima instalada em refeitório/cantina social (N.º)	75
Figura 49. Utentes em refeitório/cantina social, entre 2019 e 2021 (N.º)	75
Figura 50. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos	95
Figura 51. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Santiago do Cacém	97

Índice de Quadros

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos.....	22
Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais.....	23
Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº).....	40
Quadro 4. Análise SWOT	86
Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista).....	89
Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	90
Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação).....	91
Quadro 8. Objetivos da visão wstratégica da Carta Social de Santiago do Cacém	93
Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Santiago do Cacém.....	93
Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Santiago do Cacém.....	98

Índice de Anexos

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023.....	104
Anexo 1. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais	108
Anexo 2. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º).....	108
Anexo 3. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação.....	109
Anexo 4. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção	109
Anexo 5. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias.....	110
Anexo 6. Equipamentos segundo o domínio de intervenção.....	111
Anexo 7. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)	111
Anexo 8. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento	112
Anexo 9. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação.....	112
Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento	112
Anexo 11. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada.....	113
Anexo 12. Funcionalidades dos equipamentos.....	113
Anexo 13. Estado de conservação dos equipamentos	114
Anexo 14. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações.....	114
Anexo 15. Fontes de financiamento para funcionamento	114
Anexo 16. Recursos humanos afetos aos equipamentos	115
Anexo 17. Capacidade de resposta do serviço	116
Anexo 18. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches	116
Anexo 19. Evolução do número de utentes.....	117
Anexo 20. Utes, segundo grupo etário e género.....	117
Anexo 21. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche	117
Anexo 22. Estado de conservação das instalações.....	117
Anexo 23. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	117
Anexo 24. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	118
Anexo 25. Caracterização dos recursos humanos	119
Anexo 26. Evolução do número de utentes.....	119
Anexo 27. Utes, segundo grupo etário e género.....	119
Anexo 28. Caracterização dos recursos humanos	120
Anexo 29. Evolução do número de utentes.....	120
Anexo 30. Utes, segundo grupo etário e género.....	120
Anexo 31. Utes, por tipologia de intervenção precoce	120
Anexo 32. Caracterização dos recursos humanos	121
Anexo 33. Evolução do número de utentes.....	121
Anexo 34. Utes, segundo grupo etário e género.....	121

Anexo 35. Capacidade de resposta do serviço	122
Anexo 36. Caracterização dos recursos humanos	122
Anexo 37. Evolução do número de utentes	123
Anexo 38. Utentes, segundo grupo etário e género	123
Anexo 40. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	123
Anexo 41. Estado de conservação das instalações	123
Anexo 42. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	123
Anexo 43. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	124
Anexo 44. Áreas de investimento	124
Anexo 45. Capacidade de resposta do serviço	125
Anexo 46. Número médio de refeições diárias servidas*	125
Anexo 47. Caracterização dos recursos humanos	125
Anexo 48. Evolução do número de utentes	126
Anexo 49. Utentes, segundo grupo etário e género	126
Anexo 50. Grupos-alvo apoiados pelas instituições.....	126
Anexo 51. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	126
Anexo 52. Estado de conservação das instalações	127
Anexo 53. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	127
Anexo 54. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	127
Anexo 55. Áreas de investimento	127
Anexo 56. Capacidade de resposta do serviço	128
Anexo 57. Número médio de refeições diárias servidas	128
Anexo 58. Caracterização dos recursos humanos	128
Anexo 59. Evolução do número de utentes	129
Anexo 60. Utentes, segundo grupo etário e género	129
Anexo 61. Grupos-alvo apoiados.....	129
Anexo 62. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	129
Anexo 63. Estado de conservação das instalações	130
Anexo 64. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	130
Anexo 65. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	130
Anexo 66. Áreas de investimento	130
Anexo 67. Capacidade de resposta do serviço	131
Anexo 68. Caracterização dos recursos humanos*	131
Anexo 69. Evolução do número de utentes	131
Anexo 70. Utentes, segundo grupo etário e género	131
Anexo 71. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	131
Anexo 72. Capacidade de resposta do serviço	132
Anexo 73. Serviços prestados.....	132
Anexo 74. Caracterização dos recursos humanos	132
Anexo 75. Evolução do número de utentes	133
Anexo 76. Utentes, segundo grupo etário e género	133
Anexo 77. Utentes segundo a tipologia de deficiência	133
Anexo 78. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	133
Anexo 79. Estado de conservação das instalações	134
Anexo 80. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	134
Anexo 81. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	134
Anexo 82. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	135
Anexo 83. Capacidade de resposta do serviço	135
Anexo 84. Serviços prestados.....	135
Anexo 85. Caracterização dos recursos humanos	135
Anexo 86. Evolução do número de utentes	135
Anexo 87. Utentes, segundo grupo etário e género	136
Anexo 88. Utentes segundo a tipologia de deficiência	136
Anexo 89. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	136
Anexo 90. Capacidade de resposta do serviço	137
Anexo 91. Serviços prestados.....	137
Anexo 92. Caracterização dos recursos humanos	137
Anexo 93. Evolução do número de utentes	138
Anexo 94. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos.....	138
Anexo 95. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	138

Anexo 96. Estado de conservação das instalações	138
Anexo 97. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?.....	138
Anexo 98. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	139
Anexo 99. Áreas de investimento	139
Anexo 100. Caracterização dos recursos humanos	140
Anexo 101. Evolução do número de utentes.....	140
Anexo 102. Fontes de financiamento específicas para a valência	140
Anexo 103. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local	141
Anexo 104. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade	142
Anexo 105. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central.....	144

Acrónimos

%	Percentagem
‰	Permilagem
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CC	Centro de Convívio
CD	Centro de Dia
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CLASSC	Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CM	Câmara Municipal
CSM	Cartas Sociais Municipais
CUC	Centros Urbanos Complementares
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
ER	Estrada Regional
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
IC	Itinerário Complementar
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
km ²	Quilómetro quadrado
MTSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Nº	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDM	Plano Diretor Municipal
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RLIS	Redes Locais de Intervenção Social
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RSI	Rendimento Social de Inserção
RUR	Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda.
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SARS-CoV-2	Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2
SCM	Santa Casa da Misericórdia
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Ativa
US	Universidade Sénior

0. Nota de apresentação

Este documento constitui o Relatório Final da Carta Social de Santiago do Cacém, realizado pela RUR – Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda., para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – CIMAL.

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização do território e elemento de fomento da equidade no acesso a bens e serviços públicos, indispensáveis para a qualidade de vida.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento indispensável na proteção e no desenvolvimento social das comunidades, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para os mais diversos grupos sociais, com especial relevo para os mais vulneráveis, com um papel determinante no combate à pobreza, bem como na promoção da inclusão social e na conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste contexto, a Carta de Equipamentos e Respostas Sociais, enquanto ferramenta essencial de planeamento da RSES, apresenta-se como um instrumento central na definição da política social local e no planeamento territorial, permitindo oferecer um quadro de caracterização e análise da oferta e da procura e programar os investimentos a realizar em resultado das carências atuais e futuras que foram identificadas.

Em Portugal, as Cartas de Equipamentos Sociais/Cartas Sociais ganharam visibilidade nos últimos anos no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, concelho, região ou mesmo do país –, constituindo um instrumento técnico que está suportado em vários métodos e técnicas, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas com maior relevância em cada território.

A elaboração destes documentos ao nível local ganhou uma recente importância acrescida, em resultado processo de descentralização de competências do Estado Central para as Municípios e das Comunidades Intermunicipais. Nestes termos, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, veio consolidar um maior envolvimento das entidades municipais e intermunicipais, na prossecução da política social, estabelecendo que *“cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Neste quadro, o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de infraestruturas sociais à procura existente e previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes fundamentais da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município, designadamente:

- enquadramento concetual, político e institucional

- quadro de referência territorial
- diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais
- diagnóstico social prospetivo
- cenários demográficos
- estratégia e programa de ação

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de apoiar a tomada de decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de equipamentos e respostas de ação social, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes e garanta uma maior integração e inclusão social e territorial.

Para a sua elaboração foi essencial o envolvimento ativo do Município de Santiago do Cacém e das entidades do setor social que desenvolvem a sua atividade neste território, aos quais a Equipa muito agradece.

1. Metodologia

1.1. Fluxograma metodológico

A Carta Social de Santiago do Cacém tem como objetivos principais: (i) a caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais, atual e prospetiva; (ii) a avaliação da adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica do município; (iii) a formulação de um programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

O processo de elaboração da Carta está por isso definido por três grandes momentos – caracterização, avaliação e intervenção –, estando estruturado em 7 fases sequenciais (**Figura 1**).

Figura 1. Fluxograma metodológico



Fonte: RUR (2023)

1.2. Auscultação de atores

Para a elaboração deste documento, foram realizadas reuniões com o Município e implementado um processo de inquirição (Anexo A2, A3 e A4) às entidades gestoras dos diversos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho. Para além das opiniões e informações associadas a esse processo, a elaboração da Carta Social de Santiago do Cacém fundamentou-se em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se os provenientes do Município, como o Diagnóstico Social, atualizado em 2020, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ou disponibilizados na Carta Social, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).

O lançamento do processo de inquirição ocorreu em janeiro de 2021, coincidindo com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada a 11 de março de 2020, e que em janeiro de 2021 persistia, inclusive com restrições à circulação). Este facto constituiu um impedimento à celeridade do processo, atendendo aos inúmeros constrangimentos sentidos pelas entidades do setor social durante este período.

O processo de inquirição foi antecedido do levantamento das entidades gestoras dos equipamentos sociais no concelho, com base na Carta do Social do MTSS, e em informação local, devidamente validada pelo município. A estas entidades foram enviados inquéritos para resposta online, de modo a caracterizar a sua atividade. Cada entidade gestora preencheu um questionário respeitante a cada equipamento sob sua gestão, como um questionário de caracterização de cada uma das respostas sociais que presta.

2. Enquadramento concetual, político e institucional

2.1. Conceitos de referência

O **conceito de coesão social**, tem conhecido recentemente uma evolução significativa decorrente da emergência de novos desafios societais, a par com a persistência de desafios tradicionais na sociedade.

Os **desafios societais mais marcantes** integram os fenómenos do crescimento do desemprego, motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela pandemia da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e com fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos, em particular, a população jovem com qualificação superior, que se confrontam com crescentes dificuldades de inserção no mercado de emprego.

Mais recentemente, consolidou-se a problemática do envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o Estado), e emergiram novos desafios como a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias crónicas, que acarretam cuidados sociais e de saúde prolongados.

Destacam-se também as **múltiplas transformações** na família tradicional, marcadas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, com repercussões nas formas tradicionais de apoio às crianças e idosos, na dificuldade de conciliação da vida profissional e familiar e no aprofundamento de novas desigualdades no mercado laboral.

Cumulativamente, ao longo do século XXI, tem-se assistido à **emergência de outros fenómenos de elevado impacto social**, que importa considerar, com especial destaque para:

- novas perceções sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação);
- mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico) e de relações laborais, mas também de novas formas de discriminação no acesso a serviços públicos;
- crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas, impulsionando muitas vezes importantes mudanças sociais;
- perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional);
- mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação;
- preocupação com as questões ambientais, com consequências no aumento da pressão sobre o Estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados;

- declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos atores, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador;
- a própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, onde o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos e pela abertura de fronteiras) e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta complexa *new ecology*, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando a uma monitorização regular, mas também à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Muito embora possam ser considerados diversos conceitos de coesão social na literatura sobre o tema, é aqui adotada a **definição proposta pelo Conselho da Europa**, de acordo com o qual a coesão social traduz a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspectiva de responsabilidade partilhada" (*Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*, 2005). Esta resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: (i) direito igual de todo e qualquer cidadão aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; (ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todos os cidadãos tenha acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

2.2. Contextualização da política social europeia e nacional

Atualmente, a **coesão social constitui-se como um domínio-chave no desenvolvimento humano e social** de cada país, desempenhando uma elevada transversalidade em diversas áreas da vida humana e social. A sua promoção depende da concertação de múltiplos fatores, no entanto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais desempenha uma importância nevrálgica para assegurar respostas a segmentos especialmente vulneráveis da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o bem-estar social e contínuo processo de desenvolvimento.

Neste contexto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais tem vindo a assumir considerável importância na política internacional, europeia, nacional, regional e local.

À **escala internacional**, verifica-se por exemplo, na "Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável", adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, em 2015, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos, nomeadamente, objetivo 1 erradicar a

pobreza; objetivo 2 erradicar a fome; objetivo 3 saúde de qualidade; objetivo 4 educação de qualidade; objetivo 5 igualdade de gênero; objetivo 10 reduzir as desigualdades; entre outros.

Ao nível europeu, Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui-se atualmente como o quadro de referência para a promoção da coesão social na União Europeia (UE), ao promover e reforçar os direitos sociais dos cidadãos europeus.

O pilar é composto por 20 princípios e direitos que abrangem três áreas principais: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção social e inclusão social. Esses princípios incluem, por exemplo, o direito a salários justos, à proteção social adequada, à igualdade de gênero, ao acesso a serviços de saúde e ao apoio à infância.

A relação entre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a coesão social é estreita. A coesão social refere-se à capacidade de uma sociedade manter a equidade, a inclusão e a solidariedade entre os seus membros. O pilar contribui para a coesão social ao garantir que todos os cidadãos europeus tenham acesso a direitos sociais básicos e igualdade de oportunidades. Isso promove uma sociedade mais justa, onde todos podem participar plenamente na vida económica, social e cultural.

Além disso, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais também está relacionado com a oferta de equipamentos sociais. Estes equipamentos são infraestruturas e serviços que visam responder às necessidades sociais dos cidadãos, como creches, centros de emprego ou serviços de apoio à terceira idade. Ao promover a igualdade de acesso aos direitos sociais, o pilar reforça a importância de garantir a existência e a qualidade desses equipamentos sociais.

Através do pilar, a UE procura incentivar os Estados-Membros a investirem em políticas sociais e a cooperarem para melhorar a proteção e os direitos sociais dos cidadãos. O objetivo é garantir uma Europa mais justa e coesa, onde todos possam beneficiar de um elevado padrão de vida e de oportunidades iguais.

À escala nacional, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, entendidos como cruciais em matéria de coesão social e desenvolvimento regional. Assim, estas reformas e investimentos têm procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade territorial da oferta.

Esta é uma evidência transversal aos principais e mais recentes instrumentos financeiros em curso como, por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Na sua arquitetura, este instrumento estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (lares de idosos e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;

- garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

O PRR assume assim como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais norteadas especialmente para alguns grupos vulneráveis com expressão quantitativa mais relevante ou que carecem de atenção particular, nomeadamente, as crianças e jovens, as pessoas idosas, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes. Consequentemente, o esforço de investimento público nesta área tem sido considerável, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

As crises económica, financeira e social cíclicas experienciadas ao longo da última década, reafirmaram a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, dos mais tradicionais, como as crianças e os idosos, aos novos grupos vulneráveis, como os desempregados, os imigrantes e os que são afetados por quadros de doença e incapacidade inesperada motivados por recentes patologias.

Este quadro social e económico de referência impulsionou, nos últimos anos, as cartas de equipamentos e respostas sociais como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que concorrem para a promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência dos indivíduos, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes, estas cartas contribuem ainda para promover um melhor ordenamento e gestão do território. Com efeito, a sua integração e articulação com os demais instrumentos de gestão territorial é fulcral.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social. Estes programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social constituem marcos nevrálgicos da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos, ainda que outros pudessem igualmente aqui ser mencionados (no âmbito dos últimos períodos de programação de apoios comunitários, nomeadamente pós-2007, foram enquadrados apoios específicos para reforçar e qualificar a rede de equipamentos, respostas e serviços sociais, de que são exemplo o Programa Operacional Potencial Humano ou o Programa Operacional Inclusão e Emprego).

Quadro 1. Programas de apoio à rede de equipamentos, respostas e serviços sociais

Instrumento	Descrição
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	No quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDAC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.

Instrumento	Descrição
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)	Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)	Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente CLDS-4G.
Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais	Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expectativas.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências

Mais recentemente, tem-se dinamizado o processo de transferência de competências da Administração Central, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da ação social, ainda que extensível a outras áreas. Visando o reforço da autonomia e das competências do poder local, este processo assenta no reconhecimento do papel das Autarquias enquanto estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento dos cidadãos aos diversos cuidados sociais.

No âmbito deste processo, destacam-se primordialmente os seguintes **marcos legais** sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais

Diploma Legal	Descrição Síntese
Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece a transferência de competências para estas entidades, com identificação precisa das competências a atribuir aos órgãos municipais no seu artigo 12.º.
Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto	Concretiza mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal. No seu Artigo 4.º estabelece para a Carta Social, entre outros aspetos, que é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional e que compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal. No seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece, entre outros aspetos a considerar, que é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal, que compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social supramunicipal e compete à assembleia intermunicipal aprovar a carta social supramunicipal e as respetivas revisões. Importa ainda referir que no seu Artigo 6.º define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das cartas sociais municipais e supramunicipais, são reguladas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social e, por último, importa destacar o seu Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da carta social municipal pela assembleia municipal.

Diploma Legal	Descrição Síntese
Portaria n.º 66/2021, de 17 de março	Relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entende que a “A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território”, visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como “uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade”. Com a presente portaria criam-se assim as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão. No seu Artigo 3.º estabelece o conceito de Carta Social Municipal, no seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, no Artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social. No Artigo 9.º estabelece que a carta social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Este enquadramento legal vem assim reafirmar a necessidade de manter a carta social municipal atualizada, em estreita consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social municipal, considerando as principais dinâmicas observadas no concelho (em especial, as principais alterações na oferta e na procura de equipamentos, respostas e serviços sociais). A sua monitorização regular constitui uma condicionante central da pertinência e adequabilidade deste instrumento para os decisores políticos e técnicos do município, assim como para a promoção efetiva da coesão social e territorial.

2.4. Quadro institucional de planeamento social e local

O município de Santiago do Cacém dispõe de **Rede Social** criada pela resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de novembro e implementada ao abrigo do Programa da Rede Social, com a Declaração de Retificação nº10-0/98 de 30/5/98, e do Decreto-Lei n.º 115/2006. A Rede Social foi criada no município em 2002, contando assim com mais de duas décadas de funcionamento. Esta constitui uma estrutura de governança ao nível local que visa promover a articulação e união de esforços entre os agentes sociais ativos no município para construção de uma estratégia de intervenção social capaz de impulsionar a ativação de respostas e otimização de recursos para responder da forma mais eficaz e eficiente aos desafios e problemas sociais identificados neste território.

A Rede Social de Santiago do Cacém é composta por:

- Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém (CLASSC);
- Núcleo Executivo do CLASSC;
- Comissões Sociais de Freguesia.

O **CLASSC** é um órgão local de concertação estratégica e congregação esforços que funciona como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas sociais no concelho de Santiago do Cacém. Este tem como objetivo primordial a conceção e avaliação da política social concelhia para a promoção do desenvolvimento social no município. Este é constituído por 95 entidades, de natureza jurídica diversa, com intervenção direta ou indireta na área social (conforme listagem em Anexo), que formalmente aderiram à Rede Social. A presidência do CLASSC é assegurada, sob delegação do Presidente da Câmara de Santiago do Cacém, pela Vereadora do Pelouro da Intervenção Social e Saúde.

O CLASSC é uma estrutura de carácter deliberativo, e pelo Núcleo Executivo, um órgão técnico operativo. O **Núcleo Executivo** é constituído por 7 entidades (conforme listagem em Anexo).

As **Comissões Sociais de Freguesia** são órgãos plenários de decisão, constituídas por Presidentes de Junta, organismos públicos, entidades SFL, grupos comunitários organizados representativos de grupos da população e quaisquer pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local (conforme listagem em Anexo). No concelho de Santiago do Cacém existem 2 Comissões Sociais de Freguesia, designadamente:

- Comissão Social da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra;
- Comissão Social de Freguesia de Santo André.

No Alentejo Litoral existe ainda **Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral**. Estas Plataformas foram criadas com o propósito de garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio ao nível da Rede Social, com vista à dinamização de um trabalho em rede que congrega diversas entidades locais e regionais.

A Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral tem uma abrangência territorial se estende para além do município de Santiago do Cacém, aos restantes municípios da NUTS III Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Sines). Esta integra representantes e dirigentes de importantes atores locais em matéria de ação social, nomeadamente, os representantes dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social das áreas territoriais respetivas; os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas; os presidentes dos CLAS respetivos; assim como os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, Número 3 do Artigo 32º, a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral agrega um conjunto de cinco competências sintetizadas na figura seguinte.

Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral



Fonte: Segurança Social (2023)

O concelho dispõe do **Diagnóstico Social de Santiago do Cacém** (Atualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém – 2020), instrumento da maior relevância para a atuação estratégica da Rede Social.

Por conseguinte, a elaboração da **Carta Social do Município de Santiago do Cacém**, agora em curso, constitui-se crucial, por quatro razões centrais, nomeadamente:

- o processo de recenseamento das entidades equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, em termos conceituais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelhio, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;
- o processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;
- a realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- o exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Este processo procura ainda responder a cinco grandes desafios, mais especificamente:

- promover um processo de governação ativa, assente na mobilização dos atores-chave ao longo de todo o processo de Revisão da Carta Social;
- compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e sub-regional;
- promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para os seus residentes, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (aproximadamente 2030).

(página propositadamente deixada em branco)

3. Quadro de referência territorial

3.1. Dinâmicas demográficas e sociais

Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Santiago do Cacém, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata)

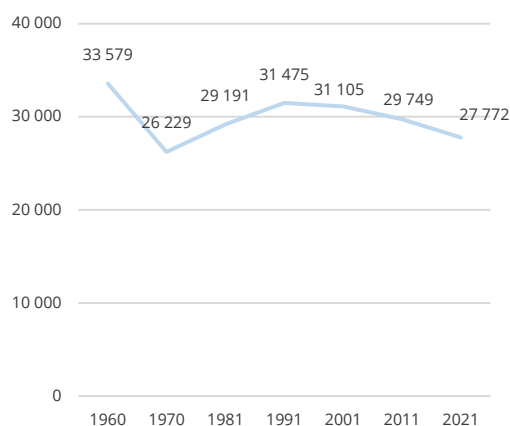


Figura 4. População residente (N.º), nas freguesias de Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)

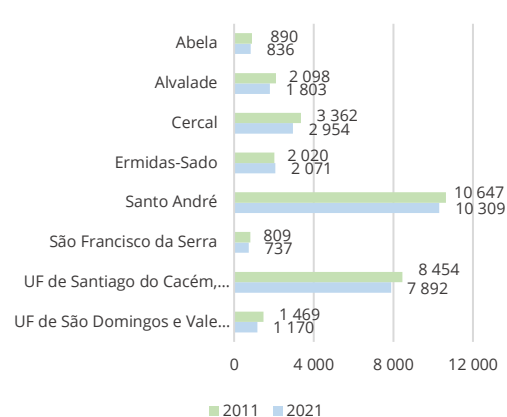


Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (‰), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2022 (INE)

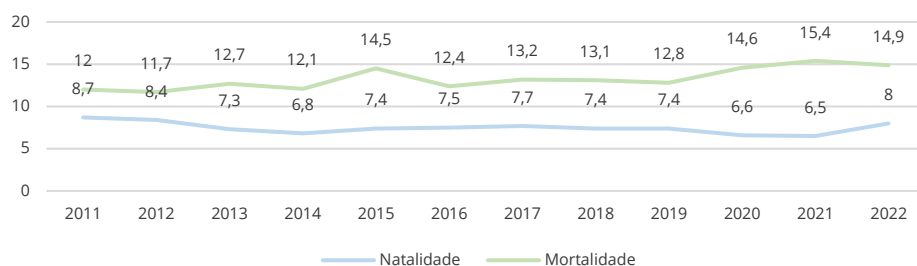


Figura 6. Pirâmide etária, de Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)

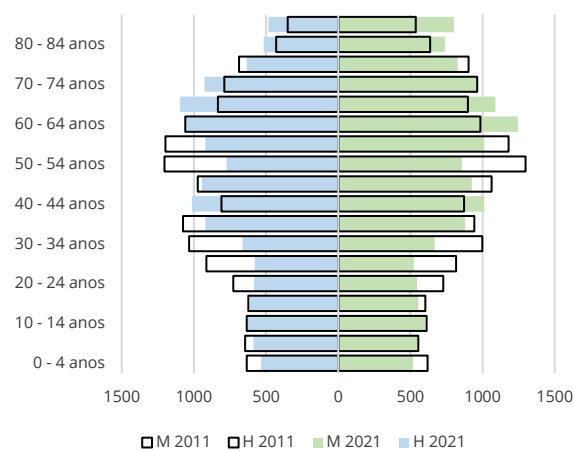
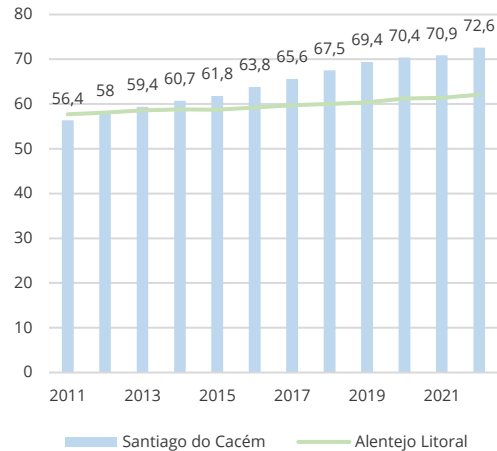


Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2022 (INE)



Em 2021, residiam no concelho de Santiago do Cacém 27.772 pessoas. De um modo geral, **o Município tem vindo a perder população**, tendo-se registado decréscimo populacional de 17,3%, entre 1960 e 2021, não só em resultado da quebra da natalidade, mas também devido aos fluxos migratórios negativos, com impactes no envelhecimento populacional.

Ao longo da última década, as taxas de natalidade e mortalidade espelharam as tendências demográficas estruturantes. A taxa bruta de natalidade manteve-se relativamente estável, sendo que **no ano de 2022 nasceram cerca de 8 crianças por cada 1.000 habitantes** (valor a par da média nacional, 8 ‰). Por sua vez, a taxa bruta de mortalidade tem vindo a aumentar, situando-se nesse ano, nas **14,9 mortes por cada 1.000 habitantes** (valor substancialmente acima da média nacional, 11,9 ‰).

A baixa natalidade tem vindo a reforçar a tendência de envelhecimento do concelho. Em 2021, **mais de 29% da população residente possuía 65 ou mais anos**. Esta situação é mais gravosa nas freguesias com menor efetivo populacional, como é o caso de Abela, cuja população com 65 ou mais anos representava, nesse ano, cerca de 40%. Por sua vez, **o peso da população jovem (com menos de 15 anos) não se alterou, representando apenas cerca de 12% à data do último período censitário**.

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à população jovem, assiste-se a um **progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no caso de Santiago do Cacém**, passou de 190,3 idosos por cada 100 jovens em 2011, para os **236,8 idosos por cada 100 jovens** em 2022 (muito acima da média nacional, 185,6).

A Pirâmide Etária do concelho de descreve um fenómeno de duplo envelhecimento (redução do número de jovens e aumento do número de idosos). Este fenómeno advém das múltiplas dinâmicas já identificadas (redução da natalidade e êxodo da população em idade ativa), mas também revela o aumento positivo da esperança média de vida.

Naturalmente, **uma pirâmide etária mais envelhecida comporta desafios socioeconómicos**. Atendendo ao índice de dependência total, tem-se verificado a um aumento gradual ao longo da última década atingindo o valor mais alto, no ano de 2022. Assim, **para cada 100 indivíduos em idade ativa, existem cerca de 73 com algum grau de dependência**, quer sejam jovens (21,6) ou idosos (51). Estes valores situam-se acima da média nacional, que nesse ano era de 58,4 indivíduos com algum grau de dependência por cada 100 indivíduos em idade ativa.

A distribuição da população no território concelhio evidencia assimetrias. No ano de 2021, a freguesia de Santo André constituía a freguesia mais populosa do concelho, com 10.309 residentes, seguida da UF de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Sarra com 7.892, Cercal com 2.954, Ermidas-Sado com 2.071, Alvalade com 1.803, UF de São Domingues e Vale de Água 1.170, Abela 836, e por último, São Francisco da Serra com 737 habitantes. Ao longo do último decénio, quase todas as freguesias registaram perda populacional, culminando numa variação de -6,6% na globalidade do concelho de Santiago do Cacém. A densidade populacional, em 2021, permite verificar **algum grau de dispersão quanto à ocupação territorial** do concelho. A freguesia de Santo André detém cerca de 37% do efetivo populacional concelhio e registou uma densidade populacional de 136,2 habitantes por Km² (a mais elevada do concelho). Comparando com outros âmbitos territoriais, nomeadamente do Alentejo (18,2 h/Km²) e de Portugal (112,2 h/Km²), **a dimensão territorial abaixo da média concelhia e o elevado efetivo populacional estão na génese desta densidade**.

Caixa 1. Síntese dinâmicas demográficas e sociais

- Decréscimo populacional acentuado.
- Distribuição populacional assimétrica, com uma elevada concentração da população residente na freguesia de Santo André.
- Concentração da população nos lugares de 2.000 ou mais habitantes em detrimento dos lugares de menor dimensão.
- Taxa de mortalidade algo acima da taxa de natalidade.
- Grande peso da população idosa no efetivo populacional concelhio.
- Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa).
- Índice de dependência muito acima da média nacional.

3.2. Rede territorial e urbana

Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria)

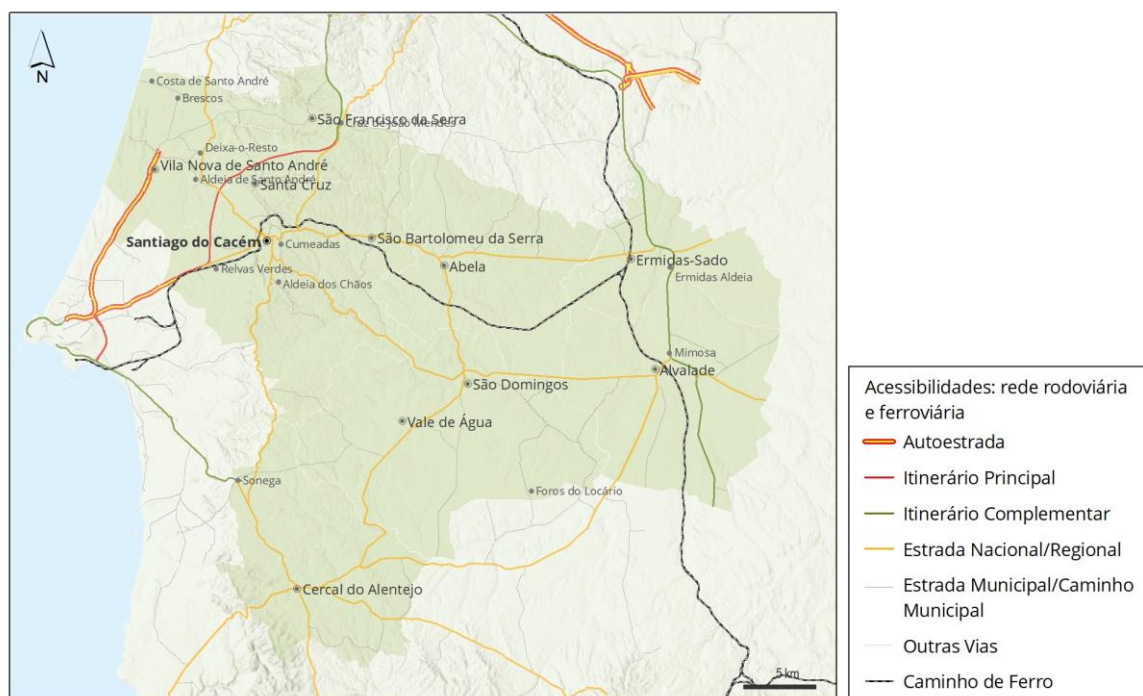
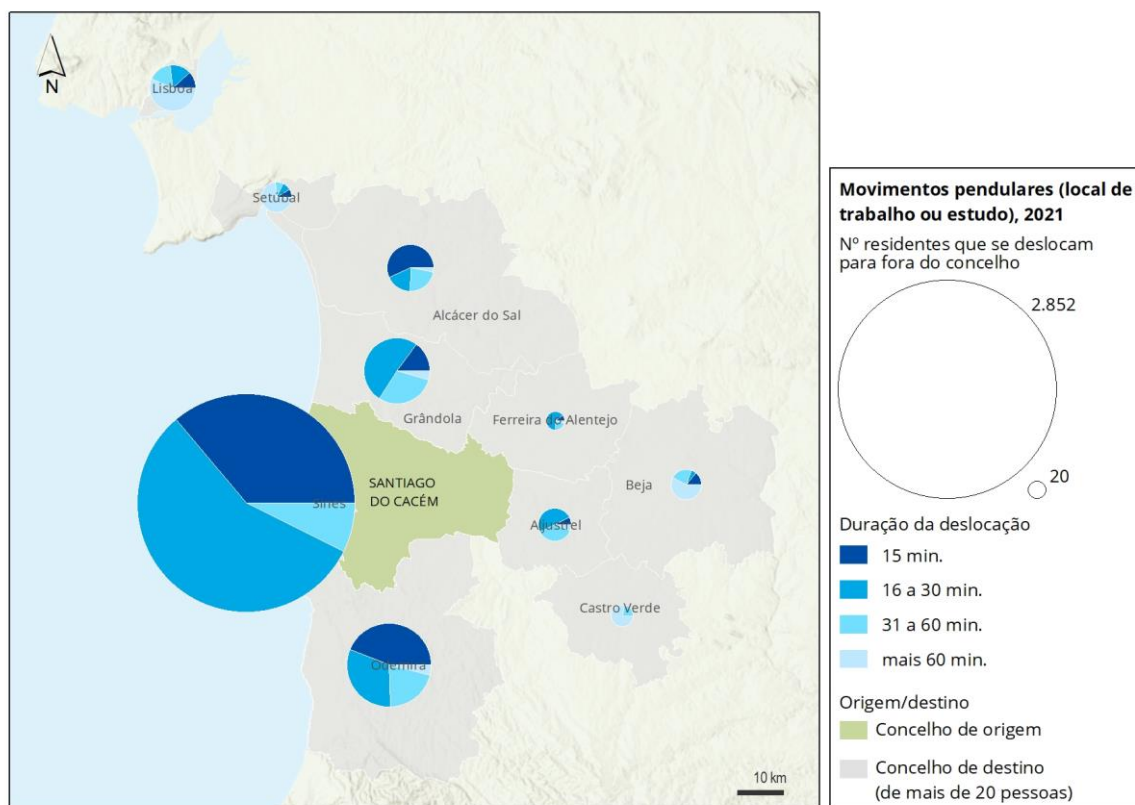


Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)



O concelho de **Santiago do Cacém localiza-se no coração do Alentejo Litoral** e faz fronteira a Norte com Grândola, a Nordeste com Ferreira do Alentejo, a Este com Aljustrel, a Sul com Ourique e Odemira e a Oeste com o município de Sines e com o Oceano Atlântico. Quanto à sua organização interna, Santiago do Cacém está subdividido em oito freguesias, nomeadamente, Abela, Alvalade, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado, Santo André, São Francisco da Serra, União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e União das freguesias de São Domingos e Vale de Água.

O subsistema territorial do Alentejo Litoral, é estruturado por **dois eixos rodoviários de importância regional classificados como vitais para a afirmação do Litoral Alentejano** como polo nacional de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, o **eixo longitudinal costeiro que liga Alcácer do Sal-Santiago do Cacém-Sines-Odemira**, estabelecendo, como já referido anteriormente, a interligação com a AML e com o Algarve (materializado sobretudo pelas ER 253 e 261 e pelo IC4). Em segundo, o **eixo transversal de ligação de Odemira ao nó IP1/IP2 em Ourique**.

Segundo o PROT, **a consolidação de um sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos**: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE); e Centros Urbanos Complementares (CUC). Os CUR definem-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamento e serviços. Neste sentido, o polo de Sines/Santiago de Cacém/Santo André e restantes CUR devem assumir esta função de ancoragem e afirmação regional e para o alcançar, devem:

- afirmar-se enquanto polos nucleares do desenvolvimento da Região, onde os objetivos de competitividade e coesão regional são ancorados;
- desenvolver redes de forte articulação com os níveis hierárquicos superiores e ou inferiores, contribuindo para uma forte coesão do conjunto urbano;
- desempenhar funções de articulação regional, liderar processos de inovação e desenvolvimento económico e dinamizar redes urbanas de afirmação externa;
- impulsionar redes multifuncionais e ou temáticas (cidades patrimoniais, cidades inteligentes, cidades turísticas, cidades desportivas, entre outras), como fatores de integração e motivação de desenvolvimento e qualificação urbana das cidades;
- fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

Com base na rede de infraestruturas de comunicação existentes, em matéria de acessibilidades, a **presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, o IC33** que passa entre os dois maiores aglomerados urbanos municipais (Santiago do Cacém e Santo André) e estabelece uma ligação entre Grândola e Sines, com uma orientação Norte-Sul. E o **IC1**, com características semelhantes que oferece uma ligação alternativa entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral. Ao nível sub-regional, destaca-se a ER120, ER120-3, ER261, ER389 e a ER 390, responsáveis pela distribuição do tráfego pelas 8 freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local.

Ainda ao nível das acessibilidades, **a conectividade ferroviária, é definida pela presença da linha do Sul e da linha de Sines**. Importa acrescentar que o troço do Porto de Sines à estação de Ermidas do Sado **está a ser modernizado, no âmbito da construção do novo corredor internacional do Sul** (Nova linha de Évora).

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a **concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica**.

No concelho de Santiago do Cacém, ao longo da última década, **registou-se uma tendência algo desfasada da média nacional**. Existe uma maior proporção da população residente isolada e nos lugares com 2.000 ou mais habitantes, em detrimento dos aglomerados de menores dimensões. Assim, **em 2021, cerca de 51% da população residia em lugares com 2.000 ou mais habitantes** e 7,6% apresentava uma ocupação isolada.

Tal como consta do PDM, o sistema urbano de Santiago do Cacém é constituído por quatro níveis de aglomerados urbanos e um quinto nível que integra as áreas classificadas como aglomerados rurais. **A hierarquia dos aglomerados foi definida em função de critérios administrativos, de dimensão, grau de infraestruturação e dotação de equipamentos e da localização de atividades económicas**, com o objetivo de estabelecer uma classificação adequada à estratégia de desenvolvimento e ao reforço da coesão territorial. A hierarquia do sistema urbano apresenta a seguinte organização:

- nível I: Santiago do Cacém; Vila Nova de Santo André;
- nível II: Alvalade; Cercal do Alentejo; Ermidas -Sado;
- nível III: Santa Cruz; Abela; São Bartolomeu da Serra; São Francisco da Serra; Vale de Água, São Domingos; Aldeia de Santo André;
- nível IV: Ademas; Aldeia de Chãos; Brescos; Costa de Santo André; Cruz de João Mendes; Deixa-o-Resto; Ermidas-Aldeia; Mimosa; Relvas Verdes; Roncão; Sonega; Vale das Éguas; Aldeia do Cano; Giz; Azinhal; Outeiro do Lobo; Faleiros; Cova do Gato; Pouca Farinha; Retiro do Pontão; Arealão.

Os aglomerados rurais, para os quais são definidas estratégias de qualificação paisagística, **assumem funções residenciais e auxiliares ao desenvolvimento rural e de dotação de infraestruturas autónomas, eficientes e sustentáveis**. Os aglomerados rurais de Santiago do Cacém são: Vale da Eira; Escatelares; Foros da Quinta; Foros do Locário; Foros da Casa Nova.

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Segundo os censos de 2021, dos 13.991 residentes em Santiago do Cacém que trabalham ou estudam, **4.162 destes desempenham as suas atividades fora do concelho (29,7%)**. A procura incide com particular destaque nos concelhos de Sines (2.852), Odemira (423) e Grândola (259). **Estes dados revelam um incremento da população que estuda ou trabalha fora do concelho em termos relativos e absolutos, face aos dados de 2011**. É importante reter que os valores de 2011 podiam estar condicionados pelos impactes da crise económica.

Caixa 2. Síntese rede territorial e urbana

- Santiago do Cacém no coração do Alentejo Litoral.
- Santiago do Cacém integra um dos eixos rodoviários de importância regional para a afirmação do Litoral Alentejano.
- Proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a IC33 e o IC1, que com características semelhantes, oferecem uma ligação entre a AML e a sub-região do Alentejo Litoral.
- Concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor dos aglomerados de menor expressão demográfica.
- A hierarquia dos aglomerados de Santiago do Cacém foi definida em função de critérios administrativos, de dimensão, grau de infraestruturação e dotação de equipamentos e da localização de atividades económicas.
- Existe uma significativa pendularidade da população ativa no concelho (4.162 residentes trabalham ou estudam em outros concelhos e 1.691 residentes de outros concelhos deslocam-se a Santiago do Cacém para trabalhar ou estudar).

3.3. Inclusão e desenvolvimento social

Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Santiago do Cacém, em 2011 e 2021 (INE)

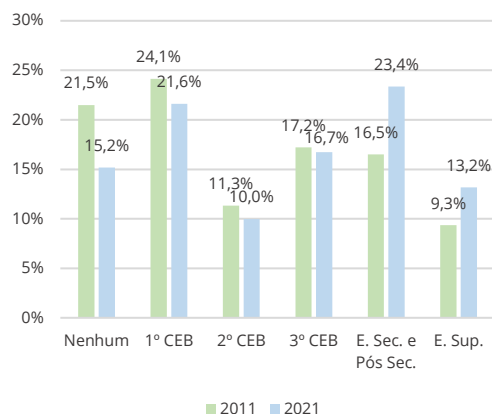


Figura 11. Taxa de desemprego, em Santiago do Cacém (%), em 2011 e 2021 (INE)

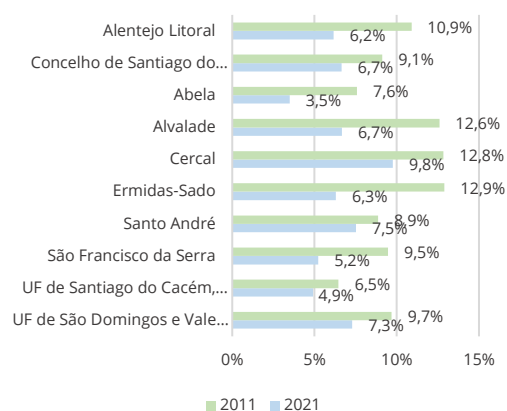


Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2021 (INE)

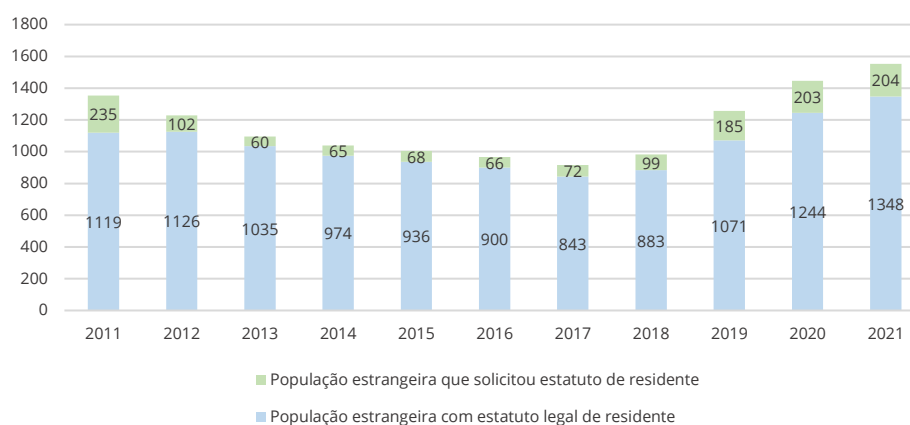


Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Santiago do Cacém, entre 2011 e 2021 (INE)

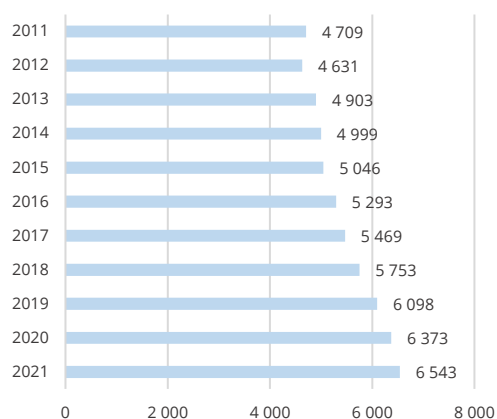
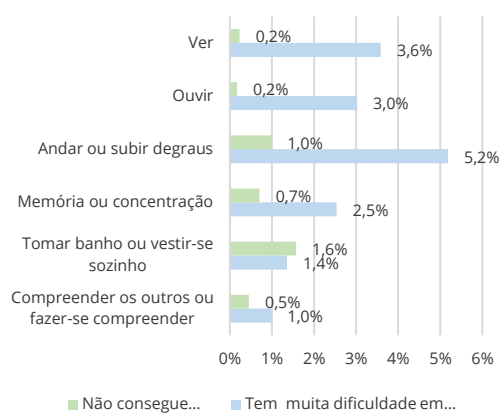


Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Santiago do Cacém, em 2021 (INE)



Os **níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos** constituem uma das dimensões mais relevantes para o desenvolvimento social, contribuindo para uma maior coesão e competitividade da base económica. Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio, Portugal tem vindo a registar progressos consideráveis.

Santiago do Cacém revelou uma melhoria dos níveis de ensino ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho caiu para os 15,2%, mas permanece ainda acima da média nacional (13,7%). Não obstante, ainda **existe uma grande dimensão da população com baixos níveis de ensino** (cerca de 37% possui apenas o 1ºCEB, ou é analfabeta). Estes valores constituem uma consequência dos indicadores demográficos já evidenciados, uma vez que a população idosa apresenta níveis de escolaridade mais baixos. Por outro lado, **a população com ensino secundário ou superior registou um aumento expressivo.** Em 2021, 23,4% dos munícipes possuíam ensino secundário e 13,2% ensino superior.

Atendendo à taxa de desemprego, em 2021, **Santiago do Cacém apresentou uma de taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional** (8,1%). É relevante sublinhar a evolução face a 2011, ano com valores agravados pelo impacto da crise económica que afetou o país entre 2008 e 2013. Por sua vez, a taxa de atividade em 2021 era de 44,7%, evidenciando um **decréscimo da importância da população ativa face à população total residente.**

Com base média de indivíduos desempregados inscritos no centro de emprego, em 2019 atingiu-se o valor mais baixo do último decénio, com uma média anual de 686,5 inscritos. Em 2020 verificou-se um aumento, consequência da crise pandémica provocada pela COVID-19. Não obstante, acabaram por ser mitigados no ano seguinte. O universo de inscritos no centro de emprego revelava um **maior peso da população feminina** (cerca de 52%), um **peso significativo de população que se encontrava à procura de novo emprego** (≈95%) e uma **prevalência das inscrições inferiores a 1 ano** (≈61%).

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2021, a percentagem de população estrangeira aumentou na generalidade do país, atingindo os 4% em Santiago do Cacém, valor particularmente reduzido, comparando com a média do Alentejo Litoral (12,1%). Desde 2017, ano em que se registou o menor número de estrangeiros residentes na última década (848), tem-se assistido a um aumento deste indicador. **Em 2021, residiam em Santiago do Cacém 1.272 indivíduos de origem estrangeira.**

Os pensionistas da segurança social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida. **Em 2021, residiam em Santiago do Cacém 9.918 pensionistas da segurança social,** o que equivale a 30,8% do total do Alentejo Litoral e a 35,7% da população residente. **Ao longo da última década, o número de pensionistas da segurança social aumentou, a par das dinâmicas demográficas concelhias. Consequentemente, o montante de pensões pagas pela Segurança Social em Santiago do Cacém também aumentou** (de cerca de 45.8 milhões de Euros em 2011 para 64,9 milhões em 2021). Este aumento, advém do aumento do número de pensionistas e das atualizações ao valor das respetivas pensões.

No que respeita às prestações familiares, o **número de beneficiários e beneficiários descendentes do abono de família tem vindo a oscilar.** Em 2021, 2.703 crianças e jovens beneficiavam destes apoios, com um valor total atribuído de 1.634 milhares de euros.

Muito dependente da evolução socioeconómica, **parte da população ativa sofre de problemas sociais de pobreza e exclusão social e doença.** O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias, como as monoparentais, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio

de desemprego. No município de Santiago do Cacém verifica-se também dificuldade de acesso aos transportes para deslocação para o emprego, por défice de redes de transporte; e inexistência de equipamentos para a Infância, nomeadamente creches, em diversas localidades.

Em 2021, o ganho médio mensal da população ao serviço em Santiago do Cacém era de 1 104,17€, montante abaixo dos valores médios nacionais (1 289,50€) e sub-regionais (1 232,34€). Os trabalhadores não qualificados auferiam, em média, 851,71€ por mês, valor também abaixo da média nacional.

Foi neste contexto que a criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do Rendimento Social de Inserção (RSI), que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida. **O número de beneficiários do RSI em Santiago do Cacém diminuiu na última década,** registando no ano de 2021, 325 beneficiários, face a 535 no ano de 2012. **Os principais beneficiários deste apoio social possuíam menos de 25 anos (35,4%), seguidos da população com 55 ou mais anos (28,9%).**

Noutra vertente, a **população portadora de deficiência é um grupo igualmente vulnerável que deve ser objeto de medidas específicas pela política social local**, cuja condição está muitas vezes associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras, que influenciam negativamente a coesão social dos territórios.

Com base nos resultados dos censos 2021, **aproximadamente 4% da população de Santiago do Cacém não via ou tinha muitas dificuldades em fazê-lo, e cerca de 3% apresentava severas dificuldades de audição.** Atividades motoras, como **andar, ou subir degraus atingiam a maior fatia dos residentes, na medida em que mais de 6% da população apresentava graves constrangimentos.** Existem ainda outros problemas que condicionam o bem estar dos munícipes, nomeadamente problemas de memória ou concentração (3,2%), dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho (2,9%) e compreender os outros ou fazer-se compreender (1,4%). **Face aos dados de 2011, é importante sublinhar que a percentagem de pessoas portadoras das dificuldades acima enunciadas diminuiu ao longo da última década.** Tendência oposta ao que seria expectável com as dinâmicas demográficas já identificadas.

Caixa 3. Síntese inclusão e desenvolvimento social

- Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade.
- Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional.
- Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional.
- Decréscimo da importância da população ativa face à população total residente.
- O desemprego em Santiago do Cacém reflete uma maior procura de novos trabalhos e períodos de espera reduzidos.
- Aumento da população estrangeira residente no concelho, ao longo dos últimos anos.
- Aumento do número de pensionistas e do valor das pensões da Segurança Social.
- Ligeiro aumento dos beneficiários e montante total atribuído nos abonos familiares.
- Ganho médio mensal da população ao serviço em Santiago do Cacém abaixo da média nacional e sub-regional.
- Diminuição do número de beneficiários do RSI, ainda que o peso da população jovem se mantenha elevado (35,4%).
- Diminuição da população com dificuldades / deficiências.

4. Diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais

4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

A análise apresentada seguidamente encontra-se suportada na informação recolhida no processo de inquérito realizado no âmbito do presente trabalho.¹

Foram identificadas um total de 20 entidades proprietárias, responsáveis pela gestão de 35 equipamentos em funcionamento no município de Santiago do Cacém:

- Academia Sénior de Artes e Saberes
- Apoio Com Carinho - Centro Geriátrico, Lda.
- Associação Intervir.Com*
- Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém**
- Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado
- Associação de Bem Estar Social da Freguesia De Santa Cruz
- Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém*
- Casa do Povo de Abela
- Casa Do Povo de Alvalade
- Casa Do Povo de Cercal Do Alentejo
- Casa Do Povo de São Domingos da Serra
- Centro Dia de São Francisco da Serra
- Centro Social Paroquial de Santa Maria
- Centro Social Paroquial de Santa Maria (Caritas)
- Cercisiago - Cooperativa para Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém
- Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, CrI*
- Nuclisol - Jean Piaget-Associação para o Desenvolvimento da Criança, Integração e Solidariedade
- O Golfinho Creche E Jardim Infância, Lda*
- Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém

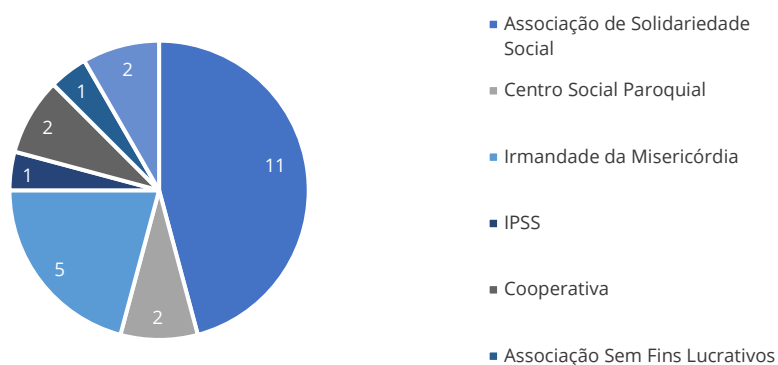
*Entidade não inquirida

** Entidade inquirida no âmbito no processo de elaboração deste instrumento no Município de Sines, cuja informação foi vertida na presente Carta Social.

¹ O processo de inquirição abrangeu a grande maioria das entidades/ equipamentos sociais em funcionamento no concelho de Santiago do Cacém. Os equipamentos/entidades não inquiridos serão referenciados, sempre que possível, ao longo do documento.

O **conjunto em análise** é composto por 16 entidades, com um total de 24 equipamentos, que responderam ao inquérito realizado.

Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº)

Natureza Jurídica	Total	Sem fins lucrativos						Com fins lucrativos
		Privadas						
Domínio/Subdomínio de atuação		Associação de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Cooperativa	Associação Sem Fins Lucrativos	
I. Infância e juventude								
Crianças e Jovens	6	4	-	1	-	-	-	1
Crianças e Jovens em situação de perigo	1	-	1	-	-	-	-	-
Crianças e jovens com deficiência	1	-	-	-	-	1	-	-
II. População adulta								
Pessoas idosas	12	7	1	1	1	-	1	1
Pessoas adultas com deficiência	1	-	-	-	-	1	-	-
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-	-	-	-	-	-	-	-
III. Família e comunidade								
Família e comunidade em geral	5	3	1	1	-	-	-	-
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. Pessoas vítimas de violência								
Centro de atendimento	-	-	-	-	-	-	-	-
V. Pessoas imigrantes								
Centro de atendimento	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito RUR, 2022

A **crescente tendência para a diversificação da forma e natureza das entidades sociais tem vindo a marcar o domínio da ação social**, alicerçada na urgente necessidade de se adaptar à heterogeneidade das problemáticas e desafios que surgem numa sociedade que necessita, cada vez mais, de reforçar as respostas tradicionais, enquanto cria abordagens inovadoras, atendendo ao aumento das necessidades. Desta forma, o conhecimento do

perfil das entidades gestoras é particularmente relevante dado que estes configuram os principais agentes de intervenção direta no domínio social daquele território.

Importa neste contexto relevar que **são consideradas entidades gestoras todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos, onde se desenvolvam serviços e respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionem sem necessidade de equipamento.**

Em Santiago do Cacém, **apenas 2 entidades têm fins lucrativos**, o que constitui uma mais-valia para um acesso mais equitativo aos serviços sociais, que se pretendem universais e ajustados às populações mais vulneráveis. Dentro destas, a tipologia que mais se destaca são as Associações de Solidariedade Social, com 8 entidades. De seguida, encontra-se o Centro Social Paroquial e entidades com fins lucrativos, com 2 entidades em cada uma destas tipologias. As restantes entidades distribuem-se por Irmandade da Misericórdia, IPSS, Cooperativa e Associação Sem Fins Lucrativos, verificando-se assim uma elevada diversidade da natureza jurídica das entidades em Santiago do Cacém. As entidades com mais equipamentos são a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém (5), a Casa do Povo de Alvalade (3), a Casa do Povo de São Domingos da Serra (2) e a CERCISIAGO (2).

Quanto ao âmbito geográfico de atuação das entidades, **a grande maioria atua circunscrita à escala concelhia, sendo 16 as que se dedicam inteiramente a esta escala.** Contudo, existem 6 entidades que desenvolvem a sua atividade à escala nacional e regional, como por exemplo o Nuclisol Jean Piaget, a Cercisiago e a Casa do Povo de Alvalade.

As entidades gestoras de equipamentos localizados em Santiago do Cacém cobrem 3 domínios e 6 subdomínios de atuação. **Cerca de 13 entidades concentram a sua operação no domínio da População adulta e 8 no domínio da Infância e juventude.** O subdomínio da Família e comunidade em geral desempenha ainda um papel importante, já que 5 entidades desenvolvem atividade neste, complementando a oferta dos subdomínios mais tradicionais.

Verifica-se que existe maior concentração das entidades no subdomínio das **Pessoas Idosas, pois concentram 12 das 13 entidades no domínio da População Adulta.** Em contraste, apenas uma entidade canaliza a sua resposta para Pessoas adultas com deficiência. **O segundo subdomínio com maior concentração de entidades é o das crianças e jovens**, com 6 entidades. Dentro do domínio da Infância e juventude, existe uma entidade para cada um dos seguintes subdomínios - Crianças e Jovens em situação de perigo e Crianças e jovens com deficiência. No subdomínio da Família e Comunidade em geral, concentram-se 5 entidades canalizadas.

A análise dos investimentos programados a curto prazo (2 anos) em Santiago do Cacém demonstra que 6 entidades (correspondente a 6 equipamentos) mencionaram intenções de realizar intervenções, localizados ao longo de cinco freguesias. A freguesia de Santo André concentra 2 entidades com intenções de renovar e remodelar as suas instalações. Nas restantes freguesias de Abela, Alvalade, Cercal e São Francisco da Serra, apenas uma entidade em cada uma destas freguesias indicou investimentos, na grande maioria no âmbito da renovação e remodelação. Destas 6 entidades, 4 têm como natureza jurídica Associações de Solidariedade Social, uma IPSS e um Centro Social Paroquial. Assim, **do total das 15 entidades, apenas 37,5% tem investimento programados a curto prazo**, existindo 10 entidades que não preveem realizar investimentos nos seus equipamentos. Esta realidade é demonstrativa de uma fraca capacidade de intervenção, sobretudo no contexto pós-pandémico marcado por fragilidades económico-sociais, que reforçam o papel das entidades sociais.

As entidades auscultadas evidenciam a existência de inúmeros constrangimentos que interferem com a sua capacidade de atuação e com o funcionamento dos equipamentos, sendo a grande parte problemas comuns e transversais às entidades. Os problemas mais relatados têm que ver com as **dificuldades financeiras**, provenientes da **falta de comparticipação financeira**, da **diminuição das receitas** face à redução de utentes em algumas

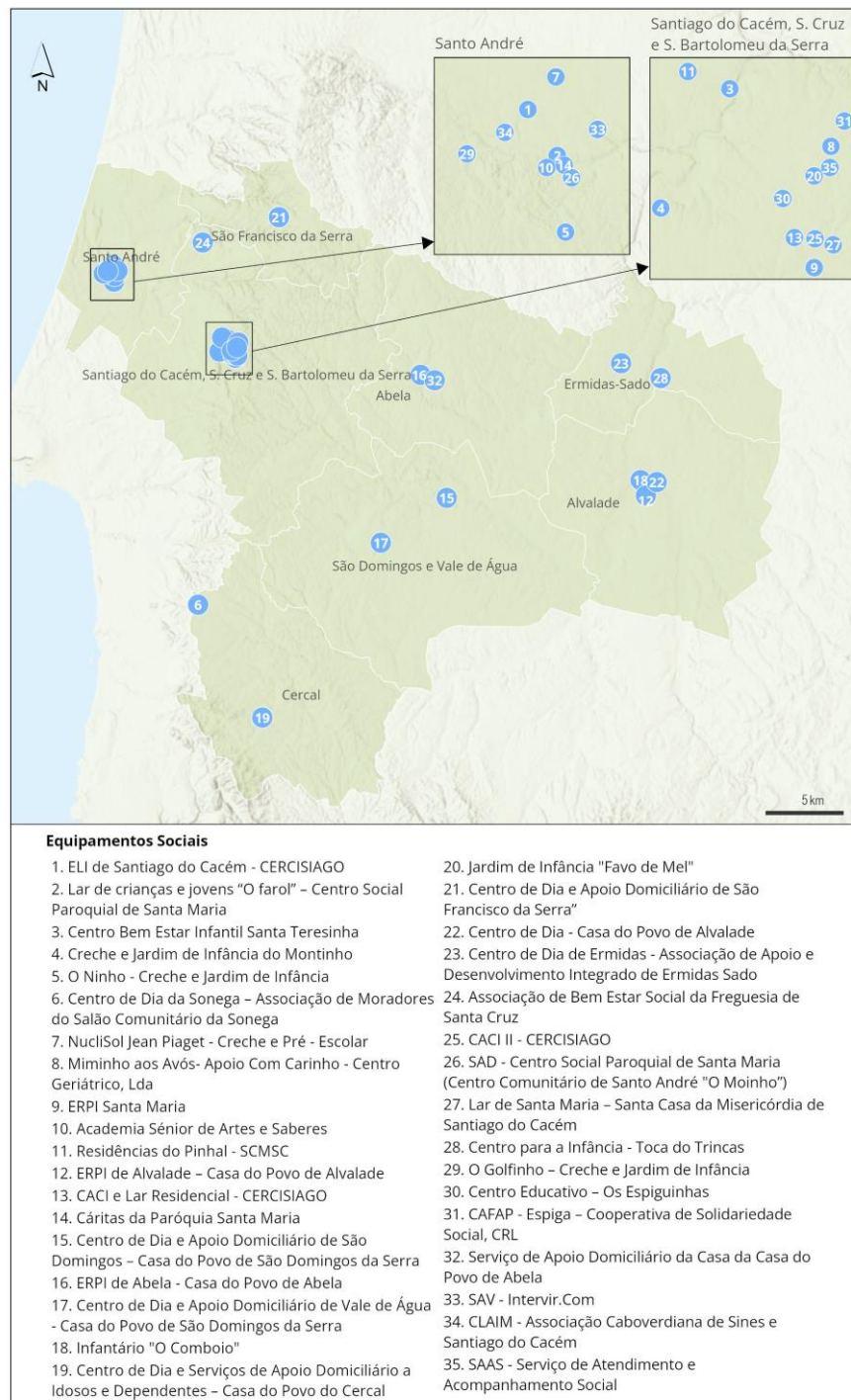
respostas sociais e da subida da inflação. O segundo constrangimento mais relatado tem que ver com a **falta de recursos humanos qualificados**, seguindo-se a **necessidade de melhorar o estado físico dos equipamentos**.

Caixa 4. Síntese das entidades gestoras dos equipamentos sociais

- Apenas duas entidades gestoras têm fins lucrativos.
- O âmbito de atuação geográfica predominante é o concelhio/local.
- Domínios de atuação mais tradicionais, isto é, vocacionados para a População adulta (população idosa) e Infância e juventude (crianças e jovens), são os que apresentam maior canalização de entidades.
- Apenas 37,5% das entidades têm investimentos programados a curto prazo (2 anos).
- Os principais constrangimentos centram-se nas dificuldades financeiras das entidades, na falta de recursos humanos qualificados e na necessidade de melhorar o estado físico dos equipamentos.

4.2 Caracterização dos equipamentos sociais

Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022



Fonte: Equipa Técnica, 2024.

Nota: Os equipamentos Centro para a Infância- Toca do Trincas (Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado), CAFAP (Espiga - Cooperativa de Solidariedade Social, Crl), CAE- Casa de Acolhimento de Emergência, Serviço de Apoio à Vítima, RAP - Resposta de Apoio Psicológico), Intervir. Com - Associação de Promoção da Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural), O Golfinho - Creche e Jardim de Infância, Lda, SAAS (Câmara Municipal de Santiago do Cacém) funcionam em instalações que não foram inicialmente alvo de inquérito.

O **Centro de Apoio à Integração do Migrante (CLAIM)** da **Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém**, esta sediado em Sines e foi inquirido no âmbito da Carta Social de Sines. Trata-se de uma resposta conjunta para os dois concelhos.

A **Espiga - Cooperativa de Solidariedade Social, Crl**, é entidade de enquadramento da **Creche Familiar** do Estabelecimento Integrado “Centro Infantil de Sines “A Conchinha”, localizada em Sines. Há amas integradas em Creche Familiar pela instituição em diferentes freguesias do concelho de Santiago do Cacém, como Cercal, Santo André e Santiago do Cacém. O equipamento de enquadramento localiza-se no concelho de Sines, não constando, por essa razão, da figura 16.

Os equipamentos não inquiridos serão referenciados, sempre que possível, ao longo do documento. A análise apresentada seguidamente encontra-se suportada na informação recolhida no processo de inquirição realizado.

Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)

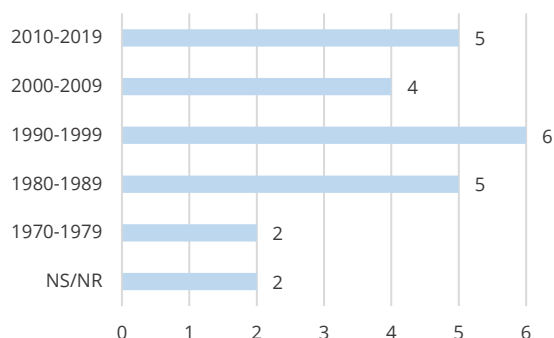


Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)

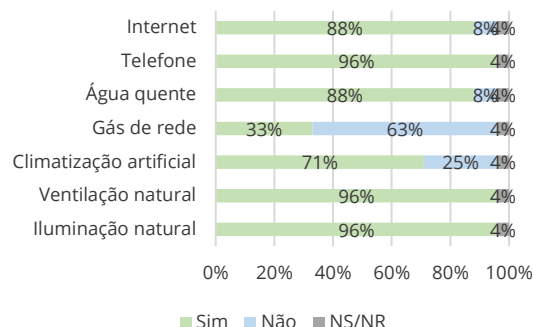


Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)

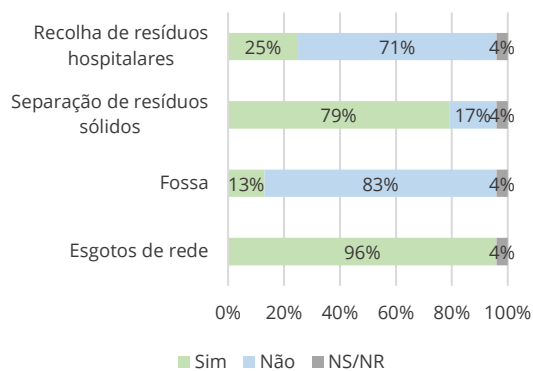


Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)

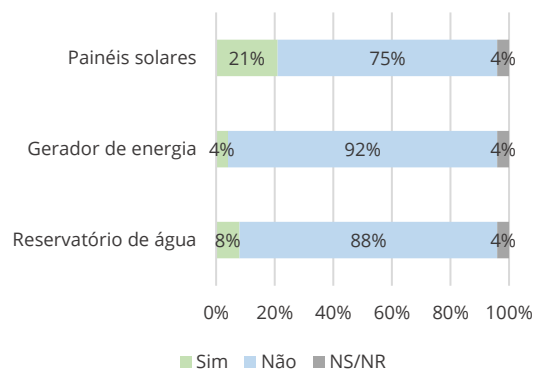


Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)

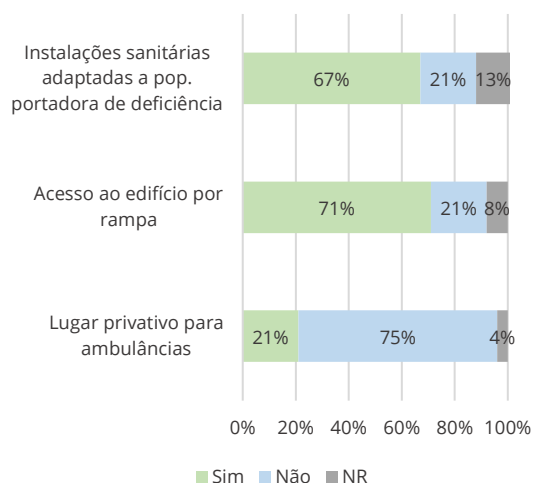
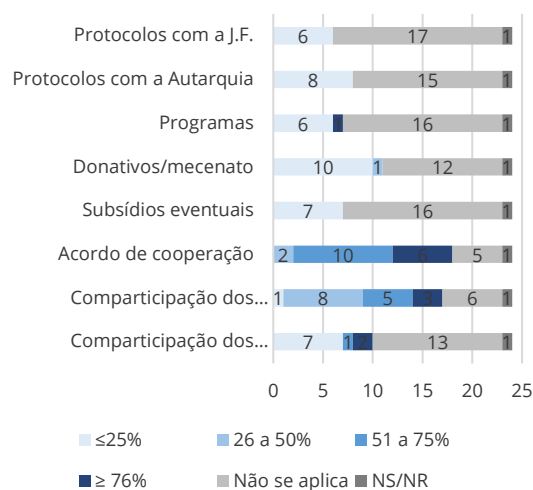


Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

A análise realizada baseia-se na resposta aos questionários preenchidos por 16 entidades e respeita a 24 equipamentos. Destes, 5 equipamentos agregavam respostas sociais de dois ou mais subdomínios de intervenção.

Neste contexto, 13 equipamentos prestavam apoio às pessoas idosas, enquanto 7 estavam vocacionados para crianças e jovens e 6 para o apoio da Família e comunidade em geral. Os demais subdomínios de intervenção social Pessoas adultas com deficiência, Crianças e jovens com deficiência e em situação de perigo eram prestados entre 1 e 2 equipamentos.

A **distribuição territorial da maioria dos equipamentos sociais concentra-se nas duas freguesias mais populosas do município**, dado que as freguesias de Santo André (10.309 habitantes) e UF de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra (7.892 habitantes) concentram 6 e 8 equipamentos, respetivamente, o que representa 58,3% da oferta em Santiago do Cacém. A freguesia de Alvalade, a quinta mais populosa, concentra 3 equipamentos. As restantes freguesias do município reúnem entre 2 e 1 equipamento no seu território.

A maioria do parque de equipamentos **iniciou funções no século XX (54%)**, sendo a década de 1990-1999 a que mais equipamentos iniciaram funções (25%). Desde 2000, iniciaram funções 38% dos equipamentos, 21% destes entre 2010 e 2019. Desde 2020, nenhum equipamento iniciou funções. Os primeiros equipamentos a iniciar funções foram o Centro de Bem Estar Infantil Santa Teresinha (1976) e a Creche e Jardim de Infância "O Ninho" (1978).

No que respeita ao tipo de instalações dos equipamentos sociais, verifica-se que 19 funcionavam num edifício autónomo e que 12 apresentava uma construção adaptada. Metade dos equipamentos estão sob regime de propriedade (12), ou seja, pertencem à entidade gestora, enquanto 7 funcionam sobre cedência por outras entidades e 5 sobre arrendamento.

De um modo global, **os equipamentos sociais de Santiago do Cacém apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto**, sendo que mais de 71% dos equipamentos dispõem da generalidade dos fatores analisados, com destaque para a iluminação natural (96%), ventilação natural (96%) e telefone (96%). Por outro lado, apenas 33% dispõe de gás de rede. Ao nível ambiental, todos os equipamentos que responderam à questão têm sistema de esgotos de rede, 79% faz a separação de resíduos sólidos e apenas 13% funcionam com um sistema de fossa.

Em matéria de autonomia, **a maioria dos equipamentos tem níveis limitados**, uma vez que a grande maioria não dispõe dos fatores analisados. A título de exemplo, **88% dos equipamentos não dispõem de reservatório de água, 92% não têm meios de geração de energia e 75% não possuem painéis solares. No domínio da segurança, a maioria dos equipamentos dispõe de níveis de segurança satisfatórios**, uma vez que mais de 83% tem simbologia de evacuação, saídas de emergência e extintores e mais de 70% dispõe de plano de evacuação e sistema de deteção de incêndios.

No que respeita às condições de mobilidade e acesso ao edifício, de um modo geral os equipamentos dispõem de algumas das condições necessárias, sendo necessária a intervenção em alguns aspetos. Exemplo disso é o facto de **17 dos equipamentos ter acesso por rampa (71%), apesar de apenas 4 (17%) ter dispositivo mecânico para pessoas com mobilidade condicionada**. Em matéria de estacionamento, persiste uma maioria de equipamentos que não possui parque de estacionamento privativo para visitantes (83%), nem lugar privativo para ambulâncias (75%). Em questões de mobilidade no edifício, **a grande parte dos equipamentos cumpre na dimensão das portas interiores (79%) e possui instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência (67%)**. Por outro lado, metade não tem ascensores e 46% não tem balcões ou guichets.

A perceção das entidades gestoras do estado de conservação dos equipamentos é moderada, já que indicam que 67% (16) dos equipamentos se encontra num estado razoável e 25% (6) em bom estado. Das entidades que responderam um estado de conservação razoável, a grande parte são Associações e Instituições de Solidariedade Social.

Quanto ao financiamento dos equipamentos, verifica-se que as entidades gestoras recorreram a diversas fontes, sejam fundos comunitários, privados, ou provenientes da Administração Central ou Local para a aquisição das instalações, mas também para apoiar no funcionamento. **As fontes de financiamento Acordos de cooperação e Comparticipação dos utentes são as mais utilizadas, estando presente em 18 e 17 equipamentos, respetivamente.** No caso dos acordos de cooperação, em 10 dos equipamentos, esta fonte representava entre 51 a 75% do total do financiamento e em 6 dos equipamentos mais de 76%. A comparticipação dos utentes varia entre uma percentagem de financiamento dos 26 aos 50% em 8 equipamentos e entre 51 a 75% em 5 equipamentos. **A terceira fonte mais aplicada são os Donativos/mecenato, sendo 11 os equipamentos apoiados por esta via, embora com uma representação de menos de 25% em 10 destes.** Cerca de 10 equipamentos utilizam a Comparticipação dos associados como fonte de financiamento, contudo representam uma pequena percentagem do financiamento total em 7 destas. Os protocolos com a autarquia e junta de freguesia bem como os programas são aplicados entre 8 e 6 equipamentos, na sua maioria com reduzida percentagem de financiamento (<25%).

Os 24 equipamentos em funções em Santiago do Cacém empregavam 487 trabalhadores (20,3 trabalhadores por equipamento). **Destes, 92% eram do sexo feminino,** demonstrativo de uma forte feminização do setor social no concelho. Por outro lado, 77 trabalhadores tinham nacionalidade estrangeira, que representam 16% dos recursos humanos, e apenas um com deficiência. A ERPI de Santa Maria da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é o equipamento que concentra maior número de recursos humanos (100), seguindo-se a Casa do Povo de Alvalade (76) e a ERPI da Casa do Povo de Abela (47).

Caixa 5. Síntese da caracterização dos equipamentos sociais

- A distribuição territorial da maioria dos equipamentos sociais concentra-se nas duas freguesias mais populosas do município (Santo André e UF de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra)
- As condições de mobilidade e acesso aos edifícios são adequadas de um modo geral, embora seja necessária a intervenção em alguns aspetos.
- Segundo a perceção das entidades gestoras, 67% dos equipamentos encontra-se em estado de conservação razoável.
- As fontes de financiamento Acordos de Cooperação e Comparticipação dos utentes são as mais utilizadas para o funcionamento dos equipamentos.
- Dos 487 recursos humanos, 92% pertencem ao sexo feminino e 16% têm nacionalidade estrangeira.

4.3. Caracterização das respostas sociais

4.3.1. Infância e juventude

Figura 23 - Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Santiago do Cacém, em 2023



Fonte: Equipa Técnica, 2024.

CRECHE

Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada em creche (N.º)

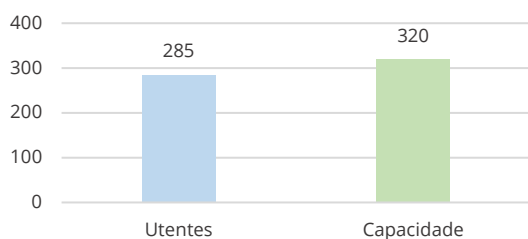
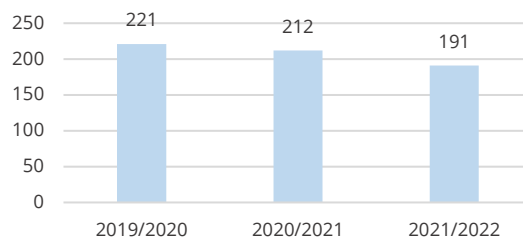


Figura 25. Utentes em creche, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)



CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada em CATL (N.º)

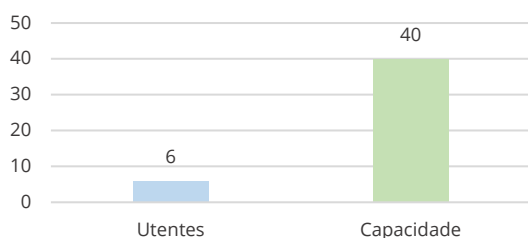
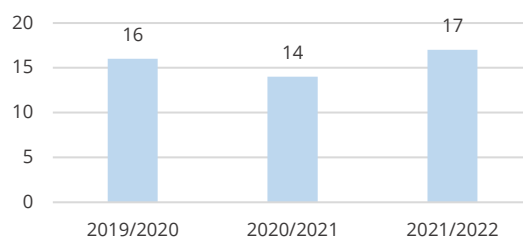


Figura 27. Utentes em CATL, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)



INTERVENÇÃO PRECOCE

Figura 28. Utentes e capacidade máxima instalada em intervenção precoce (N.º)

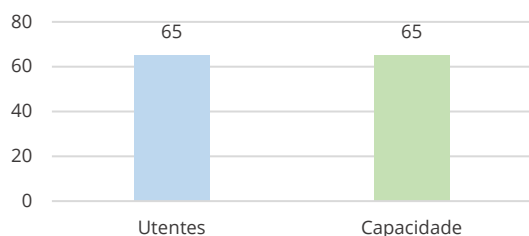
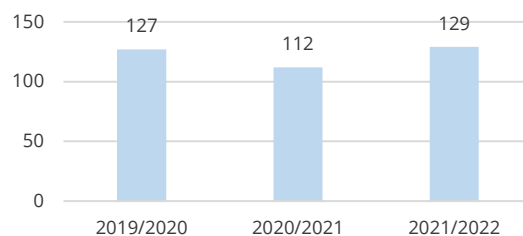


Figura 29. Utentes em intervenção precoce, no triénio 2019/2021 (N.º)



LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Figura 30. Utentes e capacidade máxima instalada em casa de acolhimento (N.º)

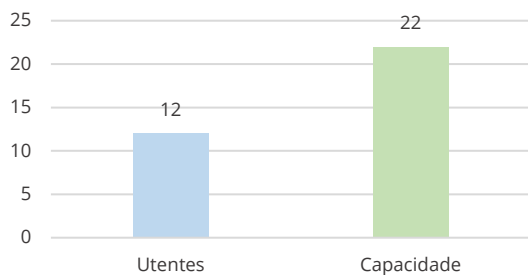
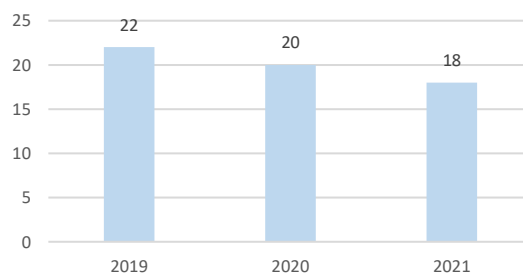


Figura 31. Utentes em casa de acolhimento, no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Creche

A creche constitui uma resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (Carta Social, do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)).

Em 2024, identificaram-se **7 creches** em Santiago do Cacém, geridas por entidades lucrativas e não lucrativas. Estas creches eram geridas por 5 entidades diferentes, uma com fins lucrativos, o que constitui um fator positivo a destacar na oferta social concelhia, atendendo tratar-se de uma resposta social que se pretende universal. De acordo com os dados disponibilizados pela “Carta Social” do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), em 2024², os 7 equipamentos apresentavam uma capacidade instalada total de **344 lugares** e registavam um total de **302 utentes**. Assim, atualmente, a resposta social apresenta uma taxa de ocupação **de 87,8%**.

Esta taxa de ocupação ainda que indicativa de uma certa disponibilidade da oferta para continuar a acompanhar um certo crescimento da procura, especialmente considerando o fenómeno de envelhecimento demográfico que atinge o município assim como a generalidade da Região Alentejo e do país, importará monitorizar o impacto de algumas medidas de política pública recentes, como por exemplo o Programa Creche Feliz, uma vez que poderão impulsionar amplamente os níveis de procura registados.

Em 2024, o padrão locativo das creches estava circunscrito a metade das freguesias do concelho, designadamente, em Santo André, União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, Ermidas-Sado e Alvalade. Esta é uma oferta espacialmente concentrada em dois territórios contíguos (por um lado, em Santo André e a União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e, por outro, as freguesias de Ermidas-Sado e Alvalade) que deixa a descoberto o território de charneira que se estende desde a Freguesia de São Francisco da Serra até à freguesia do Cercal. Consequentemente, esta espacialização da resposta social creche acarreta barreiras em termos de acessibilidade que importa considerar.

A análise seguinte, suportada nos resultados do inquérito realizado no âmbito do presente estudo, circunscrevem-se a apenas a cinco creches do concelho, uma vez que não foi possível obter a informação necessária para a totalidade das creches concelhias.

Em termos evolutivos, observa-se uma **redução pronunciada da procura efetiva de creches** (de cerca de -14%, tendo passado de 221 utentes, em 2019/2020, para 191, em 2021/2022). Esta resulta da coadjuvação de múltiplos fatores, estruturais e alguns transitórios, não deixa de ser fator de apreensão, na medida em que contraria a tendência nacional de aumento da procura desta resposta social. Neste período, a emergência internacional de saúde pública, em consequência da rápida disseminação do Covid-19, ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) teve inúmeras repercussões na sociedade, com consequências em termos de encerramento temporário de respostas sociais e quebra de natalidade, situação especialmente crítica em territórios já marcados pelo envelhecimento populacional. No entanto, há uma clara tendência de decréscimo continuado, registado quer no ano letivo de início da pandemia, quer no seguinte.

Resposta social orientada para crianças até aos 3 anos de idade, tem no município uma prevalência de utentes mais crescidos, uma vez que 51% dos utentes de creche tem 2 anos de idade, verificando-se ainda um declínio correlativo do decréscimo da idade (33% tem 1 ano e 16% tem menos de 1 ano).

² Informação retirada em agosto de 2024.

Considerando a vulnerabilidade da criança no primeiro ano de vida, o crescente alargamento temporal das licenças de parentalidade em Portugal e a menor disponibilidade de vagas em berçário que se apresentam, em geral, inferiores às das restantes salas de creche, leva a que **muitas famílias optem por inserir as crianças em creches apenas a partir do 1º ano idade**. Este constitui efetivamente um marco para as crianças e para as famílias, existindo um entendimento generalizado de que a partir do primeiro ano de vida, a frequência de creche se constitui fulcral, por garantir a socialização da criança, bem como ao proporcionar um contexto com estímulos especificamente direcionados às diversas fases de desenvolvimento infantil, determinante para garantir um desenvolvimento harmonioso da criança.

O **mercado de emprego** em creches abrange um total de 60 recursos humanos, no concelho de Santiago do Cacém. O perfil de recursos humanos encontra-se marcado pela **exclusividade de profissionais mulheres** (100%), uma tendência que se observa na generalidade do país e que radica incontornavelmente no papel da mulher enquanto cuidadora da família.

Os recursos humanos das creches apresentam uma assinalável transversalidade etária, uma vez que a resposta social creche abrange trabalhadores com idades compreendidas entre os 29 ou mais anos e até aos 60 anos de idade. Porém, 62% dos recursos humanos encontra-se entre os 40 e os 59 anos de idade (40% tem entre 30 e 39 anos e 39% entre os 40 e os 49 anos).

A **estrutura de habilitações literárias** dos recursos humanos afetos às creches tem uma prevalência do ensino secundário (33%), ainda que muito próxima do ensino superior (32%). Ainda assim, encontram-se alocados ao funcionamento das creches recursos humanos com os mais diversos níveis de instrução (35% tem o Ensino Básico). Esta estrutura indica assim uma alocação significativa dos recursos humanos mais qualificados, o que constitui uma vantagem incontornável da resposta social.

Relativamente às relações laborais, salienta-se a **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 54% dos trabalhadores das creches, muito embora coexistam outras tipologias de vínculos, mas que atingem apenas 5% dos recursos humanos da resposta social e que poderão indicar alguma precariedade laboral, na medida em que comportam situações de maior vulnerabilidade ao desemprego e de incapacidade de exercer os direitos de trabalho.

Pelo contrário, verifica-se que aproximadamente 1/5 **dos trabalhadores (18%) acumulam funções com outras respostas sociais**/valências do equipamento.

Os **recursos humanos afetos encontram-se repartidos por diversas funções**, no entanto, as mais frequentes são as de auxiliares, técnicos e cozinheiros que correspondem a 95% do total de trabalhadores (55%, 31% e 9% respetivamente).

O **financiamento das creches** no concelho encontra-se suportado por apenas duas tipologias de fontes de financiamento, os acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes.

Quanto a **investimentos programados a curto prazo, as entidades gestoras das creches apresentam uma visão consensual de não realização de investimentos nos próximos dois anos**. O contexto de polícrises recentes, a forte incerteza do contexto atual e de subida dos preços apresentam-se desfavoráveis à realização de investimento. Contudo, o investimento ininterrupto nas respostas sociais revela-se determinante para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado e adequação às novas necessidades dos utentes.

Caixa 6. Síntese da Resposta Social Creche

- Oferta concelhia constituída por 7 creches com um padrão de distribuição territorial deixando a descoberto uma extensa área de charneira que se desenvolve desde a Freguesia de São Francisco da Serra até à freguesia do Cercal.
- Prevalência de creches geridas por entidades do Terceiro Setor, identificando-se apenas uma única creche gerida por uma entidade de natureza privada.
- Taxa de ocupação das creches elevada, mas indicativa de uma certa disponibilidade de vagas (89%) que poderá ser insuficiente em resultado das mais recentes medidas de política pública adotadas no país.
- Perfil dos recursos humanos alocados às creches caracterizado pela existência exclusiva de trabalhadoras mulheres, primazia de níveis de escolaridade elevados e de vínculos contratuais sem termo.
- Sustentabilidade financeira da resposta social suportada em apenas duas fontes de financiamento, os acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes.

Creche familiar

A Espiga-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL é a entidade de enquadramento da Creche Familiar do Estabelecimento Integrado “Centro Infantil de Sines “A Conchinha”, localizado em Sines. Trata-se de uma resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas não inferior a 4, que exercem a sua atividade no âmbito de uma instituição de enquadramento que disponha de Creche.

As Amas integradas em Creche familiar pela cooperativa Espiga residem em diferentes freguesias do concelho de Santiago do Cacém, como Cercal, Santo André e Santiago do Cacém. Este serviço é prestado no domicílio de cada uma das amas. O apoio logístico, pedagógico e de equipamento é efetuado pela entidade de enquadramento.

O equipamento de enquadramento localiza-se no concelho de Sines, não estando integrado, por esse motivo, na figura 23.

Centro de Atividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, de natureza socioeducativa vocacionada para o apoio à criança e à família, que proporciona atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas. Destinadas a crianças a partir dos 6 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, antes ou depois da componente letiva (Carta Social, GEP).

A “Carta Social” do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), não referencia CATL no concelho de Santiago do Cacém, em 2024.³ Existem, contudo, dois CATL da responsabilidade de duas entidades do Terceiro Setor: o ATL Cabeças no Ar, gerido pela Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz e o Centro Educativo – Os Espiguinhas, gerido pela Espiga- Cooperativa de Solidariedade Social, Crl. Para além destes, existem mais ATL/centros de estudos associados às Escolas Básicas n.º 2 e n.º 4 de Santo André e o CATL dinamizado pela Intervir. Com, na EB/JI nº3 Bairro do Pinhal, associados às AAAF e CAF das escolas. Em função desse enquadramento, estes equipamentos/serviços forma analisados no âmbito da Carta Educativa Municipal. No setor privado e com uma componente essencialmente educativa, destacam-se: o Centro Educativo “Tepecês”, o Centro de Estudos “O Perlimpimpim” e o Centro de Estudos “O Sabichão”.

A análise seguinte, encontra-se suportada nos resultados do inquérito realizado no âmbito do presente estudo. Em 2023, encontrava-se em funcionamento **um único centro de atividades de tempos livres (CATL)**, no concelho de Santiago do Cacém, que apresentava uma localização central na União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra. Este era gerido **por uma entidade do Terceiro Setor** (Associação de Solidariedade Social).

Os CATL registavam apenas 6 utentes, muito embora estes apresentassem uma capacidade máxima instalada consideravelmente superior, contabilizando-se um total de 40 lugares. Por conseguinte, a **taxa de ocupação em CATL era muito diminuta (15%)**, indicativa de uma ampla disponibilidade da oferta para continuar a acompanhar a eventuais acréscimos da procura.

A **evolução recente da procura registou uma oscilação muito residual, no triénio 2019/2020 e 2021/2022**, tendo passado de 16 utentes para 17 utentes respetivamente. À semelhança do observado nas demais respostas sociais, também os CATL registaram os efeitos colaterais da Pandemia da COVID-19, pelo que no ano letivo seguinte ao eclodir da Pandemia (2020/2021) registou-se a quebra mais pronunciada da procura (14 utentes), resultante primeiro da suspensão do funcionamento da generalidade das atividades e da economia e depois motivado pelas situações de isolamento social. Com a melhoria da situação de saúde pública, entre os anos letivos de 2020/2021 e de 2021/2022 observou-se uma recuperação que permite que, em 2021, o número de utentes ultrapasse o do ano anterior à pandemia (16).

A estrutura etária dos utentes sugere uma **procura da resposta de CATL pelas famílias no âmbito do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Mais concretamente, os utentes desta valência têm 9 anos (67%) e 8 anos (33%)**. Parece assim verificar-se que nos primeiros anos do 1º CEB não se observa uma necessidade deste acompanhamento, assim como a mudança para o 2º CEB ser percecionados como uma fase em que as crianças apresentam maiores níveis de autonomia, pelo que não se justifica a necessidade desta valência.

O **mercado de trabalho dos CATL em Santiago do Cacém abrange apenas 1 recurso humano**. Trata-se de uma trabalhadora mulher, exclusivamente alocada a esta resposta social.

Em matéria de **fontes de financiamento**, o CATL dispõe de acordos de cooperação e comparticipação dos utentes, não se assinalando qualquer outra fonte de financiamento.

³ Informação retirada em agosto de 2024.

A entidade gestora do CATL não apresenta **investimentos programados a curto prazo**. Os desafios atuais desfavoráveis que se verificam em termos de macrocontexto económico, nomeadamente, a inflação e a instabilidade do preço de bens e serviços, constituem-se fortemente inibidores dos padrões de investimento.

Caixa 7. Síntese da Resposta Social CATL

- Oferta de CATL constituída por três respostas sociais, geridas por entidades do Terceiro Setor e com uma localização central no concelho. A oferta completa-se com as CAAF e AAF das escolas públicas do concelho e com os centros de estudos privados.
- Resposta social inquirida com uma taxa de ocupação muito diminuta (15%).
- Preferência das famílias pela resposta de CATL para crianças em idade de frequência do 1º CEB, concentrada na faixa etária dos 8 aos 9 anos de idade.
- A procura muito circunscrita da resposta social é acompanhada por uma igualmente reduzida alocação de recursos humanos (1).
- Resposta social amplamente suportada em apenas duas fontes de financiamento (acordos de cooperação e comparticipação dos utentes).
- Entidades gestora de CATL sem perspectivas de investimento programados para os próximos 2 anos, situação que reflete os desafios do contexto atual.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Constitui uma resposta relativamente recente no contexto nacional⁴, trata-se de uma resposta social vocacionada para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado através de equipas multidisciplinares. O **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)** do **Centro Infantil de Sines “A Conchinha”**, localiza-se na freguesia de Sines, e tem como entidade gestora a Espiga-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL. Este serve os concelhos de **Sines e Santiago do Cacém**.

O CAFAP dispõe de uma capacidade instalada para **80 famílias** (abrangidas pelo acordo de cooperação), nos dois concelhos, encontrando-se famílias em lista de espera. Nos últimos anos, **o quantitativo global anual de utentes tem aumentado substancialmente**, mais concretamente, 185 pessoas, em 2019, 354, em 2020, e 383, em 2021.

Esta resposta apresenta uma **acentuada heterogeneidade de utentes no que trata à estrutura etária**, identificando-se entre as famílias uma preponderância das crianças e jovens com idades entre os 10 e os 19 anos (este grupo etário corresponde a 57% dos menores de 20 anos e 26% do total de utentes), o que poderá ser sintomático da existência de **maiores necessidades de prestar estes serviços e promover um acompanhamento às famílias com adolescentes e jovens adultos**, uma fase da vida em que ocorrem inúmeras alterações ao nível do desenvolvimento físico, mental e social com impacte nas próprias famílias. Por outro lado, as **crianças menores de 6 anos, são também muito representativas**, nestas famílias, correspondentes a 14% do total de utentes.

O perfil de recursos humanos caracteriza-se pela **exclusividade de trabalhadoras mulheres, com nível de ensino superior**, 2/3 das quais afetas unicamente a esta resposta. O **número de recursos humanos** ao serviço revela-se **insuficiente face às necessidades** e complexidade dos processos e à vasta área geográfica de atuação, que implica muitas deslocações

Caixa 8. Síntese da Resposta Social CAFAP

- O CAFAP, sediado na freguesia de Sines, tem uma área geográfica de atuação extensa: Sines e Santiago do Cacém.
- Capacidade instalada em CAFAP é de 80 famílias, existindo lista de espera.
- Perfil de crianças com prevalência de jovens entre os 10 e os 19 anos, correspondente à fase da adolescência e início da vida adulta, mas também de muitas crianças de idade inferior a 6 anos.
- Escassez de recursos humanos.

⁴ Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril.

Intervenção Precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social (Carta Social, GEP).

A **resposta social de intervenção precoce** no concelho de Santiago do Cacém é assegurada pela ELI de Santiago do Cacém - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, CRL (CERCISIAGO), **localizada em Santo André**.

De acordo com os dados da Carta Social do GEP, em 2024, a capacidade máxima da resposta social é de 65 atendimentos, identificando-se um total de 65 utentes, o que traduz uma **taxa de ocupação de 100%**. Não obstante a maior volatilidade da procura comparativamente a outras respostas sociais, esta taxa de ocupação indica a considerável procura registada.

No triénio 2019/2020 a 2021/2022, a **evolução do número de utentes registou uma procura crescente, ainda que residual**. Enquanto no ano letivo 2019/2020 se verificou um total de 127 utentes (valor que não traduzem necessariamente situações de sobrelotação, dada a maior oscilação dos utentes desta resposta), em 2020/2021, correspondente ao ano de início da pandemia, houve uma quebra, passando a 112 utentes, mas mais recentemente, já em 2021/2022, estes ascenderam aos 129 utentes. Esta variação positiva, apenas ligeiramente interrompida pela pandemia, traduz a atuação cada vez mais estruturada das organizações, assim como a crescente sensibilização familiar para a deteção e apoio das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento.

Considerando a própria designação da resposta social que indica uma intervenção precoce na infância, esta é **dirigida para crianças entre os 0 e os 6 anos de idade**, visando assim assegurar um apoio e acompanhamento da criança tão cedo quanto possível. Sendo este o grupo de idades em que se encontram os utentes da resposta social no concelho, observa-se, no entanto, uma **prevalência de utentes com 4 anos de idade (36%), seguido pelos utentes com 5 anos de idade (27%)**. Os 3 anos são um marco em termos de fase de desenvolvimento infantil, com mudança de resposta social ou educativa (ingresso no ensino pré-escolar), pelo que a partir dessa idade há um entendimento quanto à aquisição de determinadas competências e capacidades da criança, sendo que a sua não verificação constitui fator de alerta que leva muitas famílias a procurarem então um acompanhamento especializado por volta destas idades. Ainda assim identificam-se utentes de todas as idades, até aos 6 anos de idade, o que traduz a transversalidade etária das necessidades.

O mercado de emprego da **intervenção precoce abrange apenas 5 trabalhadores**. O **perfil de recursos humanos** caracteriza-se por abranger exclusivamente indivíduos do sexo feminino, apresentando como aspeto positivo a ausência de situações de trabalhadores com acumulação de funções em outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 8. Síntese da Resposta Social Intervenção Precoce

- Concelho dispõe de uma resposta de intervenção precoce localizada na freguesia de Santo André.
- Resposta com uma taxa de ocupação de 100% sintomática de uma procura manifestamente elevada face à capacidade instalada.
- Resposta social orientada para crianças em idade pré-escolar, sendo que no concelho a maioria dos utentes se encontra entre os 4 e 5 anos.
- Resposta com um quantitativo restrito de recursos humanos afeto (5), cujo perfil é indicativo da forte feminização dos trabalhadores alocados.

Casa de Acolhimento

Resposta social no âmbito de execução de medida de promoção e proteção de crianças e jovens em situação de perigo. Esta é desenvolvida em equipamento de apoio social, que visa o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher (Carta Social, GEP).

A designação de “casa de acolhimento” no domínio da infância e juventude tem menos de uma década, registando-se neste período **diversas alterações à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo**, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (terceira alteração foi introduzida pela Lei n.º 23/2017 de 23 de maio e veio alargar o período de proteção até aos 25 anos; mais recentemente foi promulgado o Decreto-lei n. 164/2019, de 25 outubro, com vista a estabelecer o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo).

Na NUTS III **Alentejo Litoral existem apenas duas casas de acolhimento**, localizadas nos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém.

O Lar de Infância e Juventude o Farol constitui a resposta social de casa de acolhimento localizada no município de Santiago do Cacém, mais precisamente na **freguesia de Santo André**. Estreitamente associada à finalidade social desta resposta social, verifica-se que a gestão/propriedade desta casa de acolhimento é da responsabilidade de uma **entidade do Terceiro Setor**, com uma natureza jurídica Sem Fins Lucrativos, o Centro Social Paroquial de Santa Maria.

Esta dispõe de uma **capacidade instalada para 22 utentes**, sendo que aquando da realização do recenseamento realizado no âmbito do presente estudo, contabilizavam-se **12 crianças e jovens**. Com efeito, o Lar de Infância e Juventude o Farol apresentava uma **taxa de ocupação de 55%**, um aspeto positivo a salientar, desde logo, porque a capacidade das casas de acolhimento deve permitir o acolhimento residencial imediato de novas crianças e jovens em caso de necessidade, de forma que as mesmas possam ser protegidas, com a maior celeridade possível, do contexto de perigo em que se encontram, de forma a contrariar trajetórias de vida marcadas pelo desvio ou exclusão social que marcaram os seus ascendentes. Por outro lado, o contexto de acolhimento que aqui se verifica, por abranger crianças e jovens em situação de elevada vulnerabilidade familiar e/ou social, beneficia da existência de menores quantitativos de utentes, essencial para proporcionar uma intervenção de maior qualidade.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma ligeira oscilação do quantitativo de utentes, ainda que dentro do limite da capacidade que a resposta social apresenta, com **tendência de descida**. Em 2019, o Lar de Infância e Juventude o Farol tinha 22 utentes, que baixaram no ano seguinte para 20, situando-se em 18, no ano de 2021. Esta oscilação espelha a volatilidade das problemáticas sociais que continuam a atingir os quadros de vida de muitas crianças e jovens, com impacto direto e profundamente negativo na salvaguarda dos seus direitos e interesses.

A “Carta Social” do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), refere 21 utentes no concelho de Santiago do Cacém, em 2024⁵.

Os utentes da casa de acolhimento encontravam-se na **faixa etária entre os 10 e os 18 anos de idade** (17% entre os 10 e os 14 anos e 83% entre os 15 e os 18 anos). Fase da vida pautada por uma elevada consciencialização sobre os quadros de institucionalização e afastamento familiar em que se encontram, que a par com os desafios próprios da adolescência, enfatizam a relevância da qualidade do acolhimento aqui experienciado para as suas trajetórias de vida futuras.

⁵ Informação retirada em agosto de 2024.

Em estreita concordância com estas necessidades e com todo o conhecimento que atualmente já se tem sobre o papel fulcral do acompanhamento das crianças e jovens em situação de risco, salienta-se como aspeto positivo do Lar de Infância e Juventude o Farol o facto de este integrar um **quantitativo assinalável de recursos humanos (10)**. O funcionamento da casa de acolhimento é assegurado **unicamente por recursos humanos mulheres**.

Caixa 9. Síntese da Resposta Social Casa de Acolhimento

- No município de Santiago do Cacém localiza-se uma das únicas duas casas de acolhimento existentes em todo o Alentejo Litoral.
- Resposta social assegurada por uma entidade do Terceiro Setor, situação que advém da própria finalidade da casa de acolhimento.
- Taxa de ocupação de 55% representa um aspeto positivo considerando a complexidade dos quadros de acolhimento e acompanhamento destas crianças e jovens, mas também para salvaguardar a capacidade da resposta em acolher com a maior brevidade possível novos utentes.
- Crianças e jovens institucionalizados encontram-se na faixa etária entre os 10 e os 18 anos de idade, fase da vida de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por várias alterações, o que reitera as preocupações com a necessidade de assegurar um acompanhamento de qualidade na resposta, fator-chave para garantir a mudança de trajetórias de vida marcadas pelo desvio e a exclusão social que atingem muitos dos ascendentes destas crianças e jovens.

4.3.2. População adulta

Figura 32. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Santiago do Cacém, em 2023



Fonte: Equipa Técnica, 2024.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS

Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada em ERPI (N.º)

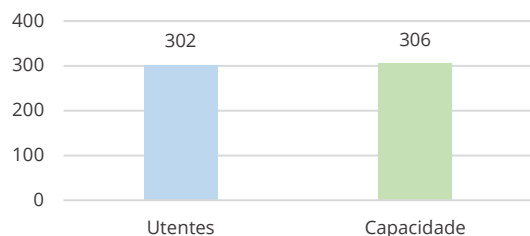
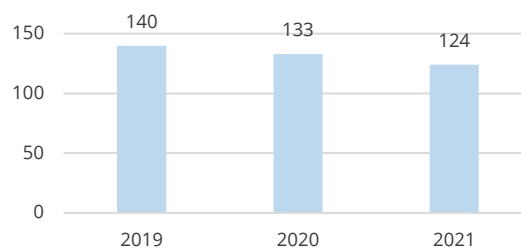


Figura 34. Utentes em ERPI, entre 2019 e 2021 (N.º)



SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Figura 35. Utentes e capacidade máxima instalada em SAD (N.º)

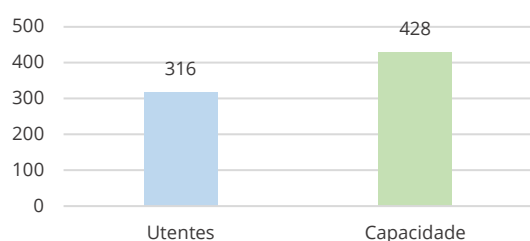
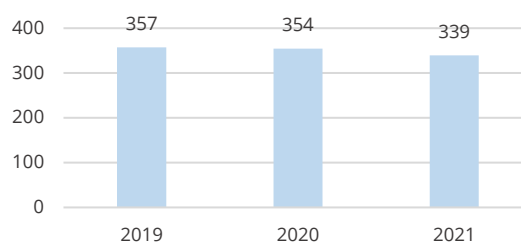


Figura 36. Utentes em SAD, entre 2019 e 2021 (N.º)



CENTRO DE DIA

Figura 37. Utentes e capacidade máxima instalada em centro de dia (N.º)

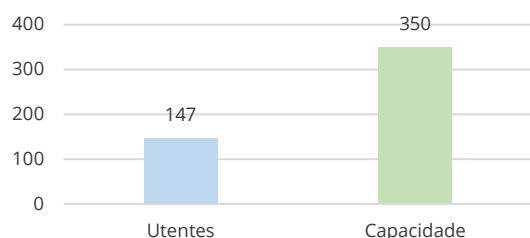
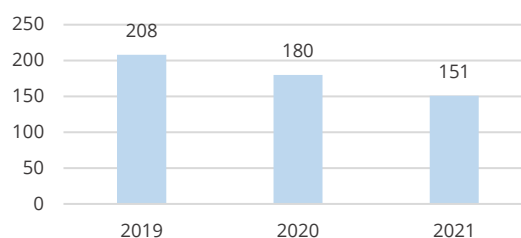


Figura 38. Utentes em centro de dia, entre 2019 e 2021 (N.º)



UNIVERSIDADE SÉNIOR

Figura 39. Utentes e capacidade máxima instalada em universidade sénior (N.º)

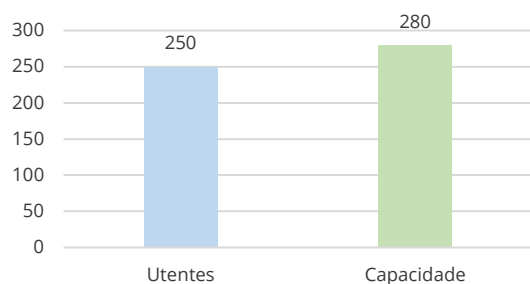
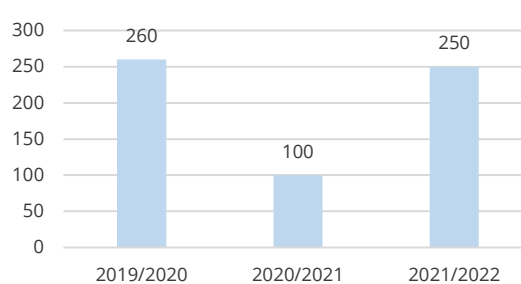


Figura 40. Utentes em universidade sénior, entre 2019 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO

Figura 41. Utentes e capacidade máxima instalada em CACI (N.º)

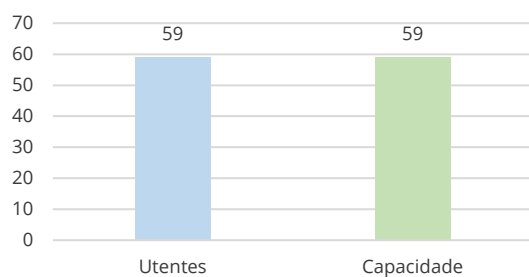
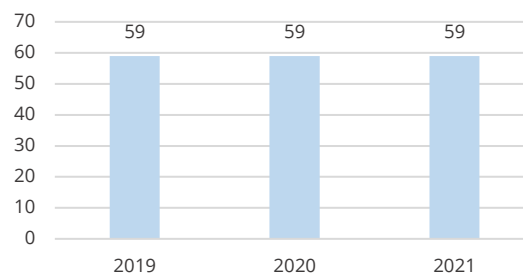


Figura 42. Utentes em CACI, entre 2019 e 2021 (N.º)



LAR RESIDENCIAL (DEFICIÊNCIA)

Figura 43. Utentes e capacidade máxima instalada em lar residencial (N.º)

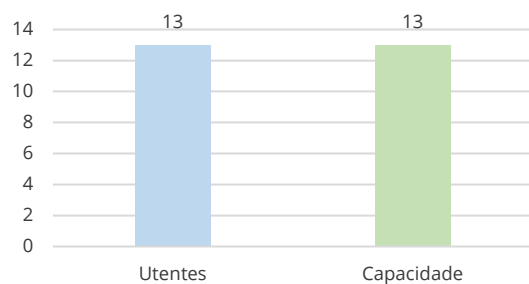
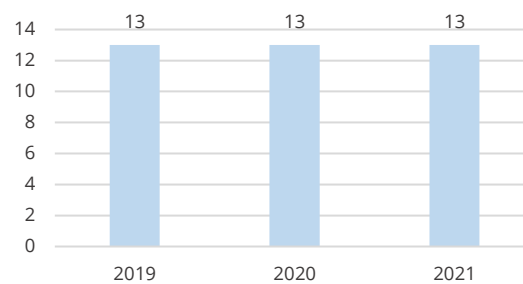


Figura 44. Utentes em lar residencial, entre 2019 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Pessoas Idosas

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem (Carta Social, GEP).

De acordo com os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), as cinco ERPI do concelho têm uma capacidade máxima instalada de 306 lugares, contabilizando-se 302 utentes, em 2024. Por conseguinte, a **taxa de ocupação em ERPI é manifestamente elevada, encontrando-se próxima do limiar máximo (99%)**.

O concelho de Santiago do Cacém dispõe de **cinco estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI)**, em 2023. Esta resposta social apresenta uma **assinalável concentração territorial** no setor central do concelho que se desenvolve entre a União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra (única unidade territorial concelhia a dispor de duas ERPI), Abela, Ermidas-Sado e Alvalade.

As ERPI são **geridas exclusivamente por entidades do Terceiro Setor**, não se verificando qualquer intervenção de entidades públicas ou privadas com fins lucrativos. Entre as entidades do Terceiro Setor identifica-se uma trilogia de tipologias, designadamente, de Associações de Solidariedade Social, de Irmandade da Misericórdia/SCM e Casas do Povo.

A informação apresentada seguidamente resulta do processo de recenseamento realizado no âmbito do presente estudo e encontra-se circunscrita a três ERPI do concelho, não tendo sido possível obter respostas para a totalidade das ERPI.

Considerando o **triénio 2019 a 2021, o quantitativo de utentes em ERPI registou um decréscimo de cerca de -11%, passando dos 140 utentes, em 2019, para os 124 utentes, em 2021**. O contexto de emergência em saúde pública da pandemia atingiu mais diretamente os idosos, quer em termos de maior vulnerabilidade à doença, quer pela sua maior vulnerabilidade às suas consequências mais gravosas (maior risco de doença grave e de letalidade). Em consequência, na generalidade das ERPI do país, verificaram-se algumas situações de desinstitucionalização dos idosos com regresso ao contexto familiar face ao receio de possíveis surtos, mas verificaram-se também óbitos motivados pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2, levando assim a uma diminuição dos utentes nos anos de 2020 e 2021.

A **estrutura etária dos utentes de ERPI revela uma procura primordialmente concentrada na quarta idade**, isto é, acima dos 80 anos de idade (83%), associado a um declínio da autonomia da pessoa idosa correlativo do aumento da idade. Não obstante, importa notar que as **ERPI do concelho têm institucionalizados utentes mais jovens**, com idades compreendidas na faixa entre os 55 e os 59 anos, assim como utentes de idade muito avançada (32% tem 90 ou mais anos de idade). Esta heterogeneidade de idades evidencia, por um lado, que as situações de dependência, ainda que mais comuns entre as pessoas mais idosas, atingem indivíduos em idades distintas. Por outro lado, demonstra a coexistência de utentes de faixas etárias muito diferentes na mesma resposta social, situação que acarreta constrangimentos múltiplos para o próprio bem-estar dos utentes, especialmente aquando da coexistência de utentes com níveis consideráveis de autonomia e grandes dependentes, situação que não deve ser negligenciada e preferencialmente deverá ser ultrapassada.

O funcionamento das ERPI no concelho é assegurado por aproximadamente **uma centena de recursos humanos**. O perfil de trabalhadores apresenta como características dominantes a **forte prevalência de trabalhadoras**

mulheres (99% do total de recursos humanos), **idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos (60%)**, ainda que muito embora a resposta social abranja trabalhadores de diversas idades (com 29 ou menos anos de idade até aos 60 ou mais anos) e com **incidência de níveis intermédios de escolaridade** (45% dos trabalhadores tem o ensino secundário).

Os **recursos humanos repartem-se por uma vasta multiplicidade de funções**. Ainda assim, os **auxiliares constituem inquestionavelmente a função com maior prevalência** (56% dos trabalhadores). Pelo contrário, os dirigentes representam apenas 2% dos recursos humanos das ERPI.

A elevada intensidade de cuidados a prestar à pessoa institucionalizada em ERPI, sendo os utentes desta resposta social os que apresentam idades mais avançadas, níveis de dependência mais elevados e maior tempo de permanência nas instituições, faz desta uma resposta social particularmente exigente. Tal poderá assim explicar, por exemplo, que **97% dos recursos humanos das ERPI tenha uma afetação horária a tempo inteiro**.

Como aspeto positivo, há a destacar que apenas 8% **dos recursos humanos acumulam funções com outras respostas** sociais/valências do equipamento.

Relativamente às relações laborais, há uma **prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 75% dos trabalhadores das ERPI, no entanto, como aspeto mais sensível salienta-se que ¼ dos trabalhadores tem outros vínculos laborais, situação que acarreta uma maior precariedade laboral.

O **funcionamento desta resposta social encontra-se essencialmente suportado em duas fontes de financiamento**, os acordos de cooperação, identificados pela totalidade das ERPI, e a comparticipação dos utentes indicada por duas ERPI.

A **programação de investimentos para os próximos dois anos verifica-se em duas ERPI**, com uma a não apresentar qualquer planeamento para o efeito. Os investimentos que se pretendem realizar são na área da ampliação das instalações e outras não especificadas.

Caixa 10. Síntese da Resposta Social Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

- Oferta composta por 5 ERPI, com um padrão locativo marcado pela maior concentração no setor central do concelho e geridas exclusivamente por entidades do Terceiro Setor.
- Taxa de ocupação das ERPI no concelho próxima do limiar máximo (99%).
- Evolução da procura em ERPI com ligeira descida, no triénio 2019 a 2021, embora o período em análise tenha incidido na fase de eclosão da pandemia da COVID-19.
- Estrutura etária dos utentes indica maior procura acima dos 80 anos de idade, associado à perda de autonomia com o aumento da idade, ainda que as ERPI abranjam utentes de idades bastante heterogéneas, o que acarreta constrangimentos significativos.
- Mercado de emprego das ERPI com dimensão considerável no concelho (103 trabalhadores) e um perfil marcado por forte prevalência de trabalhadoras mulheres e níveis de escolaridade ao nível do ensino secundário.
- Funcionamento das ERPI essencialmente suportado em duas fontes de financiamento, os acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária (Carta Social, GEP).

A “Carta Social” do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), refere 329 utentes no concelho de Santiago do Cacém, em 2024, e uma capacidade instalada para 528⁶ utentes. Por conseguinte, a taxa de ocupação em SAD é de **62,3%**.

Em 2024, Santiago do Cacém dispunha de **doze Serviços de Apoio Domiciliário (SAD)**, o que fazia desta a maior de SAD nos municípios do Alentejo Litoral. O padrão locativo do SAD caracterizava-se por uma **assinalável dispersão no território concelhio**, com sete freguesias a disporem desta resposta social. A União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra assume particular singularidade, por constituir a única que dispõe de três SAD, uma concentração espacial que advém da sua qualidade de sede de freguesia. A União das freguesias de São Domingos e Vale de Água apresenta uma oferta intermédia, dispondo de dois SAD, enquanto nas restantes freguesias com esta resposta social identifica-se respetivamente um SAD (Abela, Alvalade, Cercal, Santo André e São Francisco da Serra).

De acordo com os resultados do inquérito realizado, os onze SAD inquiridos têm uma capacidade máxima instalada que lhes permite responder a 428 utentes, no entanto, apenas se verificavam 316 utentes, o que perfazia uma **taxa de ocupação bastante elevada, de 74%**.

No triénio 2019 a 2021, a **evolução de utentes em SAD registou uma quebra ligeira de -5%**, passando paulatinamente de 357 utentes, em 2019, para 354, em 2020, para 339, em 2021.

O **perfil de utentes** de SAD caracteriza-se por uma **ligeira primazia de indivíduos do sexo feminino (53%)**, enquanto 47% eram do sexo masculino. Quanto à variável idade, registam-se utentes desde a faixa etária entre os 50 e os 54 anos de idade até aos 90 ou mais anos, ainda assim, há uma **maior procura a partir da faixa etária dos 75 aos 79 anos**, associado ao aumento da dependência que se verifica com o avançar da idade. Assim, os utentes acima desta faixa etária representam 85% do total de utentes de SAD.

Concomitantemente à heterogeneidade de idades dos utentes de SAD, **assinala-se ainda uma diversidade de tipologias de grupos-alvo apoiados** por esta resposta social. Muito embora a maioria sejam idosos (em dez SAD do concelho), dois SAD indicaram como grupos-alvo a população com deficiência (Associação de Moradores do Salão Comunitário da Soneta e a Casa do Povo de Alvalade) e três a população em situação de dependência (Associação de Moradores do Salão Comunitário da Soneta, a Casa do Povo de Alvalade e Centro de Dia São Domingos da Serra Casa do Povo de São Domingos).

Resposta social da maior relevância a utentes em situação de dependência que se mantêm no domicílio, os SAD do concelho **servem, em média, 525 refeições diárias**. O almoço constitui incontornavelmente o maior número de refeições diárias servidas (48%), seguidas do lanche (25%), do pequeno-almoço (20%), apresentando o jantar uma expressão consideravelmente inferior (7% respetivamente).

O **mercado de emprego afeto ao SAD abrange aproximadamente uma centena de trabalhadores** no concelho (109 trabalhadores), sendo que **35% acumulam funções com outras respostas sociais/valências** do equipamento. Com um perfil marcado primordialmente pela maior incidência de **recursos humanos mulheres**

⁶ Informação retirada em agosto de 2024.

(99%), observa-se uma dispersão assinalável de idades, integrando a valência trabalhadores com 29 ou menos anos de idade até aos 60 ou mais anos de idade. A resposta social agrega uma multiplicidade de funções, constituindo a função de auxiliar a dominante (55%).

No que trata às **relações laborais**, a totalidade de trabalhadores apresenta vínculo contratual sem termo (100%), que proporciona uma maior estabilidade e segurança contratual para trabalhadores e patrões.

Em termos de afetação horária verifica-se que 89% dos trabalhadores se encontra alocado a tempo inteiro ao SAD, enquanto 19% apenas a tempo parcial.

O funcionamento dos SAD assenta numa **considerável diversidade de fontes de financiamento**. Os acordos de cooperação são efetivamente os mais comuns, identificando-se por dez dos onze SAD que responderam ao inquérito, seguidos pela comparticipação dos utentes, fonte de financiamento indicada por 9 SAD. Embora menos frequentes, dois SAD indicaram donativos, tendo os programas, subsídios eventuais e outras fontes de financiamento sido assinaladas por um SAD respetivamente.

Maioritariamente as entidades gestoras das SAD no concelho não apresentam investimentos programados para esta resposta social para os próximos dois anos (9), com apenas duas entidades a considerarem a realização de investimentos. O contexto de polícrises recentes, a forte volatilidade dos preços de bens e serviços associado a uma quebra de utentes continuada, no período 2019 a 2021, podem justificar esta contração dos investimentos. Entre as entidades que responderam afirmativamente, há uma concertação das áreas de investimento planeadas na renovação e remodelação.

Caixa 11. Síntese da Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário

- Resposta social composta por 12 SAD no concelho de Santiago do Cacém, com um padrão locativo caracterizado por uma assinalável dispersão.
- Resposta social com uma taxa de ocupação no concelho de 62%, em 2024.
- Evolução da procura registou uma quebra de -5% de utentes, entre 2019 e 2021.
- Perfil de utentes com ligeira primazia dos indivíduos do sexo feminino e acima da faixa etária compreendida entre os 75 e os 79 anos de idade.
- Resposta social primordialmente orientada para a população idosa, no entanto, também abrange outros públicos-alvo em situação de dependência, tais como a população com deficiência e indivíduos que se encontrem em situação de dependência transitória ou definitiva.
- Mercado de emprego afeto ao SAD no concelho com aproximadamente uma centena de trabalhadores.
- Prevalência de SAD sem investimentos programados para os próximos dois anos.

Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar (Carta Social, GEP).

A “Carta Social” do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), refere 155 utentes no concelho de Santiago do Cacém, em 2024, e uma capacidade instalada para 543⁷ utentes, o que resulta numa **taxa de ocupação de 28,5%**. Refira-se que o Centro de Dia e Apoio Domiciliário de São Francisco da Serra tem a valência de **Apoio Domiciliário Integrado**, com capacidade para 20 utentes.

Em 2024, existiam **nove centros de dia** no concelho de Santiago do Cacém. A distribuição espacial desta resposta social indicava uma pulverização pelo território concelhio, com a União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e a União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água a agregarem respetivamente duas respostas sociais e as restantes freguesias (Alvalade, Cercal, Ermidas-Sado e São Francisco da Serra) a terem um único centro de dia.

Os dados apresentados seguidamente, suportados no inquérito realizado no âmbito do presente estudo, não incluem uma resposta de centro de dia, uma vez que não foi possível a obtenção de informação da entidade.

A capacidade instalada era de 350 lugares, no entanto, os centros de dia registavam apenas 147 utentes, o que perfazia uma **taxa de ocupação abaixo de metade da disponibilidade (42%)**. A evolução do número de utentes teve, no triénio 2019 a 2021, uma quebra acentuada de -27%, passando dos 208 utentes, em 2019, para os 180 no ano da pandemia (2020), até se situar nos 151 utentes, em 2021. Este decréscimo de utentes ainda que decorrente da coadjuvação de múltiplos fatores, é indissociável do impacto da Pandemia e do isolamento dos idosos associado à sua maior vulnerabilidade à doença.

O **perfil dos utentes** desta resposta social caracterizava-se por uma prevalência de mulheres (61%, face a 39% que são indivíduos do sexo masculino) e por uma diversidade de faixas etárias (tendo utentes com idades compreendidas até aos 49 anos até aos 90 ou mais anos de idade). No entanto, é entre os 80 e os 89 anos de idade que se concentra a maioria dos utentes (57%), associado à entrada dos indivíduos na designada quarta idade, a qual tem associados níveis mais elevados de dependência.

A totalidade dos centros de dia tinham como público-alvo a população idosa, no entanto, estes davam ainda resposta a uma multiplicidade de outros públicos-alvo, designadamente, a população com deficiência e pessoas em situação de dependência, cada uma destas tipologias assinalada por três centros de dia respetivamente.

Os centros de dia serviam em **média 271 refeições diárias**, sendo que o almoço é a refeição diária mais servida constituindo 43,8% das refeições diárias servidas. Os lanches apresentam também uma considerável significância estatística (35,4%).

O mercado de emprego afeto a esta valência abrangia um total de **64 recursos humanos**, sendo ocupado maioritariamente por mulheres (94%), na faixa etária entre os 40 e os 49 anos de idade (33%), ainda que abrangendo trabalhadores de todas as idades. Este segmento de trabalhadores apresenta, sobretudo, o 3º CEB (33%), ainda assim, 74% dos trabalhadores tem habilitações apenas ao nível do ensino básico, revelando uma estrutura de qualificações bastante reduzida. Esta é uma resposta social cujo funcionamento assenta numa multiplicidade de funções, entre as quais se assinalam como as mais relevantes as de auxiliar (38%), cozinheiro (24%) e técnico (16%),

⁷ Informação retirada em agosto de 2024.

sendo que 7% da estrutura de recursos humanos é composta por dirigentes e motoristas respetivamente, coexistindo ainda outras funções, embora com peso residual.

As relações laborais desta resposta social apresentam como características mais marcantes o facto de **95% dos trabalhadores ter um vínculo laboral sem termo**, fator-chave para uma maior estabilidade e segurança contratual. A afetação horária dos trabalhadores indica que 77% está afeto a tempo inteiro e 23% a tempo parcial, sendo que 64% destes acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

O funcionamento desta resposta social encontra-se na **dependência de uma multiplicidade de fontes de financiamento**, sendo os acordos de cooperação a única que é transversal à totalidade dos centros de dia (100%), muito embora a comparticipação dos utentes se verifique em 7 centros de dia.

A trajetória de aceleração da inflação, os efeitos subsequentes da Pandemia em termos de isolamento dos mais idosos, com a quebra muito pronunciada do quantitativo de utentes verificado nos últimos anos, traduzem-se em **baixas perspetivas de investimento** das entidades gestoras dos centros de dia, para os próximos 2 anos. Efetivamente, apenas duas entidades indicaram ter programados investimentos circunscritos à área da renovação e remodelação.

Caixa 12. Síntese da Resposta Social Centro de Dia

- Resposta social composta por 9 centros de dia no concelho, que apresentam uma pulverização espacial.
- Resposta social com uma taxa de ocupação no concelho reduzida (28,5%), em 2024.
- Evolução da procura com quebra pronunciada de -27% de utentes, entre 2019 e 2021.
- Perfil de utentes marcado pela preponderância das mulheres (61%) e por uma diversidade de faixas etárias.
- Resposta social primordialmente orientada para a população idosa, no entanto, também abrange outros públicos-alvo em situação de dependência, tais como a população com deficiência e indivíduos que se encontrem em situação de dependência transitória ou definitiva.
- Mercado de emprego afeto aos centros de dia no concelho dominado pelos recursos humanos do sexo feminino (94%).
- Reduzida perspetiva de investimentos programados para os próximos dois anos decorrente da concertação de fatores diversos.

Universidade Sénior

Em 2023, existia uma **Universidade Sénior** no concelho de Santiago do Cacém, a Academia Sénior de Artes e Saberes localizada na freguesia de Santo André.

A Universidade Sénior tinha uma capacidade máxima instalada de 280 lugares, contabilizando-se 250 utentes. Por conseguinte, a **taxa de ocupação era manifestamente elevada (89%), o que reflete a importância que esta resposta social desempenha atualmente ao nível da população sénior.**

Considerando o **tríénio 2019 a 2021, o quantitativo de utentes da Universidade Sénior registou um decréscimo de cerca de cerca de 10 utentes, passando dos 260 utentes, em 2019, para os 250 utentes, em 2021.** O contexto de emergência em saúde pública da pandemia atingiu mais diretamente os idosos, quer em termos de maior vulnerabilidade à doença, quer pela sua maior vulnerabilidade às suas consequências mais gravosas (maior risco de doença grave e de letalidade). A pandemia obrigou a grandes restrições no normal funcionamento das respostas sociais, como na generalidade da economia e da sociedade, o que a par com os receios da doença e seus impactos mais acentuada entre este segmento da população traduziu-se numa quebra muito pronunciada de utentes (100 utentes, em 2020).

O **perfil dos utentes** da universidade sénior indica uma clara primazia dos indivíduos do sexo feminino (79%) e com idades compreendidas entre os 70 e os 74 anos de idade (41%), muito embora se encontrem a frequentar a resposta social utentes de diversas idades, o que traduz quer a sua capacidade atrativa, quer a importância no bem-estar dos mesmos e respetivo contributo para a promoção de um envelhecimento ativo.

O funcionamento da universidade sénior é assegurado por um total de **25 recursos humanos**, sendo que maioritariamente são mulheres (60%). Destes apenas um pequeno segmento de trabalhadores (8%) acumula funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

O **funcionamento desta resposta social encontra-se suportado numa acentuada diversidade de fontes de financiamento**, nomeadamente, comparticipação de utentes, protocolos com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e com a Junta de Freguesia de Santo André, subsídios eventuais e donativos.

Caixa 13. Síntese da Resposta Social Universidade Sénior

- Concelho de Santiago do Cacém dispõe de uma universidade sénior localizada na freguesia de Santo André.
- Resposta social com uma taxa de ocupação era manifestamente elevada (89%) sintomática da sua importância entre a população sénior.
- Nos anos mais recentes, registou-se um decréscimo de 10 utentes, muito embora o impacto mais significativo no ano de 2020, em resultados dos constrangimentos negativos da pandemia da COVID-19.
- Funcionamento da resposta social suportada numa multiplicidade de fontes de financiamento.

Pessoas Adultas com Deficiência

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade (Carta Social, GEP).

Em 2023, o concelho de **Santiago do Cacém dispunha de dois Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**, o CACI do Centro de Atividades Ocupacionais CERCISIAGO – Santiago do Cacém e o CACI II – Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão - CERCISIAGO. Ambos os CACI eram geridos pela mesma entidade, a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, e localizavam-se na mesma unidade territorial, a União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.

Os CACI dispõem de uma capacidade máxima instalada de 59 lugares, registando-se um total de 59 utentes, pelo que dispõe uma **taxa de ocupação de 100%**, indicativa da forte pressão apresentada pela procura. No triénio 2019 a 2021, o quantitativo de utentes manteve-se inalterado nos 59 utentes anualmente.

Destinado a desenvolver atividades para jovens e adultos com idade igual ou superior a 16 anos com paralisia cerebral, situações neurológicas afins, e outras deficiências, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva, os **CACI dispunham de um circunscrito número de utentes com idade igual ou inferior a 20 anos de idade (2%)**, sendo que nas faixas etárias seguintes, o segmento mais expressivo de utentes concentra-se entre os 40 e os 49 anos de idade (37%). Ainda assim, há uma manifesta diversidade etária entre os utentes da resposta social. Proporcionando uma resposta a utentes de ambos os sexos, observa-se uma ligeira primazia dos homens (63% face às mulheres 37%).

De acordo com a tipologia de deficiência, **a totalidade dos utentes em CACI apresentam deficiência psicológica/intelectual (100%)**, a que acresciam outras tipologias de deficiência. É o caso das deficiências ao nível da audição, visão, linguagem (54% dos utentes), motora (27% dos utentes), sendo que 1/5 dos utentes apresenta ainda uma situação de multideficiência (deficiência profunda).

Os CACI tem como principal finalidade desenvolver atividades para jovens e adultos cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva. Assim, as atividades desenvolvidas apresentam-se heterogéneos e passam por serviços de refeições, ateliers ocupacionais, viagens/organização de passeios, atividades culturais/recreativas, cuidados de saúde e apoio psicológico. Enquanto estes serviços eram assegurados por ambos os CACI, a confeção de refeições verificava-se apenas num dos CACI.

Esta resposta social **agregava um total de 34 recursos humanos**, sendo que maioritariamente eram do sexo feminino (62% dos trabalhadores). Destes, aproximadamente metade (41% dos trabalhadores) acumulava funções com outras respostas sociais/valências do equipamento. No perfil de recursos humanos há a destacar a elevada incidência de trabalhadores com níveis de qualificação superiores (32%), especialmente quando comparado com o retrato global das respostas sociais. Ainda assim, prevalece um nível de qualificações intermédio (50% dos trabalhadores tem o ensino secundário).

As condições laborais caracterizam-se por níveis elevados de estabilidade e segurança contratual, com 97% dos trabalhadores a ter contratos sem termo. A maioria encontra-se alocado a tempo inteiro (74%), embora 26% trabalhe a tempo parcial na resposta social.

Em ambos os CACI verificam-se uma **ausência de perspectivas de investimento para os próximos dois anos**. A falta de perspectivas de melhoria na economia constitui um constrangimento efetivo à realização de investimentos, que se confrontam, no entanto, com as necessidades de melhoria contínua destas respostas sociais.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

- Resposta social composta por dois CACI localizados na União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.
- CACI com uma taxa de ocupação de 100% atual e nos últimos anos, o que traduz a forte pressão que a resposta social enfrenta.
- Resposta social destinada a indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, apresenta um circunscrito número de utentes com idade igual ou inferior a 20 anos, mas regista utentes nas diversas faixas etárias superiores, com primazia de indivíduos do sexo masculino (63%), apresentando os utentes na sua totalidade deficiência psicológica/intelectual.
- Resposta social com uma multiplicidade de atividades ocupacionais que visam garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.
- Ausência de perspectivas de investimento para os próximos dois anos.

Lar Residencial

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar (Carta Social, GEP).

Em 2024, o município de Santiago do Cacém dispunha de **um lar residencial** destinado a pessoas com deficiência e incapacidade, gerido pelo Centro de Atividades Ocupacionais - CERCISIAGO, CRL, cujo equipamento se localizava na União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.

Com uma capacidade máxima instalada para 13 utentes e com um igual quantitativo de utentes, o lar residencial não dispunha de vagas disponíveis, apresentando assim uma **taxa de ocupação de 100%, aquando da realização do inquérito**. Esta procura elevada face à capacidade instalada tem-se mantido nos anos mais recentes, designadamente entre 2019 e 2021.

O **perfil de utentes** apresentava uma heterogeneidade de tipologias de deficiência, no entanto, a **deficiência psicológica/intelectual constituía-se como a mais expressiva**, sendo uma situação transversal a todos os utentes. A esta condição de saúde complexa e heterogénea, acrescem ainda múltiplas outras tipologias de deficiência, tais como ao nível da audição, visão, linguagem (38% dos utentes), motora (15%) multideficiência/deficiência profunda (8%).

A repartição por género indica uma ligeira superioridade de utentes do sexo masculino (8 face a 5 mulheres). A estrutura etária indica que aproximadamente metade dos utentes tem entre 40 e 49 anos de idade (46%), seguindo-se a faixa etária anterior entre os 30 e os 39 anos (31%), observando-se uma inexistência de utentes abaixo desta faixa etária. Pelo contrário, coexistem ainda utentes em idades mais avançadas, com 8% a ter entre 50 e 59 anos e 15% a ter mesmo idade igual ou superior a 60 anos.

Sendo o lar residencial uma resposta de cariz habitacional, de utilização temporária ou permanente, de adultos com diferentes tipologias de deficiências e, que por essa razão, se encontram impedidos de residir no seu seio familiar, é aqui assegurada uma **diversidade de serviços** com vista a proporcionar a supressão das necessidades básicas desta população. Para além dos serviços essenciais para garantir o bem-estar dos utentes, tais como serviços de refeições, tratamento de roupas, cuidados de saúde e higiene pessoal, é ainda prestada uma diversidade de serviços essenciais para garantir a participação, qualidade de vida e integração social dos utentes, como sendo atividades culturais/recreativas, ateliers ocupacionais e viagens/organização de passeios.

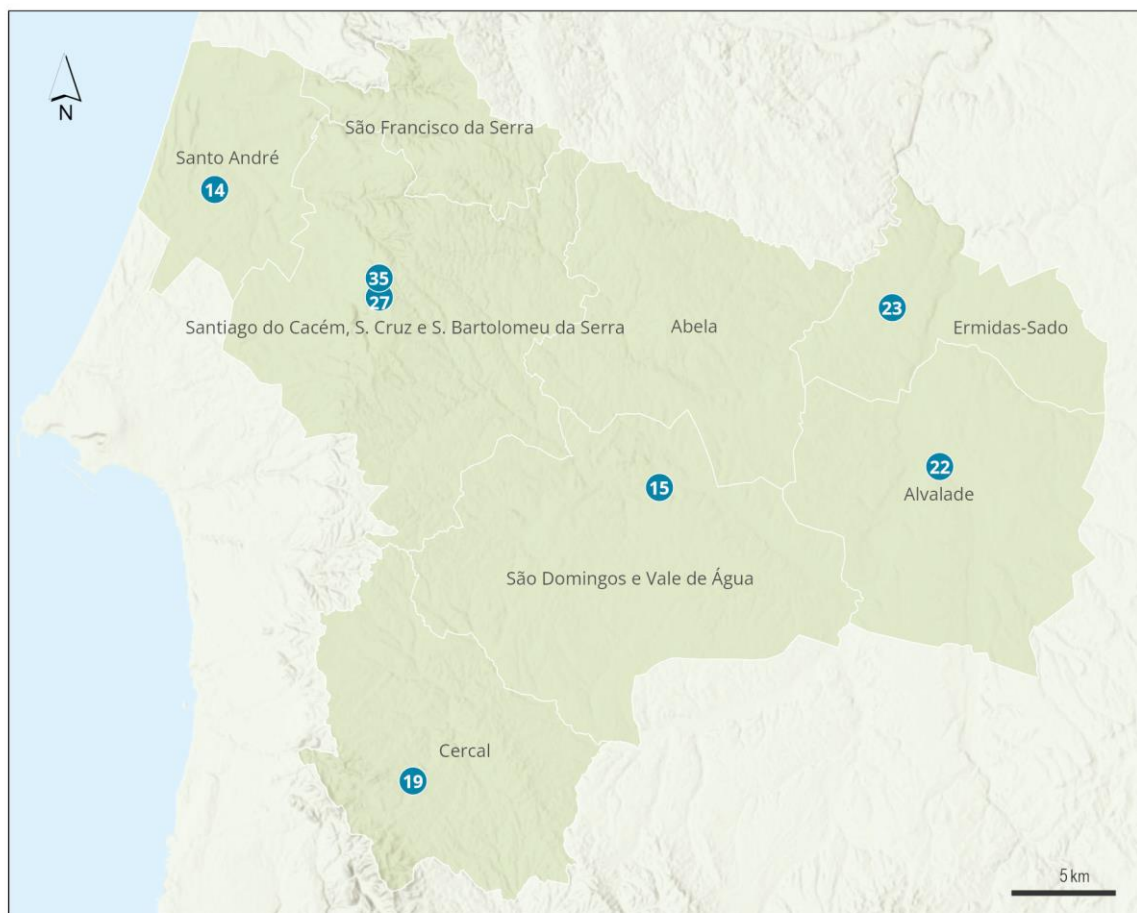
O lar residencial **abrange 13 recursos humanos**, sendo que se na sua totalidade eram mulheres, o que revela a forte feminização do trabalho alocado a esta tipologia de resposta social. Apenas 2 trabalhadores acumulavam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 15. Síntese da Resposta Social Lar Residencial

- Resposta social composta por um lar residencial localizado na União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
- Lar residencial com uma taxa de ocupação de 100% inalterada no decurso dos últimos anos, sintomático da elevada procura que a resposta social regista.
- Resposta social com preponderância de utentes do sexo masculino e deficiência psicológica/intelectual, muito embora coexistindo múltiplas outras tipologias de deficiência.
- Resposta social com diversidade de serviços que visam simultaneamente assegurar as necessidades básicas diárias dos utentes, mas também orientados para garantir a participação, qualidade de vida e integração social dos utentes.

4.3.3. Família e comunidade

Figura 45. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Santiago do Cacém, em 2023



Domínio: Família e Comunidade

● Família e comunidade em geral

- 14. Cáritas da Paróquia Santa Maria
 - Ajuda Alimentar
- 15. Casa do Povo de São Domingos
 - Ajuda Alimentar
- 19. Casa do Povo do Cercal do Alentejo
 - Ajuda Alimentar
- 22. Centro de Dia - Casa do Povo de Alvalade
 - Ajuda Alimentar
- 23. Centro de Dia de Ermidas - Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado
 - Ajuda Alimentar
- 27. Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
 - Ajuda Alimentar
 - Refeitório/Cantina Social
- 35. SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
 - Atendimento e Acompanhamento Social

Fonte: Equipa Técnica, 2024.

AJUDA ALIMENTAR

Figura 46. Utentes e capacidade máxima instalada em ajuda alimentar (N.º)

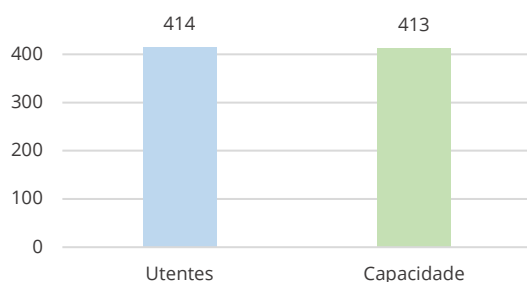
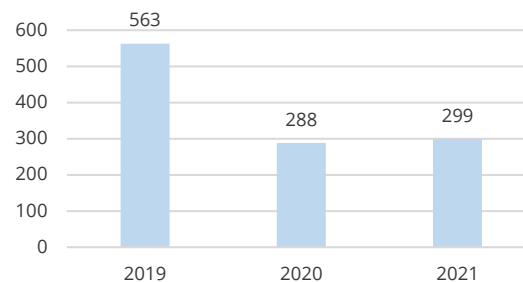


Figura 47. Utentes em ajuda alimentar, entre 2019 e 2021 (N.º)



REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Figura 48. Utentes e capacidade máxima instalada em refeitório/cantina social (N.º)

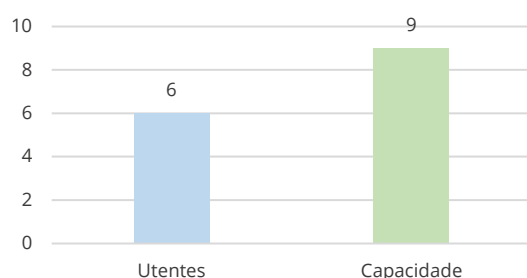
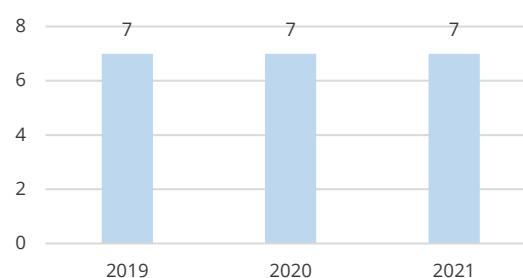


Figura 49. Utentes em refeitório/cantina social, entre 2019 e 2021 (N.º)



APOIO ALIMENTAR NO ÂMBITO DO BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Figura 50. Pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome no concelho de Santiago do Cacém, 2021 a 2023 (N.º)

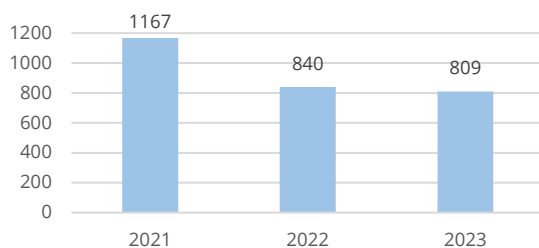
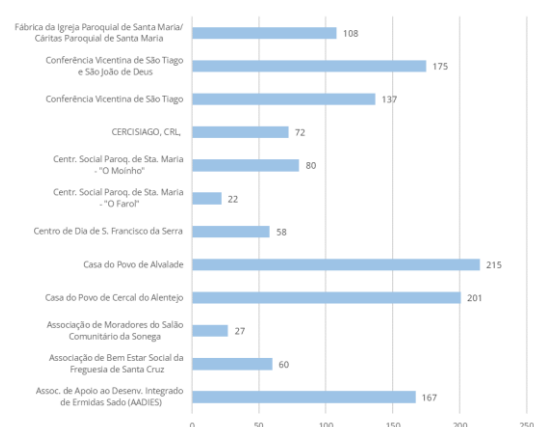


Figura 51. Pessoas apoiadas pelas instituições da rede do Banco Alimentar Contra a Fome no concelho de Santiago do Cacém em junho de 2020 (N.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Ajuda Alimentar

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias (Carta Social, GEP).

Em 2024, segundo a Carta Social do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), existiam **seis respostas sociais de ajuda alimentar no concelho de Santiago do Cacém**. Cinco destas entidades referem uma capacidade de 166 pessoas (Lar de Santa Maria, Centro de Dia de Ermidas, Centro de Dia de São Domingos da Serra, Centro de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos e Dependentes, Centro de Dia da Casa do Povo de Alvalade). A Caritas (Equipamento Social Do Centro Social Paroquial De Santa Maria), em Santo André, que não tem contabilizado o número de pessoas apoiadas e a capacidade do apoio no âmbito daquela Carta Social, refere 267 pessoas apoiadas no âmbito do inquérito realizado.

A implantação territorial desta valência no município apresenta um padrão locativo difuso, encontrando-se localizada em seis freguesias do concelho, designadamente, Alvalade, Cercal, Ermidas-Sado, Santo André, União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e União das Freguesias de São Domingos e Vale de Água.

Os dados apresentados de seguida têm por base o inquérito realizado no âmbito do presente estudo, no entanto, consideram apenas cinco respostas de ajuda alimentar, uma vez que não foi possível obter, em tempo útil, informação para uma destas respostas sociais.

As respostas de ajuda alimentar totalizavam **414 utentes**, sendo a capacidade máxima instalada de 413 atendimentos, pelo que a valência apresenta uma **taxa de ocupação próxima do seu limiar máximo (100%)**. A avaliação da taxa de ocupação desta tipologia de resposta social exige que se considere devidamente uma certa volatilidade dos atendimentos, o que explica a ligeira superioridade dos atendimentos face à capacidade instalada.

No entanto, a evolução dos cabazes distribuídos, no triénio 2019 a 2021, são sintomáticos do crescimento muito acentuado e contínuo da procura (taxa de variação de 225%, tendo-se passado de 453 cabazes, em 2019, para 1.472, em 2021).

Múltiplos fatores concorrem para este acréscimo da procura, designadamente, a crise pandémica que levou a que muitas empresas tenham sido forçadas a fechar temporariamente os seus estabelecimentos para cumprirem as restrições da COVID-19. Não obstante, as medidas de apoio às empresas implementadas pelo Governo português, quer por efeito do lay-off, quer como consequência do encerramento definitivo de algumas empresas, levou à perda de rendimento de muitos indivíduos com impacte financeiro nas famílias. A intensificação dos esforços das entidades e do trabalho em parceria possibilitou assegurar ajuda a um maior número de utentes que se traduz, por conseguinte, na evolução da procura registada. Este contexto singular experienciado a partir de março de 2020 configura-se indissociável de um crescimento anual tão acentuado dos cabazes distribuídos, entre 2019 e 2020.

Ainda assim, importa salientar que a resposta social tem uma taxa de ocupação no limiar máximo, num momento profundamente marcado por uma nova crise económica, com uma acentuada volatilidade dos preços de bens e serviços, acompanhado de uma consolidação da atração dos fluxos migratórios pelas áreas rurais, nomeadamente, no território do Alentejo Litoral. Esta conjuntura poderá assim constituir uma pressão adicional sob a resposta de ajuda alimentar no concelho.

Os **serviços desenvolvidos** têm como propósito proporcionar a distribuição de géneros alimentícios aos indivíduos e famílias em situação de maior vulnerabilidade. Com efeito, as cinco respostas de ajuda alimentar asseguram o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes. De notar que maioritariamente (4)

efetuam ainda serviços de encaminhamento para respostas, serviços ou prestações. Quanto a outras tipologias de serviços prestados manifestam-se mais esporádicos, como sendo diagnosticar/avaliar outras necessidades das/dos utentes (2 respostas de ajuda alimentar) e a recolha e distribuição de excedentes alimentícios não confeccionados (serviço apenas prestado numa única resposta social de ajuda alimentar).

O mercado de emprego afeto à ajuda alimentar abrange um total de **13 recursos humanos**, constatando-se uma primazia de mulheres (12). Sendo esta uma valência tradicionalmente assente em ações de voluntariado, o seu funcionamento no concelho conta ainda com um total de 18 voluntários, que também na sua maioria são constituídos por indivíduos do sexo feminino (11 face a 7 homens).

A salientar ainda que 5 recursos humanos acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Entre as fontes de financiamento específicas para o funcionamento da ajuda alimentar, **os programas representam a fonte mais relevante**, tendo sido identificadas pelas cinco entidades. A consciencialização política, técnica e da sociedade civil quanto à persistência de várias situações de carência económica e financeira das famílias tem levado a que diversos programas de ajuda alimentar às populações mais carenciadas continuassem a vigorar, os quais desempenham uma função nevrálgica para a continuidade da resposta social às situações sociais mais urgentes. Cumulativamente, duas identificaram também os acordos de cooperação, tendo ainda uma entidade indicado auferir de donativos.

Quanto a investimentos previstos a realizar nos próximos dois anos, apenas uma resposta de ajuda alimentar apresenta planos de investimento, que incidirão na área da renovação e remodelação das instalações.

Caixa 16. Síntese da Resposta Social Ajuda Alimentar

- Concelho com seis respostas de ajuda alimentar com um padrão locativo difuso no concelho.
- Resposta social com uma taxa de ocupação no limiar máximo (100%), a par de uma evolução acentuada da procura considerando os cabazes alimentares distribuídos, num contexto marcado por uma nova crise económica e assinalável polarização de fluxos migratórios pelos concelhos da NUTS III Alentejo Litoral.
- Serviços desenvolvidos centrados primordialmente em assegurar o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes.
- Mercado de emprego com um total de 13 recursos humanos e uma assinalável base de voluntariado (18), em ambos os casos, primordialmente constituídos por indivíduos do sexo feminino.
- Os programas constituem-se como a principal fonte de financiamento específica para funcionamento da resposta no concelho.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas (Carta Social, GEP).

Em 2023, existia **uma respostas de refeitório/cantina social** no concelho de Santiago do Cacém. Assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, localiza-se União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, dispondo assim de um padrão locativo central essencial para garantir a adequada acessibilidade a uma resposta social orientada primordialmente para a população mais carenciada.

O **funcionamento da resposta social apresenta-se muito circunscrito**, registando-se 6 utentes e uma capacidade máxima instalada que permite apoiar no máximo até 9 utentes. A **taxa de ocupação situa-se, portanto, nos 67%**, ainda assim, esta avaliação deverá considerar a acentuada volatilidade da procura subjacente a esta tipologia de resposta social, fortemente influenciada pela conjuntura económica e pelas dinâmicas sociais.

Entre **2019 e 2021, o quantitativo de utentes manteve-se anualmente muito baixo e invariável, inferior a uma dezena**, situando-se nos 7 utentes. As polícrises consecutivas que o país, assim como a Europa, têm experienciado ao longo da última década, não só dificultam amplamente a superação de trajetórias de vida marcadas pela pobreza como contribuem ainda para o seu aprofundamento.

A resposta social empregava um número muito circunscrito de **recursos humanos (3)**, o que se encontra diretamente associado ao reduzido quantitativo de utentes verificados nos últimos anos. Na sua totalidade os recursos humanos acumulavam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém tem um protocolo de colaboração com a Segurança Social, no âmbito do Programa de Emergência Alimentar (PES), que permite garantir às famílias, em situação de carência económica comprovada, o acesso a refeições diárias gratuitas ou a custo reduzido. Esta resposta social encontra-se ao dispor da população de Santiago do Cacém e tem capacidade para disponibilizar cerca de 30 refeições diárias.

Segundo a SCM Santiago do Cacém⁸, são apoiadas 11 Famílias, distribuindo diariamente cerca de 30 refeições, completas, compostas por sopa, 2º prato e fruta.

Em junho de 2024, o ISS cedeu as instalações, a título gratuito, da antiga Casa do Povo de Santiago do Cacém, à Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém. A assinatura de um protocolo entre as duas entidades, tem como objetivo a remodelação do edifício, através da candidatura ao apoio comunitário PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), para fixação de serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, nomeadamente, centro de dia, apoio domiciliário, cantina social e a sede da instituição.

Caixa 17. Síntese da Resposta Social Refeitório/Cantina Social

- Existência de um refeitório/cantina social no concelho, com um padrão locativo central, favorável à acessibilidade dos utentes à resposta social.
- Resposta social com uma taxa de ocupação de 67%, essencial para fazer face a possíveis acréscimos da procura, especialmente num contexto como o atual de crescente volatilidade e incerteza no contexto internacional e deterioração de alguns fenómenos sociais.
- Triénio entre 2019 e 2021, com estabilidade anual do quantitativo de utentes (7 utentes).
- Resposta social com apenas 3 recursos humanos, uma dotação que decalca diretamente o baixo quantitativo de utentes.

⁸ <https://www.scmisc.pt/index.php/acao-social/cantina-social>

Apoio alimentar desenvolvido no âmbito do Banco Alimentar

O Banco Alimentar contra a Fome da Península de Setúbal apoiava em junho de 2023, 809 pessoas no concelho de Santarém, através de 10 entidades que fazem a distribuição de bens alimentares pela população mais carenciada. O BA tem um armazém localizado no concelho de Santiago do Cacém, em Vila Nova de Santo André.⁹

As instituições apoiadas em Santiago do Cacém são: a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado (AADIES), a Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz, a Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega, a Casa do Povo de Cercal do Alentejo, a Casa do Povo de Alvalade, o Centro de Dia de S. Francisco da Serra, o Centro Social Paroquial de Santa Maria, a CERCISIAGO, CRL, a Conferência Vicentina de São Tiago e São João de Deus e a Cáritas Paroquial de Santa Maria.

.

⁹ Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal, Relatório de atividades e contas – Exercício de 2021, 2022 e 2023.

4.3.4. Pessoas Vítimas de Violência

Figura 52. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção das pessoas vítimas de violência, em Santiago do Cacém, em 2024



Fonte: Equipa Técnica, 2024.

Serviço de Apoio à Vítima (SAV)

A **Intervir.Com - Associação de Promoção da Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural** é uma entidade sem fins lucrativos de cariz social com sede em Vila Nova de Santo André, concelho de Santiago do Cacém, fundada em 2009. A Associação tem vindo a promover diversos projetos, entre os quais o projeto Des(Igualdades) – Apoio a Vítimas de Violência Doméstica e Menores a Cargo, que constitui uma **Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica** no âmbito da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD).

O projeto Des(Igualdades) tem como objetivos “fornecer atendimento psicossocial e informação jurídica, bem como avaliar e gerir o grau de risco e as necessidades sociais das vítimas para promover a sua segurança e o seu reenaminhamento e /ou acolhimento, assegurar a resposta de apoio psicológico para crianças e jovens (RAP) e dinamizar ações de informação/sensibilização.”

O atendimento a vítimas de violência doméstica faz-se em múltiplas vertentes: apoio psicossocial; informação jurídica; resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica (RAP); ações de informação / sensibilização.

O (des)Igualdades – Serviço de Apoio à Vítima surgiu no litoral alentejano no final de 2012, constituindo-se, como a única resposta especializada na intervenção com vítimas de violência doméstica nos municípios de **Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines**¹⁰.

Eram realizados atendimentos itinerantes por todas as freguesias dos quatro municípios, contemplando como respostas diretas a vítimas, o apoio social, o apoio psicológico e, ainda, numa ótica de prevenção primária e secundária, o desenvolvimento de ações de informação e sensibilização.

Entre dezembro de 2012 e setembro de 2017, o serviço deu resposta a 302 vítimas, maioritariamente do sexo feminino (84,8%). 17,9% da amostra diz respeito a crianças e jovens, não se verificando uma diferença significativa entre sexos. O município de Santiago do Cacém destacava-se como sendo o território com o maior número de vítimas em atendimento (150), sendo a freguesia de Vila Nova de Santo André aquela que apresentava o maior número de vítimas acompanhadas pelo Serviço de Apoio à Vítima, seguindo-se a União de Freguesias de Santiago do Cacém, S. Bartolomeu da Serra e Santa Cruz. Nos restantes municípios, verifica-se que a esmagadora maioria dos casos em acompanhamento são provenientes das respetivas sedes de concelho.

Atualmente, no âmbito do SAV a Associação presta atendimento em Santiago do Cacém e em Sines.

¹⁰ Plano Intermunicipal para a Igualdade Alentejo Litoral 2017-2020, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, novembro de 2017

Casa de Acolhimento de Emergência (CAE)

A CAE Intervir – Casa de Acolhimento de Emergência, está integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), e é gerida pela Intervir.Com - Associação de Promoção da Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural. Trata-se da única CAE do distrito de Setúbal. A Casa de Acolhimento tem capacidade para acolher 10 mulheres vítimas, com ou sem dependentes a cargo, “de forma urgente, pelo tempo necessário à avaliação da situação, assegurar a sua proteção, integridade física e psicológica, prevenir a revitimação, consolidar o sistema de segurança e proteção das vítimas e auxiliar na definição de um novo projeto de vida.”

Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens (RAP)

O impacto da violência doméstica contra crianças e jovens assumiu uma expressão que tornou urgente promover respostas de apoio especializado para as crianças e jovens acolhidas com as mães em casas abrigo, no âmbito da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). As entidades públicas ou privadas que sejam gestoras de estruturas de atendimento da RNAVVD, têm como objetivo garantir a prestação de apoio às crianças e jovens que sejam atendidas e acolhidas no território da respetiva Comunidade Intermunicipal.

A RAP-AL é uma resposta gratuita e garante a cobertura de todo o território abrangido pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, aplicando-se às áreas geográficas dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

A RAP-AL apresenta metodologias de intervenção individual e/ou em grupo, focadas no trauma, constituindo-se como a única resposta especializada no território.

A Intervir. Com Associação iniciou a sua atividade em Novembro de 2021, nesta nova resposta, no âmbito da violência doméstica. A Resposta de Apoio Psicológico do Alentejo Litoral (RAP-AL) é um serviço especializado de apoio psicológico e psicoterapêutico, direcionado para crianças e jovens vítimas de violência doméstica.

4.3.5. Pessoas Imigrantes

Figura 53. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção das pessoas imigrantes, em Santiago do Cacém, em 2023



Fonte: Equipa Técnica, 2024.

Centro de Atendimento

Figura 54. Utentes em Centro de atendimento a imigrantes no triénio 2019 a 2021 (n.º)

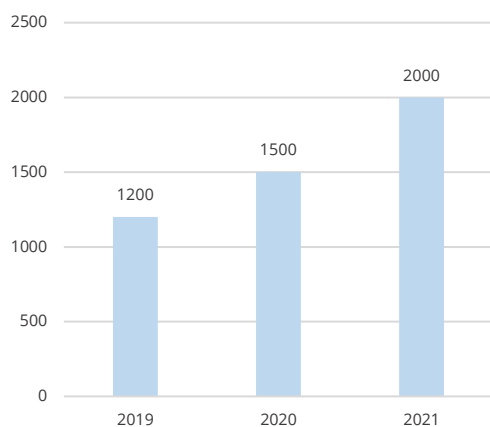


Figura 55. Utentes segundo a proveniência em Centro de atendimento a imigrantes (%)

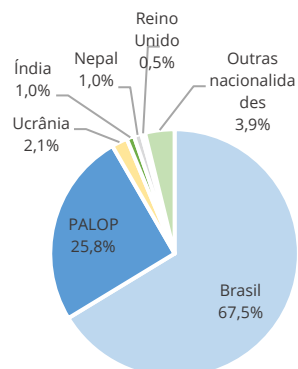
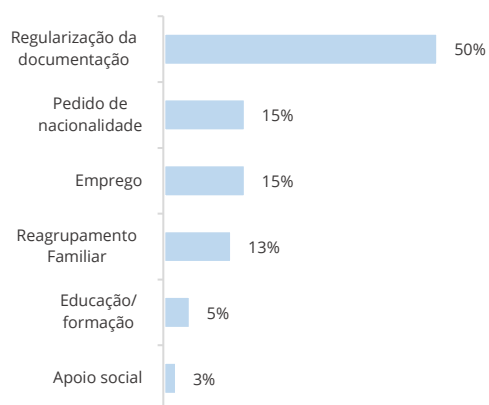


Figura 56. Atendimento, por tipologia de atendimento em Centro de atendimento a imigrantes (%)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Centro de Atendimento

Em 2023, existia uma resposta de **centro de atendimento a imigrantes** – o CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração do Migrante de Sines, Vila Nova de Santo André e Santiago do Cacém – da responsabilidade da Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém.

Este Centro iniciou a sua atividade em 2003, e tem presentemente 4 técnicos afetos a tempo inteiro, que prestam apoio nos **municípios de Sines e Santiago do Cacém**.

O número de utentes inscritos situa-se nos 2988. Considerando o triénio 2019/2021, houve um **aumento da procura em 67%**, ou seja, mais 800 inscritos que no ano de 2019, atingindo os 2000.

A Associação faz o atendimento e acompanhamento do imigrante, de diferentes nacionalidades, atendendo maioritariamente indivíduos provenientes do **Brasil** e dos **PALOP**. Os atendimentos recaem principalmente em situações de **regularização da documentação** (50%), pedidos de nacionalidade, mas também situações de desemprego e de reagrupamento familiar, entre outros.

Como constrangimento, a entidade aponta a necessidade de manutenção das instalações.

Caixa 22. Síntese da Resposta Social Centro de atendimento a imigrantes

- Oferta concelhia constituída por uma resposta de centro de atendimento a imigrantes.
- Acréscimos da procura, no horizonte temporal de curto e médio prazo.
- Necessidade de manutenção das instalações.

5. Diagnóstico social prospetivo

Quadro 4. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
- Concentração da população nos lugares de maior dimensão em detrimento dos lugares com menos de 2.000 habitantes. - Localização central no contexto sub-regional e proximidade a eixos rodoviários estruturantes como a IC33 e o IC1. - Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional. - Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional. - Aumento da população estrangeira residente no concelho, ao longo dos últimos anos. - Diminuição da população com dificuldades / deficiências. - Apenas duas entidades gestoras têm fins lucrativos, o que constitui uma mais-valia para um acesso mais equitativo aos serviços sociais, que se pretendem universais. - Âmbito de atuação geográfica das entidades é predominantemente concelhio/local. - A distribuição territorial da maioria dos equipamentos sociais concentra-se nas duas freguesias mais populosas do município. - Elevada percentagem de recursos humanos de nacionalidade estrangeira no setor social concelhio permite colmatar a necessidade de maior quantidade de trabalhadores neste setor e constitui uma potencialidade para a dinâmica demográfica municipal. - Oferta de creches maioritariamente assegurada por entidades do Terceiro Setor. - Mercado de trabalho no setor social com significância quantitativa, abrangendo um pouco mais de quatro centenas de trabalhadores no concelho (440 recursos humanos) e fortemente concentrado no domínio das pessoas idosas (75%). - Existência no município de uma das únicas duas casas de acolhimento existentes em todo o Alentejo Litoral. - Existência de uma rede de SAD alargada no concelho e com dispersão locativa significativa, essencial para assegurar a continuidade da resposta que se estima de acentuado crescimento, para os próximos anos. - Disponibilidade de uma universidade sénior no concelho, uma das respostas sociais para o domínio de intervenção da população idosa, cuja procura mais tem crescido nos últimos anos. - Respostas sociais orientadas para a população com deficiência com uma assinalável multiplicidade de atividades que visam garantir a inclusão social desta população.	- Decréscimo populacional ao longo das últimas décadas. - Saldo natural negativo ao longo das últimas décadas. - Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa). - Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade. - Decréscimo da importância da população ativa face à população total residente - Ganho médio mensal da população ao serviço em Santiago do Cacém abaixo da média nacional e sub-regional. - Fortes dificuldades financeiras das entidades, que contribuem para a fraca capacidade de investimento a curto prazo, sintomático da redução do número de utentes e do contexto socioeconómico atual. - Necessidade de recursos humanos qualificados no setor social concelhio. - Atuação das entidades vocacionada para domínios mais tradicionais, como a população idosa e crianças e jovens. - A maioria dos equipamentos encontra-se num estado de conservação deficiente. - ERPI com uma estrutura de utentes de idades bastante heterogéneas, o que se traduz frequentemente nos níveis de autonomia dos utentes e acarreta constrangimentos significativos ao seu funcionamento. - Financiamento da generalidade da oferta social ainda amplamente suportada em acordos de cooperação e programas de apoio financeiro, sintomático dos desafios acrescidos à sua sustentabilidade financeira. - Muitas respostas sociais desprovidas de plano de investimentos para os próximos dois anos, revelador dos desafios emergentes após a pandemia, das polícrises atuais e conjuntura internacional marcada por uma forte instabilidade. - Existência de algumas respostas sociais com taxa de ocupação próxima do limiar máximo ou já efetivamente no limite da sua capacidade, nomeadamente, creches e universidade sénior (89% respetivamente), ERPI (99%), intervenção precoce, CACI, lar residencial e ajuda alimentar (100%).
Oportunidades	Ameaças
- Implementação do processo de descentralização de competências no domínio da ação social, através do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. - Contexto pós-pandémico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social e crescente valorização das problemáticas ao nível da saúde mental. - Criação do Programa “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas”, com a Segurança Social a assegurar o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas favorável a um aumento da procura, nos próximos anos. - Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio.	- Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares. - Polícrises representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, assim como dificultam a superação de trajetórias de vida marcadas pela pobreza e privação material. - Envelhecimento demográfico e as consequências sociais e económicas que daí resultam, que requerem medidas de apoio e uma diversificação e reforço da oferta no domínio da população idosa. - Persistência de um forte estigma e exclusão social relativamente às pessoas com doença mental, o que exige maior concertação das respostas sociais e de saúde, assim como um maior esforço por parte dos atores envolvidos.

Oportunidades	Ameaças
• Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/concelhos de média e menor dimensão. • Maior capacidade atrativa da população imigrante pela NUTS III Alentejo Litoral poderá constituir uma oportunidade de desenvolvimento regional, quer pelos impactos no rejuvenescimento da população, mas também pela superação das lacunas de recursos humanos em setores económicos estratégicos e menos atrativos para a população autóctone. • Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais. • Disseminação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais. • Mudança do perfil e das expetativas da população sénior e idosa constitui oportunidade para redesenhar e qualificar a oferta e a estratégia de intervenção das respostas e serviços sociais orientados para este domínio de intervenção.	

Fonte: Equipa técnica (2023)

6. Cenários demográficos

6.1. Enquadramento

Na elaboração de instrumentos de planeamento setorial, a cenarização da componente demográfica assume um papel relevante dado que permite prospetivar os quantitativos populacionais futuros e identificar, atempadamente, as necessidades que daí resultam na oferta de equipamentos e respostas sociais.

Assim, o presente exercício pretende apoiar a proposta de programação, permitindo antever vários cenários de evolução global do Concelho, e de cada uma das freguesias, facultando informação sobre a evolução dos diversos grupos etários que procuram os diferentes equipamentos, respostas e serviços, para o ano horizonte de 2030.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível desenvolver cenários sobre o quadro evolutivo e de impactes da demografia no concelho de Santiago do Cacém nos próximos anos.

Neste processo, foram realizadas projeções demográficas tendo como horizonte os anos de 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto. Este, corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Ou seja, a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacte previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (com a publicação dos resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- população residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;

- taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) *Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista)

Grupo etário	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	2188	2088	1989	2208	2228
10-19	2392	2344	2296	2411	2457
20-29	2230	1884	1538	1615	1645
30-39	3130	2772	2415	2536	2584
40-49	3895	3983	4072	4275	4357
50-59	3562	3123	2684	2818	2871
60-69	4482	4886	5289	5554	5659
+70	5893	6218	6544	6871	7002
Total	27772	27299	26826	28288	28803
Var. face a 2021	-6,6	-1,7	-3,4	1,8	3,7

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, **a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa moderada, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos -1,7%**

(menos 470 residentes, aproximadamente). Este cenário é possível que se possa concretizar, face à evolução recente das principais variáveis demográficas, e a alguns indicadores do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista), num contexto de reforço da capacidade de atração de população migrante e o impacte dos grandes projetos de Santiago do Cacém, na atração e fixação de novos residentes deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, **a população residente no concelho será 28.288 e, em 2031, de 28.803 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 3,7% face ao valor contabilizado em 2021.**

6.3. Cenarização por domínio específico

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a aumentar de forma moderada no concelho, num cenário voluntarista (uma variação de 1,8%, entre 2021 e 2031). Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches (0-2 anos) se situará em torno das 618 crianças, em 2031, e concentrar-se-á, sobretudo, na freguesia de Santo André (271 crianças).

Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Santiago do Cacém	607	835	2188	579	797	2088	552	759	1989
Abela	14	18	50	13	17	48	13	16	45
Alvalade	31	45	119	30	43	114	28	41	108
Cercal	53	72	191	51	69	182	48	66	174
Ermidas-Sado	47	62	172	45	59	164	43	56	156
Santo André	266	372	948	254	355	905	242	338	862
São Francisco da Serra	13	17	42	12	16	40	12	15	38
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	161	221	601	154	211	574	146	201	546
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	22	28	65	21	27	62	20	25	59
Cenário Voluntarista	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Santiago do Cacém	607	835	2188	613	843	2208	618	850	2228
Abela	14	18	50	14	18	50	14	18	51
Alvalade	31	45	119	31	45	120	32	46	121
Cercal	53	72	191	54	73	193	54	73	194
Ermidas-Sado	47	62	172	48	63	174	48	63	175
Santo André	266	372	948	269	376	957	271	379	965
São Francisco da Serra	13	17	42	13	17	42	13	17	43
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	161	221	601	162	223	606	164	225	612
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	22	28	65	22	28	66	22	28	66

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um aumento, quer no cenário tendencial (8,1%), quer no cenário voluntarista (13,7%), atingindo, em 2031, os 8.728 residentes (cenário tendencial). A maioria desta população estará concentrada na freguesia de Santo André (3.482). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 2.821 residentes no concelho (cenário tendencial).

Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Santiago do Cacém	8077	5893	8402	6218	8728	6544
Abela	330	271	343	286	357	301
Alvalade	614	466	639	492	663	517
Cercal	978	723	1017	763	1057	803
Ermidas-Sado	643	483	669	510	695	536
Santo André	2611	1725	2716	1820	2821	1916
São Francisco da Serra	260	209	270	221	281	232
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	2199	1696	2287	1790	2376	1883
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	442	320	460	338	478	355
Cenário Voluntarista	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Santiago do Cacém	8077	5893	9055	6871	9186	7002
Abela	330	271	370	316	375	322
Alvalade	614	466	688	543	698	554
Cercal	978	723	1096	843	1112	859
Ermidas-Sado	643	483	721	563	731	574
Santo André	2611	1725	2927	2011	2969	2050
São Francisco da Serra	260	209	291	244	296	248
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	2199	1696	2465	1977	2501	2015
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	442	320	496	373	503	380

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

7. Estratégia e programa de ação

A Carta Social de Santiago do Cacém visa orientar a oferta de equipamentos e resposta sociais no concelho até 2030, identificando as prioridades de investimento no alargamento e qualificação da oferta.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o concelho de Santiago do Cacém apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, impactantes na capacidade e das condições de resposta da oferta de equipamentos e serviços sociais. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar à procura, em determinados domínios, podendo comprometer os níveis de esforço e de investimentos realizados pelos atores sociais concelhios, regionais e nacionais.

A estratégia definida e o programa de ação delineado, sendo ambiciosos, procuram adaptar-se o mais possível à capacidade de investimento existente, e à sustentabilidade das entidades, de forma a garantir a exequibilidade das propostas e melhor informar os decisores pela sua operacionalização.

7.1. Visão estratégica

O modelo estratégico foi desenhado para responder aos desafios, necessidades e problemáticas que atualmente se identificam no concelho de Santiago do Cacém, mas também para aqueles que, embora assíncronos, é fundamental atempadamente acautelar e mitigar os potenciais impactes negativos que podem gerar. A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios.

São 3 os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social, encontrando-se estritamente articulados entre si e visando, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e futuros do processo de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionada e assegurada, é determinante para garantir que o município de Santiago do Cacém se constitui como um território qualificado e uma centralidade relevante no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e sub-regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação poderá conduzir a uma maior eficácia e eficiência dos resultados a gerar.

O terceiro objetivo centra-se no reforço da concertação entre os atores do ecossistema social, porque apesar destes disporem de um amplo histórico de trabalho conjunto, colaborativo, importa garantir a sua continuidade e robustecimento, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Quadro 8. Objetivos da visão estratégica da Carta Social de Santiago do Cacém

GARANTIR	REFORÇAR	ROBUSTECER
a adequação da oferta e da procura	o caráter multi e intersectorial do domínio social	a concertação entre atores sociais
Ajustar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura, de modo a garantir a melhor qualidade de vida aos munícipes, nas diversas fases de vida.	Reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no concelho, assim como na sub-região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas.	Assegurar a continuidade e o robustecimento do trabalho de concertação entre os vários atores do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho, essencial para assegurar a continuidade das respostas.

Fonte: RUR, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linha com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais em Santiago do Cacém nos próximos anos, de forma a constituir-se como um processo dinâmico e assente numa visão holística do território, das suas populações e do seu tecido empresarial deve assentar em nove princípios centrais.

Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Santiago do Cacém

Equidade	O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Santiago do Cacém como um território de iguais oportunidades para todos os cidadãos
Racionalidade	Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso determinante identificar e selecionar os melhores territórios para a localização da oferta social, sem comprometer os demais princípios
Policentrismo	O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal, e sub-regional, policêntrico, visando assim o desenvolvimento de centralidades a múltiplas escalas
Sustentabilidade	A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma a salvaguardar que os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento
Cooperação	O exercício de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais atores do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios existentes e emergentes. Estes

	devem ser atores ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando potenciais constrangimentos futuros
Transição Climática	Os municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e das suas vulnerabilidades, pelo que as decisões tomadas devem procurar mitigar ao máximo eventuais impactos negativos. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, importa centrar as preocupações e as respostas nos cidadãos mais vulneráveis (crianças, idosos, ...), no território, nos recursos naturais, no património natural e na biodiversidade, considerando ainda que Santiago do Cacém se insere na NUT II Alentejo, uma região com uma elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas, nomeadamente ao aumento da temperatura e à frequência e amplitude das ondas de calor e das secas meteorológicas
Resiliência	Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc.), que têm demonstrado as dificuldades de responder de forma célere e adequada a essas ocorrências, muitas das quais de forma substancialmente imprevisível. O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa
Digitalização	Na Era da digitalização, é determinante que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição, aplica-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas dos cidadãos
Transparência	O processo de reflexão, concertação e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o superior interesse da população e dos atores setoriais locais e sub-regionais

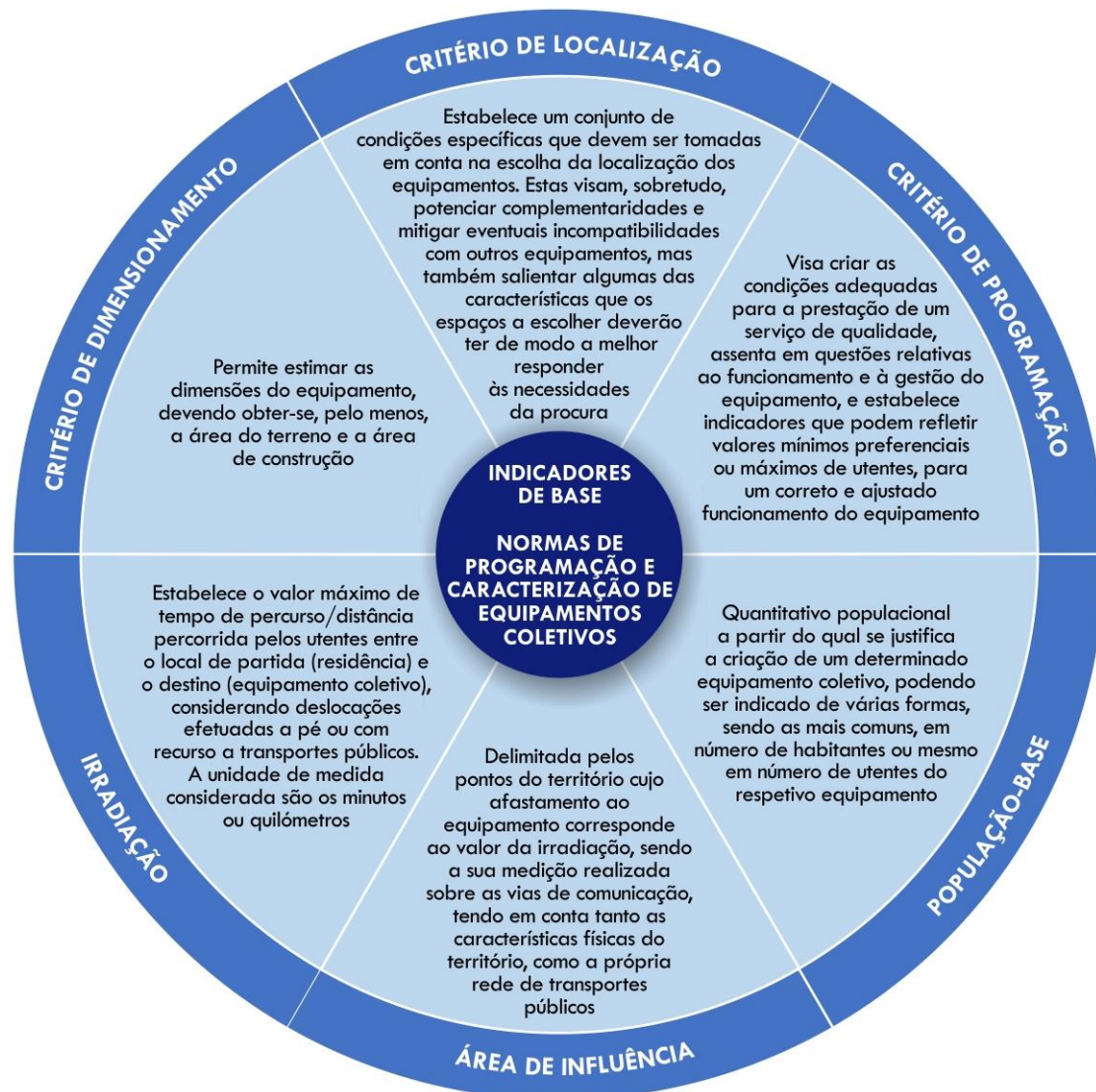
Fonte: RUR, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um círculo virtuoso em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

7.2. Critérios de programação

A programação de equipamentos coletivos deve obedecer a um elenco de critérios e normas de programação. As Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constituem o referencial de base ao presente exercício, estabelecendo seis indicadores principais: (i) critério de localização; (ii) critério de dimensionamento; (iii) critério de programação; (iv) irradiação; (v) área de influência; (vi) população-base.

Figura 57. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos



Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos anexos, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no concelho de Santiago do Cacém. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

7.3. Modelo territorial de provisão

A rede de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e sub-regional) policêntrico que assegura equidade no acesso aos equipamentos e serviços sociais. Neste contexto a Carta Social, para além de ser instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como instrumento de ordenamento do território, contribuindo para o reforço do sistema urbano concelhio, se através da (i) consolidação das centralidades urbanas, com a afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central; (ii) dotação das áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé); (iii) revitalização sócio urbanísticos dos espaços urbanos periféricos e das áreas rurais.

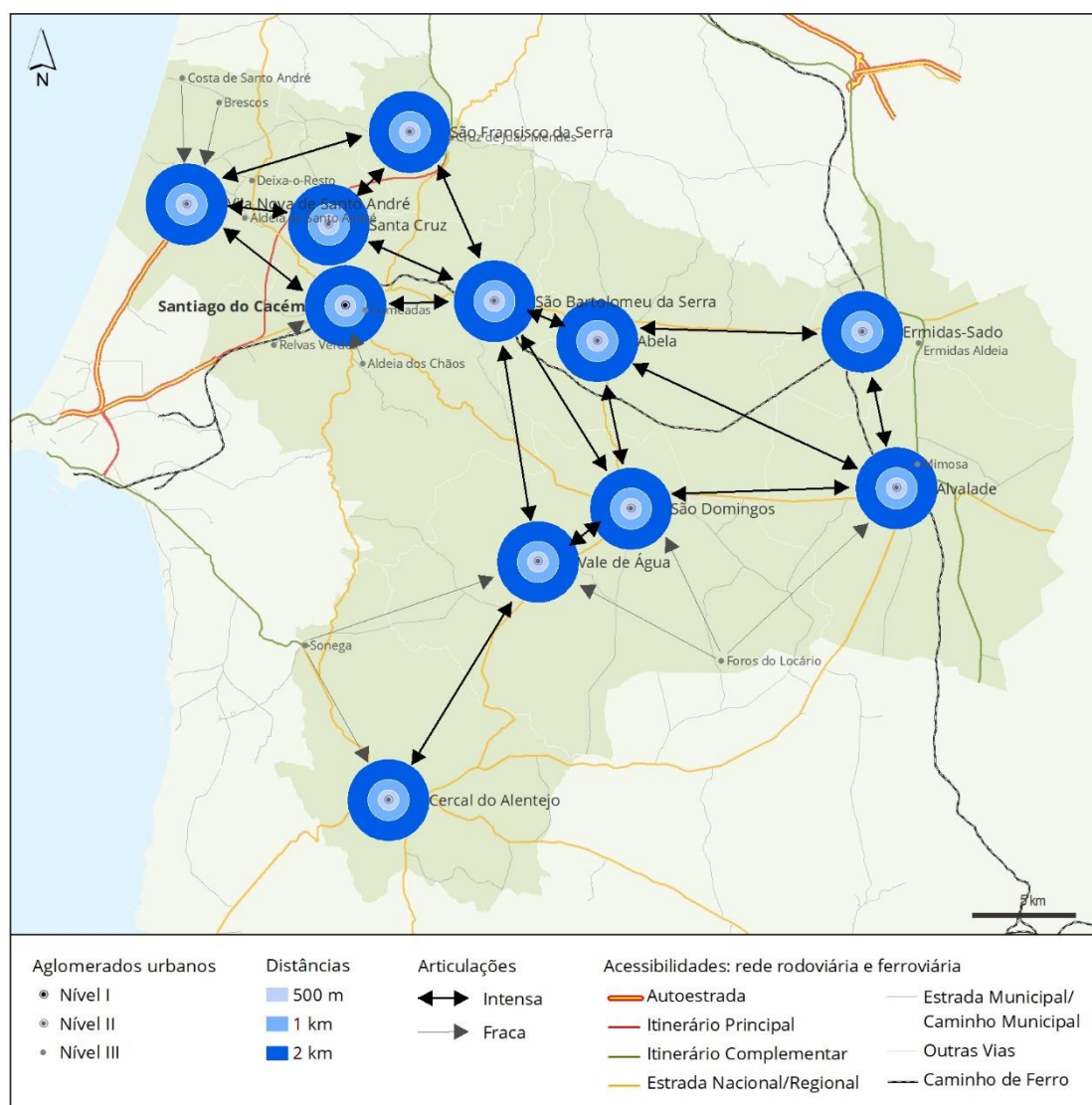
Apesar do concelho de Santiago do Cacém constituir um território com uma densidade demográfica elevada, no contexto do Alentejo Litoral, e ser o único que possui duas cidades (Santiago do Cacém e Santo André), estes dois centros urbanos concentram funções centrais com um espectro territorial limitado, com uma incidência especialmente circunscrita ao território municipal. Com uma oferta de funções urbanas bem desenvolvida, em termos de densificação, diversificação e qualificação, fica facilitada a consolidação destes aglomerados enquanto âncoras do sistema urbano sub-regional.

A organização do território de Santiago do Cacém conta, para além das duas cidades (Santiago do Cacém e Santo André) ainda com outro aglomerado urbano relevante, nomeadamente as três vilas (Alvalade, Cercal do Alentejo e Ermidas- Sado). A densidade de articulações entre os vários aglomerados são a evidência de um sistema urbano hierarquizado, mas com relevantes articulações intra-concelhias, nomeadamente Santiago do Cacém/Santo André, desempenhando os equipamentos coletivos uma importância central para o alcançar uma maior polinucleação e protagonismo funcional.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se numa oportunidade de reforçar as principais aglomerações urbanas concelhias (Cidades de Santiago do Cacém e Santo André) e as vilas de Alvalade, Cercal do Alentejo e Ermidas- Sado. Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar alguns dos constrangimentos atualmente existentes em termos de oferta de equipamentos e respostas sociais e, a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subsequentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na implementação da estratégia proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de atores sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crises, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subsequentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade ...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 58. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Santiago do Cacém



Fonte: RUR, 2023

7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações

A operacionalização da estratégia concretiza-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do município de Santiago do Cacém, que se detalham no quadro seguinte.

Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Santiago do Cacém

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
Eixo 1 - aumentar a capacidade de resposta	É fundamental reforçar a capacidade de resposta municipal no domínio de intervenção das crianças e jovens, da população idosa, das pessoas em situação de dependência e para as pessoas com deficiência e considerando a tipologia de respostas já existentes no concelho.	• Reforço da capacidade da resposta “Creche”: Santiago do Cacém e Santo André • Reforço da capacidade da resposta “Universidade Sénior”: Vila Nova de Santo André; • Reforço da capacidade da resposta “ERPI”: Alvalade Ermidas-Sado; • Reforço da capacidade da resposta “intervenção precoce”: Santiago do Cacém; • Reforço da capacidade da resposta “CACI”: Santiago do Cacém; • Reforço da capacidade da resposta (ampliação) do “lar residencial”.
Eixo 2 - diversificar a oferta	É determinante suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais ao nível concelhio	• Promoção de uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador; • Construção de uma ERPI (Cidade de Santiago do Cacém) com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto).
Eixo 3 - promover a acessibilidade territorial	É fundamental fomentar uma maior acessibilidade territorial, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, despoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão	• Criação da resposta “Creche”: Cercal; • Criação da resposta “Universidade Sénior”: Santiago do Cacém; • Criação da resposta “ERPI”: Santo André e Cercal; • Criação da resposta “ajuda alimentar”: Abela e São Francisco da Serra; • Criação da resposta “refeitório/cantina social”: Santo André.
Eixo 4 - qualificar a oferta existente	É fundamental promover a melhoria das condições físicas dos equipamentos (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores.	• Qualificação e capacitação dos recursos humanos; • Qualificação das condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico; • Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos; • Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos; • Diversificação da oferta de serviços em Centros de Dia; • Diversificação da oferta de SAD atualmente existente (assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva).

7.5. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social, para o horizonte temporal de 2030. Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica, considerando, sempre que possível, o aglomerado urbano (incluindo as intervenções de expressão territorial concelhia). Optou-se por não apresentar estimativas de investimento, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte

variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se assume um horizonte temporal alargado, que se estende de 2024 a 2030. Acresce que para a indicação do investimento seria necessário um estudo pormenorizado das especificidades técnicas, que carece de outro tipo de abordagem, subsequente.

O programa de ação sustenta-se em dezanove ações prioritárias de intervenção apresentando diferentes horizontes de concretização. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, repartidas pelos 3 períodos considerados, enquanto o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos, configurando ações continuadas no tempo (investimento contínuo).

Quadro 11. Programa de Ação da Carta Social de Santiago do Cacém

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
EIXO 1	Reforço da capacidade da resposta “Creche”: Santiago do Cacém e Vila Nova de Santo André	Santiago do Cacém e Santo André	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “Universidade Sénior”: Vila Nova de Santo André	Vila Nova de Santo André	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “ERPI”: Alvalade e Ermidas-Sado	Alvalade e Ermidas-Sado	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “intervenção precoce”	Santiago do Cacém		X	
	Reforço da capacidade da resposta “CACI”: Santiago do Cacém	Santiago do Cacém		X	
	Reforço da capacidade da resposta (ampliação) do “lar residencial”	Santiago do Cacém		X	
EIXO 2	Promoção de uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador	Principais aglomerados concelhios	X	X	
	Construção de uma ERPI (Cidade de Santiago do Cacém) com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto).	Santiago do Cacém		X	
EIXO 3	Criação da resposta “Creche”: Cercal	Cercal	X	X	
	Criação da resposta “Universidade Sénior”: Santiago do Cacém	Santiago do Cacém	X	X	
	Criação da resposta “ERPI”: Santo André e Cercal	Santo André e Cercal	X	X	
	Criação da resposta “ajuda alimentar”: Abela e São Francisco da Serra	Abela e São Francisco da Serra	X	X	
	Criação da resposta “refeitório/cantina social”: Santo André	Santo André	X	X	
EIXO 4	Qualificação e capacitação dos recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Qualificação das condições de operacionalidade (eficiência energética e conforto térmico)	Concelho	X	X	X
	Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos	Concelho	X	X	X
	Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Diversificação e qualificação da oferta de serviços em Centros de Dia	Concelho	X	X	X
	Diversificação da oferta de SAD, assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva.	Concelho	X	X	X

Fonte: RUR, 2024

O atual quadro de financiamento comunitário, Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria, envolve 23 mil milhões de euros dos fundos europeus, constituindo uma importante fonte de financiamento. Quer os programas temáticos, nomeadamente o PESSOAS 2030 e o SUSTENTÁVEL 2030, quer o Programa Regional Alentejo 2030, poderão ser potencialmente mobilizados para a execução das intervenções propostas. Estes apoios têm um papel fulcral para assegurar a operacionalização de diversas medidas de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social.

A estes instrumentos de apoio acresce o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que até 2026, poderá também financiar diversas das intervenções a delinear no âmbito da Carta Social de Santiago do Cacém. Na dimensão de Resiliência, consideram-se 9 componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial de Portugal. Especificamente, na Componente 3 “Respostas Sociais”, procura-se apoiar intervenções que concorram para “reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias”.

8. Referências bibliográficas

- Europa, C. d. (2005). *Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Europeia, C. (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Gotemburgo. Obtido de https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights_pt
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2013). *Rede Local de Intervenção Social (RLIS)*. Lisboa.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)*. Lisboa.
- Ministros, P. d. (2020). *Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto*.
- Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, S. e. (2021). *Portaria n.º 66/2021 de 17 de março*.
- Portuguesa, R. (2021). *Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro*. Lisboa: Ministério do Planeamento.
- República, A. d. (2018). *Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais*.
- Saúde, M. d. (2006). *Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados*.
- Social, I. d. (2003). *Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais*.
- Social, M. d. (2006). *Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)*.
- Social, M. d. (2007). *Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)*.

(página propositadamente deixada em branco)

Anexos

Nota: A informação que se apresenta, no bloco A, sistematiza o tratamento resultante dos dados recolhidos no processo de inquirição realizado. O mesmo não representa, para algumas respostas sociais, o universo concelhio pela indisponibilidade de participação de alguns stakeholders no processo de inquirição. Essas situações estão devidamente identificadas nos quadros respetivos.

A.1. Entidades da Rede Social

Anexo 1. Entidades que integram o Núcleo Executivo, 2023

Núcleo Executivo
Câmara Municipal de Santiago do Cacém
Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal
Casa do Povo de São Domingos
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Emprego de Sines
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL)
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA)
Intervir.Com

Anexo 2. Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLASSC), 2023

CLASSC
Agrupamento de Escolas Professor Arménio Lança, Alvalade
Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo
Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
Agrupamento de Escolas de Santo André, Santiago do Cacém
Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integrado Ermidas Sado (AADIES)
Associação Bem Estar Social de Santa Cruz (ABES)
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alvalade
Associação de Caçadores de Santo André
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo André
Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Santiago do Cacém
Associação Missão Coragem
Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL)
Associação Cultural Amigos de Alvalade
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL)
Associação Jovem de Festas da Cruz de João Mendes
Associação de Moradores da Aldeia do Cano
Associação de Bombeiros Voluntários de Cercal do Alentejo
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Cercal do Alentejo
Associação de Moradores e Amigos do Areal
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
Associação Cultural de Santiago do Cacém
Associação São Francisco de Assis
Academia Sénior de Artes e Saberes (ASAS)
Assembleia de Deus Pentecostal – Igreja Evangélica
Associação de Cultura e Recreio dos Moradores de Vale das Éguas
Associação de Moradores Salão Comunitário da Sonega
Alto Comissariado para as Migrações (ACM) - Algarve
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Ensino Básico de Santa Cruz
Associação de Amigos Solidários de Santo André (AMISSA)

CLASSC
Associação Movimento 1 Euro
Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal – Delegação de Santo André
Câmara Municipal de Santiago do Cacém
Casa do Povo de Abela
Casa do Povo de Alvalade
Casa do Povo de Cercal do Alentejo
Casa do Povo de São Domingos
Centro Social Paroquial de Santa Maria
Centro de Dia de São Francisco da Serra
Conferência Vicentina São João de Deus e São Tiago
Centro Distrital de Segurança Social – Serviço de Ação Social do Alentejo Litoral
Centro de Saúde de Santiago do Cacém /Unidade de Saúde Familiar de Santiago do Cacém
Centro Social do Roncão
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Santo André
Clube Náutico Águas de Santo André
Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém (CERCISIAGO)
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1119
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém
Clube de Ténis de Santo André
Discoteca Alexander's
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) – Equipa Baixo Alentejo
Direção Regional do Alentejo do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) Beja
Espiga – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL.
ET – Equipa de Tratamento do Litoral Alentejano CRI Litoral Alentejano
Estrela de Santo André – Associação de Cultura, Recreio e Desporto
Farmácia Teixeira e Sucessores
Futebol Clube Alvaladense
Guarda Nacional Republicana de Alvalade
Grupo Desportivo Leal Soneguenense
Guarda Nacional Republicana (GNR) Cercal do Alentejo
Grupo Desportivo Cultural dos Trabalhadores Repsol Polímeros
Grupo Desportivo de Santa Cruz
Grupo Desportivo e Recreativo “Os Relvenses”
Instituto das Comunidades Educativas – Núcleo do Alentejo Litoral
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Serviço de Emprego de Sines
Intervir.Com – Associação para a Promoção da Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural
Junta de Freguesia de Abela
Junta de Freguesia de Alvalade
Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo
Junta de Freguesia de Ermidas –Sado
União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra
Junta de Freguesia de Santo André
União de Freguesias de São Domingos e vale de Água
Junta de Freguesia de São Francisco da Serra

CLASSC
Juventude Atlético Clube
Liga dos Combatentes Núcleo de Santo André / Santiago do Cacém
Liga dos Amigos do Cercal do Alentejo (LACA)
Liga dos Amigos do Hospital do Litoral Alentejano
MDM – Movimento Democrático de Mulheres – Núcleo de Santiago do Cacém
MUSA – Mulheres Unidas Socialmente Unidas da CPLP
Nuclisol – Jean Piaget
Núcleo Local de Inserção de Santiago do Cacém
Os Barrigotos – Associação Recreativa de Alvalade
Os Kotas Bike Team
Os Vilas – Clube Amador de Pesca Desportiva de Santo André
Paróquia de Santiago do Cacém
Quercus – Núcleo Regional do Litoral Alentejan
Quadricultura – Associação Cultural
Rogério Luz, Lda.
Sociedade Juventude Cercalense
Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
Somos Jovens, Associação Juvenil de Cercal do Alentejo
Serviços Sociais Desportivos dos Trabalhadores das Autarquias de Santiago do Cacém
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
União Distrital das IPSS
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (USLA)
Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional (VITAE)

Anexo 3. Entidades que integram a Comissão Social da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, 2023

Comissão Social da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra
Serviços de Ação Social do Alentejo Litoral
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Centro de Emprego de Sines
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRS) – Equipa Alentejo Litoral
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL)
Cercisiago – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém
Conferência de S. João de Deus e São Tiago
Escola Secundária Manuel da Fonseca
Paróquia de Santiago do Cacém
Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL)
Cooperativa de Habitação Alegria do Povo
Missão Coragem – Associação
Guarda nacional Republicana
Sociedade Harmonia – Santiago do Cacém
Intervir.Com Associação

Comissão Social da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santiago do Cacém
Associação Cultural de Santiago do Cacém
Associação São Francisco de Assis
Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém
Grupo Desportivo de Santa Cruz

Anexo 3. Entidades que integram a Comissão Social de Freguesias de Santo André, 2023

Comissão Social de Freguesias de Santo André
Academia Sénior de Artes e Saberes (ASAS)
Agrupamento de Escolas de Santo André
Associação de Amigos Solidários de Santo André (AMISSA)
Associação Intervir.Com
Banco Alimentar Contra a Fome – Setúbal
Bombeiros Voluntários de Santo André (BVSA)
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Centro de Emprego de Sines
Centro de Saúde de Santiago do Cacém/Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC)
Centro Social Paroquial de Santa Maria
Clube de Ténis de Santo André (CTSA)
Clube Náutico Águas de Santo André
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas – Reserva Natural das Lagoas de Sto. André e da Sancha
Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS)– Equipa do Alentejo Litoral
Estrela de Santo André- Associação de Cultura, Recreio e Desporto
Guarda Nacional Republicana (GNR) – Destacamento Territorial de Santiago do Cacém
Grupo Desportivo da REPSOL
Serviço de Ação Social do Alentejo Litoral
Instituto das Comunidades Educacionais (ICE)
Junta de Freguesia de Santo André
Os Kotas

A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais

Os anexos que se apresentam, sistematizam a informação recolhida no processo de inquirição realizado no âmbito deste instrumento. Neste contexto, importa referir a presença no concelho de outras entidades gestoras (Câmara Municipal de Santiago do Cacém; Intervir.Com; Cooperativa Espiga; Cri Litoral Alentejano; Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém,...), que disponibilizam diversas e importantes respostas e serviços sociais, mas que não se encontram vertidas nos próximos quadros anexos.

Anexo 2. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais
Academia Sénior de Artes e Saberes
Apoio Com Carinho - Centro Geriátrico, Lda
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonoga
Cáritas Paroquial de Santa Maria, Vila Nova Santo André
Casa do Povo de Abela
Casa do Povo de Alvalade
Casa do Povo de Cercal do Alentejo
Casa do Povo de São Domingos da Serra
Centro de Dia de São Francisco da Serra
Centro Social Paroquial de Santa Maria
CERCISIAGO - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, CRL
Maria Antonieta Raposo
NuclISol Jean Piaget
Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém

Anexo 3. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º)

Entidades Gestoras	Sem fins lucrativos						Com fins lucrativos
	Privadas						
	Associação de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	Equiparada a IPSS	Cooperativa	Associação Sem Fins Lucrativos	
Academia Sénior de Artes e Saberes	-	-	-	-	-	1	-
Apoio Com Carinho - Centro Geriátrico, Lda	-	-	-	-	-	-	1
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado	2						
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz	1						
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonoga	1	-	-	-	-	-	-
Cáritas Paroquial de Santa Maria, Vila Nova Santo André	-	1	-	-	-	-	-
Casa do Povo de Abela	-	-	-	1	-	-	-
Casa do Povo de Alvalade	3	-	-	-	-	-	-
Casa do Povo de Cercal do Alentejo	1	-	-	-	-	-	-
Casa do Povo de São Domingos da Serra	2	-	-	-	-	-	-
Centro de Dia de São Francisco da Serra	1	-	-	-	-	-	-

Entidades Gestoras	Sem fins lucrativos						Com fins lucrativos
	Privadas						
	Associação de Solidariedade Social	Centro Social Paroquial	Irmandade da Misericórdia	Equiparada a IPSS	Cooperativa	Associação Sem Fins Lucrativos	
Centro Social Paroquial de Santa Maria	-	1	-	-	-	-	-
CERCISIAGO - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, CRL	-	-	-	-	2	-	-
Maria Antonieta Raposo	-	-	-	-	-	-	1
Nuclisol Jean Piaget	1	-	-	-	-	-	-
Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	-	-	5	-	-	-	-
Total	12	2	5	1	2	1	2

Anexo 4. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação

	Nacional	Regional	Concelhio/Local	Total
N.º	3	3	10	16
%	19%	19%	63%	100%

Anexo 5. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	6
Crianças e Jovens em situação de perigo	1
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	12
Pessoas adultas com deficiência	1
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	5
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	-

Anexo 6. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias

	N.º de entidades	N. de equipamentos	N. de equipamentos			
			Ampliação das instalações	Renovação e remodelação	Aquisição de equipamento	Outras
Abela	1	1	-	1	-	1
Alvalade	1	1	-	-	1	-
Cercal	1	1	-	1	-	-
Santo André	2	2	-	2	-	-
São Francisco da Serra	1	1	-	1	-	1
Total	6	6		5	1	2

A.3. Caracterização dos equipamentos sociais

Os anexos que se apresentam, sistematizam a informação recolhida no processo de inquirição realizado no âmbito deste instrumento. Neste contexto, importa referir a presença no concelho de outros equipamentos, que disponibilizam diversas e importantes respostas e serviços sociais, mas que não se encontram caracterizados nos próximos quadros anexos.

Anexo 7. Equipamentos segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	7
Crianças e Jovens em situação de perigo	1
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	13
Pessoas adultas com deficiência	2
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	6
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	-

Anexo 8. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)

Freguesia	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Total
Abela	1	-	1
Alvalade	3	-	3
Cercal	2	-	2
Ermidas-Sado	1	-	1
Santo André	6	-	6
São Francisco da Serra	1	-	1
União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra	6	2	8
União das freguesias de São Domingos e Vale de Água	2	-	2
Total	22	2	24

Anexo 9. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento

	N.º	%
1970-1979	2	8%
1980-1989	5	21%
1990-1999	6	25%
2000-2009	4	17%
2010-2019	5	21%
NS/NR	2	8%
Total	24	100%

Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação

Tipo de instalações	N.º	%
Sala	2	8%
Andar	0	0%
Moradia/Vivenda	1	4%
Edifício	19	79%
Outro (apartamento, loja)	2	8%
Total	24	100%
Tipo de construção	N.º	%
Adaptada	12	50%
Mista	1	4%
Raiz	11	46%
Total	24	100%
Regime de ocupação	N.º	%
Propriedade	12	50%
Arrendamento	5	21%
Cedência	7	29%
Total	24	100%

Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento

	N.º			%		
	Sím	Não	NS/NR	Sím	Não	NS/NR
Avaliação do nível de conforto						
Iluminação natural	23	0	1	96%	0%	4%
Ventilação natural	23	0	1	96%	0%	4%
Climatização artificial	17	6	1	71%	25%	4%
Gás de rede	8	15	1	33%	63%	4%
Água quente	21	2	1	88%	8%	4%
Telefone	23	0	1	96%	0%	4%
Internet	21	2	1	88%	8%	4%
Avaliação do nível ambiental						
Esgotos de rede	23	0	1	96%	0%	4%
Fossa	3	20	1	13%	83%	4%
Separação de resíduos sólidos	19	4	1	79%	17%	4%
Recolha de resíduos hospitalares	6	17	1	25%	71%	4%
Avaliação do nível de autonomia						

	N.º			%		
	Sim	Não	NS/NR	Sim	Não	NS/NR
Reservatório de água	2	21	1	8%	88%	4%
Gerador de energia	1	22	1	4%	92%	4%
Painéis solares	5	18	1	21%	75%	4%
Avaliação do nível de segurança						
Simbologia de evacuação	20	3	1	83%	13%	4%
Saídas de emergência	21	2	1	88%	8%	4%
Proteção contra roubo e intrusão	10	13	1	42%	54%	4%
Sistema de deteção de incêndios	17	6	1	71%	25%	4%
Extintores	22	1	1	92%	4%	4%
Plano de evacuação	17	6	1	71%	25%	4%

Anexo 12. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada

	N.º			%		
	Sim	Não	NR	Sim	Não	NR
Acesso ao edifício						
Por rampa	17	5	2	71%	21%	8%
Por dispositivo mecânico para pessoas c/ mobilidade condicionada	4	17	3	17%	71%	13%
Vão livre da porta principal > ou = a 0,87m	12	7	5	50%	29%	21%
Mobilidade no edifício						
Ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m)	8	12	4	33%	50%	17%
Portas interiores (larg. livre de passagem 0,77 m)	19	2	3	79%	8%	13%
Balcões ou guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m)	9	11	4	38%	46%	17%
Instalações sanitárias adaptadas a pop. portadora de deficiência	16	5	3	67%	21%	13%
Parqueamento						
Parque de estacionamento privativo para visitantes	3	20	1	13%	83%	4%
Lugares privativos para tomada e largada de passageiros	10	13	1	42%	54%	4%
Lugar privativo para ambulâncias	5	18	1	21%	75%	4%
Lugar privativo para cargas e descargas	14	9	1	58%	38%	4%

Anexo 13. Funcionalidades dos equipamentos

Nível de funcionalidades	Sim	%
Cozinha	16	67%
Lavandaria	10	42%
Biblioteca	4	17%
Bar	8	33%
Salão Polivalente	13	54%
Parque infantil	6	25%
Sala de informática	4	17%
Sala de enfermagem	8	33%

Nível de funcionalidades	Sim	%
Logradouro	9	38%
Jardim	11	46%
Outra: copa	1	4%
Outra: refeitório	2	8%
Outra: sala de atividade	2	8%
Outra: largo exterior de calçada	1	4%
Outra: sala de isolamento	1	4%

Anexo 14. Estado de conservação dos equipamentos

	N.º	%
Bom	6	25%
Razoável	16	67%
Deficiente	1	4%
NS/NR	1	4%
Total	24	100%

Anexo 15. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica	NS/NR
Administração central	0	2	2	2	17	1
Administração local	4	0	1	2	16	1
Privados (Mecenato)	4	0	0	1	18	1
Fundos Comunitários	2	3	1	3	14	1
Capitais próprios	3	2	3	2	13	1

Anexo 16. Fontes de financiamento para funcionamento

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica	NS/NR
Comparticipação dos associados	7	0	1	2	13	1
Comparticipação dos utentes	1	8	5	3	6	1
Acordo de cooperação	0	2	10	6	5	1
Subsídios eventuais	7	0	0	0	16	1
Donativos/mecenato	10	1	0	0	12	1
Programas	6	0	0	1	16	1
Protocolos com a Autarquia	8	0	0	0	15	1
Protocolos com a J.F.	6	0	0	0	17	1

Anexo 17. Recursos humanos afetos aos equipamentos

	N.º	%
Total	487	100%
Do sexo feminino	446	92%
De nacionalidade estrangeira	77	16%
Com deficiência	1	0%

A.4. Caracterização das respostas sociais

Os anexos que se apresentam, sistematizam a informação recolhida no processo de inquirição realizado no âmbito deste instrumento. Neste contexto, importa referir a presença no concelho de outras importantes respostas e serviços sociais, mas que não se encontram caracterizadas nos próximos quadros anexos.

Infância e juventude

CRECHE

Designação	Freguesia
Centro de Bem Estar Infantil Santa Teresinha - SCMSC	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Creche e Jardim do Montinho - SCMSC	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Creche e Jardim de infância "O Ninho" - SCMSC	Santo André
Nuclisol Jean Piaget	Santo André
Infantário "O COMBÓIO" - Casa do Povo de Alvalade	Alvalade

NOTA: Há 8 creches no concelho de Santiago do Cacém, mas uma das creches, apesar de ter respondido ao inquérito ao equipamento, não respondeu ao inquérito da resposta social – Jardim de Infância Favo de Mel (da entidade Maria Antonieta Raposo) e a Creche e Jardim de Infância "a Toca do Trincas" em Ermidas-Sado, que pertence à AADIES, e a Creche e Jardim de Infância "O Golfinho" não são contabilizadas, por não terem participado no processo de inquirição.

Anexo 18. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	191
Capacidade	n.º	262
Taxa de ocupação	%	73%

Anexo 19. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches

	N.º	%
Total	60	-
Do sexo feminino	60	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	18	30%
Intervalo de idades		
≤29anos	1	2%
30-39	10	17%
40-49	16	27%
50-59	21	35%
≥60	12	20%
Habilitações literárias		
Ensino superior	19	32%
Ensino secundário	20	33%
3º CEB	14	23%
2º CEB	4	7%
1ºCEB	3	5%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	54	92%
Outro	5	8%
Afetação horária		
Tempo inteiro	47	78%
Tempo parcial	13	22%
Função		
Dirigente	1	2%
Técnico/a	17	31%
Cozinheiro/a	5	9%
Auxiliar	30	55%

Motorista	0	0%
Outra - Administrativo/a	1	2%
Outra - Empregada da Limpeza	1	2%

Anexo 20. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	221
2020/2021	212
2021/2022	191

Anexo 21. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Com menos de 1 ano	24	7	31	16%
Com 1 ano	34	29	63	33%
Com 2 anos	49	49	98	51%
Total	107	85	192	100%

Anexo 22. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche

	N.º	%
Acordo de cooperação	5	100%
Comparticipação dos utentes	5	100%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	0	0%
Donativos	0	0%
Outros	0	0%

Anexo 23. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	60%
Razoável	2	40%
Deficiente	0	0%

Anexo 24. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	4	80%
Não	1	20%

Anexo 25. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0%
Não	5	100%

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

Designação	Freguesia
ATL Cabeças no Ar (ABESF Santa Cruz)	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

Anexo 26. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	1	-
Do sexo feminino	1	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0%

Anexo 27. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	16
2020/2021	14
2021/2022	17

Anexo 28. Utesntes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 5 anos	0	0	0	0%
Com 6 anos	0	0	0	0%
Com 7 anos	0	0	0	0%
Com 8 anos	2	0	2	33%
Com 9 anos	2	2	4	67%
Com 10 anos ou mais	0	0	0	0%
Total	4	2	6	100%

Intervenção Precoce

Designação	Freguesia
ELI de Santiago do Cacém - CERCISIAGO - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, CRL	Santo André

Anexo 29. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	5	-
Do sexo feminino	5	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0%

Anexo 30. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019/2020	127
2020/2021	112
2021/2022	129

Anexo 31. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 1 ano	1	1	2	3%
Com 2 anos	1	1	2	3%
Com 3 anos	9	3	12	17%
Com 4 anos	19	6	25	36%
Com 5 anos	16	3	19	27%
Com 6 anos	8	2	10	14%
Maiores de 6 anos	0	0	0	0%
Total	54	16	70	100%

Anexo 32. Utes, por tipologia de intervenção precoce

	N.º	%
Risco grave de atraso de desenvolvimento	27	39%
Alterações nas funções ou estruturas do corpo	69	99%

Casa de Acolhimento

Designação	Freguesia
Casa de Jovens "O Farol" - Centro Social Paroquial de Santa Maria	Santo André

Anexo 33. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	10	-
Do sexo feminino	10	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0%

Anexo 34. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	22
2020	20
2021	18

Anexo 35. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 4anos	0	0	0	0%
Dos 5 aos 9	0	0	0	0%
Dos 10 aos 14	0	2	2	17%
Dos 15 aos 18	0	10	10	83%
Dos 19 aos 21	0	0	0	0%
Total	0	12	12	100%

População adulta

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Designação	Freguesia
Casa do Povo de Abela	Abela
ERPI Alvalade - Casa do Povo de Alvalade	Alvalade
Residências do Pinhal - Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

NOTA: Há 5 ERPI no concelho de Santiago do Cacém, no entanto apenas 3 responderam ao inquérito. A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém – ERPI de Santa Maria, apesar de ter respondido ao inquérito do equipamento não respondeu ao da resposta social. Do mesmo modo, a Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado, apenas respondeu ao inquérito do equipamento, não tendo respondido a nenhum inquérito às respostas sociais. O número de utentes nestas duas ERPI é muito relevante, na ERPI Santa Maria contabilizam-se 154 utentes e na AADIES 20 utentes.

Anexo 36. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	132
Capacidade	n.º	134
Taxa de ocupação	%	99%

Anexo 37. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	103	-
Do sexo feminino	99	96%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	8	8%
Intervalo de idades		
≤29anos	8	8%
30-39	25	24%
40-49	36	35%
50-59	26	25%
≥60	9	9%
Habilitações literárias		
Ensino superior	14	13%
Ensino secundário	47	45%
3º CEB	26	25%
2º CEB	10	10%
1ºCEB	7	7%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	78	75%
Outro	26	25%
Afetação horária		
Tempo inteiro	97	92%
Tempo parcial	8	8%
Função		
Dirigente	2	2%
Técnico/a	4	4%
Cozinheiro/a	7	7%
Auxiliar	53	56%
Motorista	0	0%
Outra - Ajudante de ação direta	20	21%
Outra - Animadora sociocultural	1	1%
Outra - Enfermeiro/a	2	2%
Outra - Médico/a	1	1%
Outra - Fisioterapeuta	1	1%
Outra - Trabalhadores serviços gerais	4	4%

Anexo 38. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	140
2020	133
2021	124

Anexo 39. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0%
Dos 55 aos 59 anos	0	1	1	1%
Dos 60 aos 64 anos	0	0	0	0%
Dos 65 aos 69 anos	0	0	0	0%
Dos 70 aos 74 anos	2	2	4	3%
Dos 75 aos 79 anos	4	14	18	14%
Dos 80 aos 84 anos	4	20	24	19%
Dos 85 aos 89 anos	11	30	41	32%
≥ 90 anos	9	32	41	32%
Total	30	99	129	100%

Anexo 40. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	3	100%
Comparticipação dos utentes	2	67%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	0	0%
Donativos	0	0%
Outros	0	0%

Anexo 41. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	100%
Razoável	0	0%
Deficiente	0	0%

Anexo 42. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	3	100%

Não	0	0%
-----	---	----

Anexo 43. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	67%
Não	1	33%

Anexo 44. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	1
Renovação e remodelação	0
Aquisição de equipamento	0
Outra	1

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Designação	Freguesia
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega	Cercal
Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado*	Ermidas do Sado
Casa do Povo de Abela	Abela
Casa do Povo de Alvalade	Alvalade
Casa do Povo de Cercal do Alentejo	Cercal
Casa do Povo de São Domingos - Centro de Dia de Vale de Água	União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
Centro de Dia de São Francisco da Serra	São Francisco da Serra
Centro de Dia São Domingos da Serra - Casa do Povo de São Domingos	União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
Centro Social Paroquial de Santa Maria	Santo André
Lar de Santa Maria - SCMSC	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Miminho Aos Avós - Apoio Com Carinho - Centro Geriátrico, Lda	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

*NOTA: No concelho de Santiago do Cacém há 12 equipamentos com SAD, no entanto, a Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado, apesar de ter respondido ao inquérito do equipamento, não respondeu ao inquérito à resposta social, pelo que não foi contabilizada nas análises seguintes.

Anexo 45. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	316
Capacidade	n.º	428
Taxa de ocupação	%	74%

Anexo 46. Número médio de refeições diárias servidas*

	N.º
Pequeno-almoço	102
Almoço	251
Lanche	133
Jantar	39

Anexo 47. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	109	
Do sexo feminino	108	99%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	38	35%
Intervalo de idades		
≤29anos	7	6%
30-39	14	13%
40-49	35	32%
50-59	25	23%
≥60	27	25%
Habilitações literárias		
Ensino superior	7	6%
Ensino secundário	46	43%
3º CEB	27	25%
2º CEB	11	10%
1ºCEB	17	16%

	N.º	%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	100	93%
Outro	8	7%
Afetação horária		
Tempo inteiro	96	89%
Tempo parcial	12	11%
Função		
Dirigente	6	5%
Técnico/a	7	6%
Cozinheiro/a	16	14%
Auxiliar	62	55%
Motorista	2	2%
Outra - Administrativo/a	2	2%
Outra - Ajudantes de ação direta	15	13%
Outra - Ajudante de cozinha	2	2%
Outra - Animador/a	1	1%

Anexo 48. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	357
2020	354
2021	339

Anexo 49. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	3	1	4	1%
Dos 55 aos 59 anos	7	2	9	3%
Dos 60 aos 64 anos	5	0	5	2%
Dos 65 aos 69 anos	5	2	7	2%
Dos 70 aos 74 anos	13	11	24	7%
Dos 75 aos 79 anos	18	25	43	13%
Dos 80 aos 84 anos	31	36	67	20%
Dos 85 aos 89 anos	43	55	98	30%
≥ 90 anos	29	42	71	22%
Total	154	174	328	100%

Anexo 50. Grupos-alvo apoiados pelas instituições

	N.º	%
População idosa	10	91%
População com deficiência	2	18%
População em situação de dependência	3	27%

Anexo 51. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	10	91%
Comparticipação dos utentes	9	82%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	1	9%
Programas	1	9%

Donativos	2	18%
Outros	1	9%

Anexo 52. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	5	45%
Razoável	6	55%
Deficiente	0	0%

Anexo 53. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	10	91%
Não	1	9%

Anexo 54. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	18%
Não	9	82%

Anexo 55. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	2
Aquisição de equipamento	1
Outra	0

Centro de Dia

Designação	Freguesia
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega	Cercal
Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado*	Ermidas do Sado
Centro de Dia - Casa do Povo de Alvalade	Alvalade
Centro de Dia - Casa do Povo de Cercal do Alentejo	Cercal
Centro de Dia de São Domingos da Serra - Casa do Povo de São Domingos	União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
Centro de Dia de São Francisco da Serra	São Francisco da Serra
Centro de Dia Vale de Água - Casa do Povo de São Domingos	União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
Lar de Santa Maria - SCMSC	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

*NOTA: No concelho de Santiago do Cacém há 9 Centros de Dia. A Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado, apesar de ter respondido ao inquérito do equipamento, não respondeu ao inquérito à resposta social, pelo que não é contabilizada nas análises seguintes.

Anexo 56. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	147
Capacidade	n.º	350
Taxa de ocupação	%	42%

Anexo 57. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	74
Almoço	200
Lanche	162
Jantar	21

Anexo 58. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	64	-
Do sexo feminino	60	94%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	41	64%
Intervalo de idades		
≤29anos	6	9%
30-39	11	17%
40-49	21	33%
50-59	12	19%
≥60	14	22%
Habilitações literárias		
Ensino superior	6	9%
Ensino secundário	11	17%
3º CEB	21	33%
2º CEB	12	19%
1ºCEB	14	22%
S/nível de escol. completo		
Outro	11	17%
Vínculo contratual		
Sem termo	62	95%
Outro	3	5%

	N.º	%
Afetação horária		
Tempo inteiro	49	77%
Tempo parcial	15	23%
Função		
Dirigente	4	7%
Técnico/a	9	16%
Cozinheiro/a	14	24%
Auxiliar	22	38%
Motorista	4	7%
Outra - Administrativos	1	2%
Outra - Ajudantes de ação direta	1	2%
Outra - Ajudante de cozinha	1	2%
Outra - Animador/a sociocultural	1	2%
Outra - Encarregado/a geral	1	2%

Anexo 59. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	208
2020	180
2021	151

Anexo 60. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até aos 49 anos	1	1	2	1%
Dos 50 aos 54 anos	0	1	1	1%
Dos 55 aos 59 anos	1	0	1	1%
Dos 60 aos 64 anos	6	1	7	5%
Dos 65 aos 69 anos	1	2	3	2%
Dos 70 aos 74 anos	10	3	13	9%
Dos 75 aos 79 anos	3	10	13	9%
Dos 80 aos 84 anos	15	24	39	28%
Dos 85 aos 89 anos	11	29	40	29%
≥ 90 anos	6	13	19	14%
Total	54	84	138	100%

Anexo 61. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	8	100%
População com deficiência	3	38%
População em situação de dependência	3	38%

Anexo 62. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	8	100%
Comparticipação dos utentes	7	88%
Protocolos com a C.M.	3	38%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	1	13%
Programas	1	13%
Donativos	2	25%

Outros	0	0%
--------	---	----

Anexo 63. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	38%
Razoável	5	63%
Deficiente	0	0%

Anexo 64. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	7	88%
Não	1	13%

Anexo 65. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	25%
Não	6	75%

Anexo 66. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	2
Aquisição de equipamento	0
Outra	0

Universidade Sénior

Designação	Freguesia
Academia Sénior de Artes e Saberes	Santo André

Anexo 67. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	250
Capacidade	n.º	280
Taxa de ocupação	%	89%

Anexo 68. Caracterização dos recursos humanos*

	N.º	
Total	25	-
Do sexo feminino	15	60%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	2	8%

Anexo 69. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	260
2020/2021	100
2021/2022	250

Anexo 70. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0%
Dos 55 aos 59 anos	0	0	0	0%
Dos 60 aos 64 anos	2	1	3	1%
Dos 65 aos 69 anos	15	60	75	31%
Dos 70 aos 74 anos	20	80	100	41%
Dos 75 aos 79 anos	10	40	50	21%
≥ 80 anos	5	10	15	6%
Total	52	191	243	100%

Anexo 71. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	0	0%
Comparticipação dos utentes	1	100%
Protocolos com a C.M.	1	100%
Protocolos com a J.F.	1	100%
Subsídios eventuais	1	100%
Programas	0	0%
Donativos	1	100%
Outros	0	0%

Pessoas adultas com deficiência

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Designação	Freguesia
Polo-CAO - Centro de Actividades Ocupacionais - CERCISIAGO, CRL	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
Centro de Actividades Ocupacionais - CERCISIAGO, CRL	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

Anexo 72. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	59
Capacidade	n.º	59
Taxa de ocupação	%	100%

Anexo 73. Serviços prestados

Serviços	Nº
Confeção de refeições	1
Serviço de refeições	2
Ateliers ocupacionais	2
Viagens/organização de passeios	2
Atividades de férias	0
Atividades culturais/recreativas	2
Cuidados de saúde	2
Apoio psicológico	2
Outro	0

Anexo 74. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	34	-
Do sexo feminino	21	62%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	14	41%
Intervalo de idades		
≤29anos	1	3%
30-39	4	12%
40-49	12	35%
50-59	6	18%
≥60	11	32%
Habilitações literárias		
Ensino superior	11	32%
Ensino secundário	17	50%
3º CEB	5	15%
2º CEB	0	0%
1ºCEB	1	3%
5/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	33	97%
Outro	1	3%
Afetação horária		
Tempo inteiro	25	74%
Tempo parcial	9	26%
Função		

	N.º	%
Dirigente	1	4%
Técnico/a	8	29%
Cozinheiro/a	0	0%
Auxiliar	6	21%
Motorista	3	11%
Outra - Administrativos	8	29%
Outra - Ajudantes de ação direta	2	7%

Anexo 75. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	59
2020	59
2021	59

Anexo 76. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
<20 anos	1	0	1	2%
Dos 20 aos 29 anos	8	1	9	15%
Dos 30 aos 39 anos	9	6	15	25%
Dos 40 aos 49 anos	11	11	22	37%
Dos 50 aos 59 anos	4	3	7	12%
≥ 60 anos	4	1	5	4%
Total	37	22	59	100%

Anexo 77. Utes segundo a tipologia de deficiência

	N.º	%
Motora	16	27%
Audição, Visão, Linguagem	32	54%
Psicológica/intelectual	59	100%
Multideficiência (deficiência profunda)	12	20%

Anexo 78. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	-
Comparticipação dos utentes	X	-
Protocolos com a C.M.	X	-
Protocolos com a J.F.	-	X
Subsídios eventuais	-	X
Programas	-	X
Donativos	X	-
Outros		X

Anexo 79. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	1	50%
Razoável	1	50%
Deficiente	0	0%

Anexo 80. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	2	100%
Não	0	0%

Anexo 81. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0%
Não	2	100%

Lar Residencial (Deficiência)

Designação	Freguesia
Centro de Actividades Ocupacionais - CERCISIAGO, CRL	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

Anexo 82. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	-
Comparticipação dos utentes	X	-
Protocolos com a C.M.	X	-
Protocolos com a J.F.	X	-
Subsídios eventuais	X	-
Programas	X	-
Donativos	X	-
Outros	X	-

Anexo 83. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	13
Capacidade	n.º	13
Taxa de ocupação	%	100%

Anexo 84. Serviços prestados

Serviços
Serviço de refeições
Ateliers ocupacionais
Viagens/organização de passeios
Tratamento de roupas
Atividades culturais/recreativas
Cuidados de saúde
Higiene pessoal

Anexo 85. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	13	
Do sexo feminino	13	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	2	15%

Anexo 86. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	13
2020	13
2021	13

Anexo 87. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 20 aos 29 anos	0	0	0	0%
Dos 30 aos 39 anos	2	2	4	31%
Dos 40 aos 49 anos	4	2	6	46%
Dos 50 aos 59 anos	1	0	1	8%
≥60 anos	1	1	2	15%
Total	8	5	13	100%

Anexo 88. Utentes segundo a tipologia de deficiência

	N.º	%
Motora	2	15%
Audição, Visão, Linguagem	5	38%
Psicológica/intelectual	13	100%
Multideficiência (deficiência profunda)	1	8%

Anexo 89. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	-
Comparticipação dos utentes	X	-
Protocolos com a C.M.	X	-
Protocolos com a J.F.	X	-
Subsídios eventuais	X	-
Programas	X	-
Donativos	X	-
Outros	X	-

Família e comunidade

Ajuda alimentar

Designação	Freguesia
Cáritas Paróquia de Santa Maria	Santo André
Casa do Povo de Alvalade	Alvalade
Casa do Povo de Cercal do Alentejo	Cercal
Casa do Povo de São Domingos	União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado*	Ermidas do Sado
Conferência Vicentina de S. João de Deus e S. Tiago*	
Banco Alimentar Contra a Fome - Delegação de Santo André*	Santo André
Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

*NOTA: No concelho de Santiago do Cacém há 8 respostas de Ajuda Alimentar. Falta o inquérito da Associação de Apoio e Desenvolvimento integrado de Ermidas do Sado que, apesar de ter respondido ao inquérito do equipamento, não respondeu ao inquérito à resposta social. Também a Conferência Vicentina de S. João de Deus e S. Tiago e o Banco Alimentar Contra a Fome - Delegação de Santo André não participaram no processo de inquirição e não estão contempladas nas análises seguintes.

Anexo 90. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	414
Capacidade	n.º	413
Taxa de ocupação	%	100%

Anexo 91. Serviços prestados

Serviços	N.º	%
Fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes	5	100%
Recolha e distribuição de excedentes alimentícios não confeccionados	1	20%
Diagnosticar/avaliar outras necessidades das/dos utentes	2	40%
Encaminhamento para respostas, serviços ou prestações	4	80%
Outro	0	0%

Anexo 92. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	13	-
Do sexo feminino	12	92%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	5	38%
Voluntários		
Total	18	-
Do sexo feminino	11	61%

Anexo 93. Evolução do número de utentes

Ano	N.º	
	Indivíduos	Famílias
2019	563	0
2020	288	0
2021	299	0

Anexo 94. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos

Ano	N.º
2019	453
2020	1.140
2021	1.472

Anexo 95. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	2	40%
Comparticipação dos utentes	0	0%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	5	100%
Donativos	1	20%
Outros	0	0%

Anexo 96. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	4	80%
Razoável	1	20%
Deficiente	0	0%

Anexo 97. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	5	100%
Não	0	0%

Anexo 98. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	20%
Não	4	80%

Anexo 99. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	1
Aquisição de equipamento	0
Outra	0

Refeitório/Cantina Social

Designação	Freguesia
Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	União das freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra

NOTA: A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém parece ter a resposta refeitório/cantina social a funcionar em 2 locais, um a na Rua Ramos da Costa e outro na ERPI de Santa Maria, no entanto apenas respondeu à resposta localizada na rua Ramos da Costa.

Anexo 100. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	3	-
Do sexo feminino	0	0%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	3	100%

Anexo 101. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	7
2020	7
2021	7

Anexo 102. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	-
Comparticipação dos utentes	-	X
Protocolos com a C.M.	-	X
Protocolos com a J.F.	-	X
Subsídios eventuais	-	X
Programas	-	X
Donativos	-	X
Outros	-	X

B. Normas de Programação

Anexo 103. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5.000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas
	CATL/CAF	2.000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sénior	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m²/pessoa Área de construção – 4 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	3. Espaço central, de modo a evitar que os utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários 4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Centro de Convívio/Espaços Sénior e Respostas Sociais Similares				
	Centro de Dia				

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Anexo 104. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	Variável consoante o número de idosos	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m²/pessoa Área de construção – 32 m²/pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização 2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário / Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m²/pessoas Área de construção - 10 m²/pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por transportes públicos 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de jovens e adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO/DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes.

Anexo 105. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Ser servido por rede de transportes públicos

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infecção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54.297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes Unidade máxima – 60 utentes	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.



Estudo:
Carta Social de Santiago do Cacém

Documento:
Relatório final

Data:
30 de agosto de 2024